

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	144
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	145
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	147

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

148

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.468.625.531
Preferenciais	1
Total	2.468.625.532
Em Tesouraria	
Ordinárias	12.603.800
Preferenciais	0
Total	12.603.800

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	22.967.968	22.566.048	22.359.383
1.01	Ativo Circulante	13.808.454	14.001.807	15.380.021
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.119	8.231	14.190
1.01.01.01	Caixa e bancos	6.119	8.231	14.190
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.280.282	4.014.753	3.880.318
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.912.305	3.702.665	3.088.544
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.912.305	3.702.665	3.088.544
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.367.977	312.088	791.774
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	1.367.977	312.088	791.774
1.01.03	Créditos das Operações	3.962.281	4.105.081	5.764.412
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	3.962.281	4.105.081	5.764.412
1.01.03.01.01	Operações com Seguradoras	3.290.930	3.166.528	4.134.585
1.01.03.01.02	Operações com Resseguradoras	649.600	907.815	1.490.655
1.01.03.01.03	Outros Créditos Operacionais	21.751	30.738	139.172
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	69.272	149.517	500.690
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	13.788	21.926	329.495
1.01.04.02	Créditos Tributários e Previdenciários	55.484	127.591	171.195
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.251	10.623	7.538
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	6.251	10.623	7.538
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	116.778	113.832	119.436
1.01.08.04	Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	116.778	113.832	119.436
1.01.09	Outros Ativos Circulantes	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.01.09.03	Outros	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.01.09.03.01	Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.02	Ativo Não Circulante	9.159.514	8.564.241	6.979.362
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.984.557	8.380.932	6.774.187
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.741.843	4.976.260	4.461.615
1.02.01.04	Crédito das Operações	4.042.048	3.309.537	2.232.628

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.04.01	Títulos e créditos a receber	922.094	589.816	550.711
1.02.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	156.893	406.092	165.843
1.02.01.04.03	Ativo fiscal diferido	2.681.024	2.068.057	1.289.620
1.02.01.04.04	Depósitos judiciais e fiscais	255.181	233.895	226.454
1.02.01.04.05	Outros créditos a receber	26.856	11.677	0
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	114.375	13.865	11.558
1.02.01.09.01	Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	114.375	13.865	11.558
1.02.01.11	Outros Ativos Não Circulantes	86.291	81.270	68.386
1.02.01.11.03	Ativos de Retrocessão	86.291	81.270	68.386
1.02.02	Investimentos	39.698	33.817	66.966
1.02.02.01	Participações Societárias	39.387	28.876	61.870
1.02.02.01.05	Participações em Controladas em Conjunto no País	39.387	28.876	61.870
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	311	4.941	5.096
1.02.02.02.01	Imóveis Destinados a Renda	0	4.570	4.885
1.02.02.02.02	Outros Investimentos	311	371	211
1.02.03	Imobilizado	29.456	64.503	72.505
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.994	59.365	63.581
1.02.03.01.01	Imóveis	0	46.357	48.579
1.02.03.01.02	Bens Móveis	3.836	9.574	12.337
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	5.158	3.434	2.665
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.462	5.138	8.924
1.02.04	Intangível	105.803	84.989	65.704
1.02.04.01	Intangíveis	105.803	84.989	65.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	22.967.968	22.566.048	22.359.383
2.01	Passivo Circulante	17.496.508	17.314.052	16.306.240
2.01.01	Contas a Pagar	619.851	118.256	170.158
2.01.01.01	Obrigações Sociais	38.487	28.297	38.742
2.01.01.03	Provisões trabalhistas	11.714	12.665	10.918
2.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	35.972	42.409	43.886
2.01.01.05	Provisões para impostos e contribuições	29.641	4.532	24.534
2.01.01.06	Obrigações a pagar	37.139	19.999	47.918
2.01.01.08	Empréstimos e Financiamentos	466.898	10.354	4.160
2.01.02	Débitos de Operações	2.398.874	2.051.671	2.569.668
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	2.398.874	2.051.671	2.569.668
2.01.02.01.01	Operações com seguradoras	723	2.572	4.489
2.01.02.01.02	Operações com resseguradoras	2.227.873	1.810.175	2.336.361
2.01.02.01.03	Corretores de resseguros e retrocessões	134.093	160.141	181.384
2.01.02.01.04	Outros débitos operacionais	36.185	78.783	47.434
2.01.03	Depósitos de Terceiros	90.463	107.977	317.441
2.01.03.04	Depósitos de terceiros	90.463	107.977	317.441
2.01.04	Provisões Técnicas	14.387.320	15.036.148	13.248.973
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.387.320	15.036.148	13.248.973
2.01.04.01.03	Provisão de prêmios não ganhos	2.670.631	2.812.762	3.278.614
2.01.04.01.04	Sinistros a liquidar	8.145.786	8.842.862	6.417.059
2.01.04.01.05	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.364.373	3.155.351	3.341.396
2.01.04.01.06	Outras Provisões	206.530	225.173	211.904
2.02	Passivo Não Circulante	1.397.949	1.617.636	1.638.341
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.397.949	1.617.636	1.638.341
2.02.01.01	Contas a Pagar	884.432	1.246.767	1.297.884
2.02.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	370.469	415.469	474.143
2.02.01.01.05	Outras contas a pagar	19.723	12.191	7.265

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.06	Empréstimos e Financiamento	440.707	819.107	816.476
2.02.01.01.07	Impostos e contribuições a recolher	53.533	0	0
2.02.01.02	Débitos das Operações	789	789	789
2.02.01.02.01	Outros débitos operacionais	789	789	789
2.02.01.03	Provisões Técnicas	429.855	293.922	282.999
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	429.855	293.922	282.999
2.02.01.04	Outros Passivos	82.873	76.158	56.669
2.02.01.04.01	Contingências fiscais	17.282	16.122	0
2.02.01.04.02	Contingências cíveis e trabalhistas	65.591	60.036	56.669
2.03	Patrimônio Líquido	4.073.511	3.634.360	4.414.802
2.03.01	Capital Social Realizado	5.379.189	4.219.524	4.219.524
2.03.01.01	Capital Social	5.453.080	4.253.080	1.953.080
2.03.01.02	Aumento de Capital em Aprovação	0	0	2.300.000
2.03.01.03	Gasto com emissão de ações	-73.891	-33.556	-33.556
2.03.02	Reservas de Capital	-283.760	-282.754	-282.754
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-283.760	-283.760	-283.760
2.03.02.08	Reserva de capital	0	1.006	1.006
2.03.04	Reservas de Lucros	0	148.666	832.747
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	148.666	832.747
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-478.100	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-543.818	-451.076	-354.715
2.03.06.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-543.818	-451.076	-354.715

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas das Operações	7.047.042	7.987.428	8.480.669
3.01.02	Operações de Resseguros	7.021.200	7.435.350	8.309.558
3.01.02.01	Prêmios de Resseguros Ganhos	7.021.200	7.435.350	8.309.558
3.01.03	Operações de Previdência Complementar	25.842	552.078	171.111
3.01.03.02	Variações das Provisões Técnicas	25.842	552.078	171.111
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-8.486.196	-9.564.136	-10.046.790
3.02.02	Operações de Resseguros	-8.486.196	-9.564.136	-10.046.790
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	-6.911.514	-8.277.362	-8.438.864
3.02.02.02	Despesas de Comercialização de Resseguros	-255.606	-253.133	-257.366
3.02.02.03	Outras Despesas de Resseguros	-1.319.076	-1.033.641	-1.350.560
3.03	Resultado Bruto	-1.439.154	-1.576.708	-1.566.121
3.04	Despesas Administrativas	-413.649	-386.833	-351.530
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-413.649	-386.833	-351.530
3.04.02.01	Despesas administrativas	-326.017	-364.173	-306.682
3.04.02.02	Despesas com tributos	-87.632	-22.660	-44.848
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	107.360	-4.843	143.434
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.745.443	-1.968.384	-1.774.217
3.08	Resultado Financeiro	557.939	556.680	-130.483
3.08.01	Receitas Financeiras	1.785.819	1.408.054	588.511
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.227.880	-851.374	-718.994
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.187.504	-1.411.704	-1.904.700
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	557.163	729.003	423.184
3.10.01	Corrente	0	68.247	-11.350
3.10.02	Diferido	557.163	660.756	434.534
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-630.341	-682.701	-1.481.516
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01.01	ON	-0,26	-0,54	-1,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,26	-0,54	-1,18

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-92.742	-96.361	-163.644
4.02.01	Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	-12.263	-24.428	-37.648
4.02.02	Ganhos (perdas) originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-137.310	-163.172	-49.049
4.02.04	Ganhos e perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários - Controladas	0	-2.948	-3.079
4.02.05	IR e CS relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	61.235	65.269	19.620
4.02.06	Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.976	48.196	-155.812
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social relacionados a benefícios pós-emprego	-790	-19.278	62.324
4.02.09	Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do período dos ativos financeiros dispo	-5.590	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-723.083	-779.062	-1.645.160

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-557.225	-186.399	-2.385.484
6.01.01	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	6.700.912	9.591.200	9.914.131
6.01.02	Recuperações de sinistros e comissões	1.306.890	1.229.922	1.558.621
6.01.03	Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	0	0	66.142
6.01.04	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	-6.976.603	-7.130.793	-8.195.799
6.01.05	Repasse de prêmios por cessão de riscos	-1.903.458	-2.879.548	-2.800.682
6.01.06	Pagamentos de despesas e obrigações	-398.357	-509.541	-448.915
6.01.07	Outros pagamentos operacionais	-21.157	-339.208	0
6.01.08	Recebimento de aluguéis	43.540	0	0
6.01.09	Recebimentos de juros e dividendos	8.708	1.635	324
6.01.10	Reversão (constituição) de depósito judicial	-12.211	-19.879	18.312
6.01.11	Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	-8.713.565	-11.655.567	-8.765.167
6.01.12	Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	9.513.930	11.221.414	6.331.757
6.01.13	Impostos e contribuições pagos	-12.133	-168	-64.208
6.01.14	Recebimento acordo judicial	0	358.158	0
6.01.15	Juros Pagos	-93.721	-54.024	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-583.657	188.437	-360.213
6.02.01	Aplicações de investimentos disponíveis para venda	-3.433.044	-3.304.258	-5.993.989
6.02.02	Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	2.748.240	3.531.687	4.843.505
6.02.05	Pagamento pela compra de ativo permanente - Imobilizado	-6.088	-5.174	-3.514
6.02.06	Pagamento pela compra de ativo permanente - Intangível	-60.943	-55.250	-56.567
6.02.07	Recebimento pela Venda - Imobilizado	85.310	0	9.575
6.02.08	Dividendos recebidos - Participações societárias (Controladas)	93.914	32.312	359.534
6.02.10	Pagamento de arrendamento mercantil	0	0	-3.608
6.02.12	Redução - Participações Societárias	0	0	484.851
6.02.13	Aumento de Capital	-11.046	-10.880	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.158.227	-26.844	2.813.420
6.03.01	Aumento de capital	0	0	2.300.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.02	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-11	-24.815	0
6.03.03	Aquisição das próprias ações	0	0	-270.870
6.03.04	Ágio na emissão de ações	0	0	1.006
6.03.05	Gasto com emissão de ações	-40.335	0	-33.556
6.03.06	Emissão de debentures	1.200.000	-1.104	826.632
6.03.07	Custo na emissão de debentures	0	0	-9.792
6.03.08	Arrendamento mercantil	-1.427	-925	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-19.457	18.847	-78.428
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.112	-5.959	-10.705
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.231	14.190	24.895
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.119	8.231	14.190

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.158.659	-148.666	152.241	0	1.162.234
5.04.01	Aumentos de Capital	0	1.200.000	0	0	0	1.200.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-40.335	0	0	0	-40.335
5.04.10	Absorção de prejuízos acumulados	0	-1.006	-151.235	152.241	0	0
5.04.11	Reversão de JCP e dividendos não reclamados	0	0	2.569	0	0	2.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-630.341	-92.742	-723.083
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-630.341	0	-630.341
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-92.742	-92.742
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-81.665	-81.665
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.263	-12.263
5.05.02.09	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	1.186	1.186
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.253.080	842.349	0	-478.100	-543.818	4.073.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.953.080	1.983.690	674.075	0	-354.715	4.256.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	158.672	0	0	158.672
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.080	1.983.690	832.747	0	-354.715	4.414.802
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.300.000	-2.300.000	-684.081	682.701	0	-1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	2.300.000	-2.300.000	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.380	0	0	-1.380
5.04.08	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-682.701	682.701	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-682.701	-96.361	-779.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-682.701	0	-682.701
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-96.361	-96.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-100.851	-100.851
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-24.428	-24.428
5.05.02.06	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	28.918	28.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.953.080	-12.197	2.195.338	0	-191.071	3.945.150
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	118.925	0	0	118.925
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.080	-12.197	2.314.263	0	-191.071	4.064.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.995.887	-1.481.516	1.481.516	0	1.995.887
5.04.01	Aumentos de Capital	0	2.300.000	0	0	0	2.300.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-33.556	0	0	0	-33.556
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-270.870	0	0	0	-270.870
5.04.09	Ágio na emissão de ações	0	1.006	0	0	0	1.006
5.04.10	Instrumentos patrimoniais outorgados	0	-693	0	0	0	-693
5.04.11	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-1.481.516	1.481.516	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.481.516	-163.644	-1.645.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.481.516	0	-1.481.516
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-163.644	-163.644
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-32.508	-32.508
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-37.648	-37.648
5.05.02.06	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	-93.488	-93.488
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.953.080	1.983.690	832.747	0	-354.715	4.414.802

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	7.034.656	7.439.812	8.236.035
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	7.021.200	7.435.350	8.309.558
7.01.04	Outras	0	0	-42.274
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	13.456	4.462	-31.249
7.02	Variações das Provisões Técnicas	25.842	552.078	171.111
7.02.01	Operações de Seguros	25.842	552.078	171.111
7.03	Receita Operacional Líquida	7.060.498	7.991.890	8.407.146
7.04	Benefícios e Sinistros	-6.979.145	-8.382.886	-8.438.864
7.04.01	Sinistros	-6.575.570	-8.727.426	-7.776.421
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	-363.346	334.870	-707.966
7.04.05	Outros	-40.229	9.670	45.523
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-371.882	-332.789	-340.208
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-33.925	-26.575	-22.957
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-82.351	-53.081	-59.885
7.05.03	Var. Despesas Comercialização Diferidas	-255.606	-253.133	-257.366
7.06	Valor Adicionado Bruto	-290.529	-723.785	-371.926
7.07	Retenções	-49.481	-44.071	-44.773
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.481	-44.071	-44.773
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-340.010	-767.856	-416.699
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	628.372	469.241	-547.658
7.09.01	Receitas Financeiras	1.785.819	1.408.054	588.511
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	43.308	-16.181	135.657
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-1.200.665	-920.926	-1.268.943
7.09.05	Outros	-90	-1.706	-2.883
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	288.362	-298.615	-964.357
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	288.362	-298.615	-964.357
7.11.01	Pessoal	160.354	239.055	176.501
7.11.01.01	Remuneração Direta	103.474	127.661	95.680

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.11.01.02	Benefícios	48.792	104.091	73.746
7.11.01.03	F.G.T.S.	8.088	7.303	7.075
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-469.531	-706.343	-378.336
7.11.02.01	Federais	-469.719	-706.571	-378.717
7.11.02.03	Municipais	188	228	381
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	-630.341	-682.701	-1.481.516
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
7.11.05	Outros	1.227.880	851.374	718.994
7.11.05.01	Resultado Financeiro	1.227.880	851.374	718.994

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	22.977.562	22.674.441	22.490.404
1.01	Ativo Circulante	13.684.101	13.990.281	15.395.637
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.793	38.774	14.563
1.01.01.01	Caixa e bancos	17.793	38.774	14.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.136.600	3.966.341	3.852.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.852.773	3.639.524	3.036.715
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.852.773	3.639.524	3.036.715
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.283.827	326.817	815.625
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	1.283.827	326.817	815.625
1.01.03	Créditos das Operações	3.962.281	4.105.081	5.764.412
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	3.962.281	4.105.081	5.764.412
1.01.03.01.01	Operações com Seguradoras	3.290.930	3.166.528	4.134.585
1.01.03.01.02	Operações com Resseguradoras	649.600	907.815	1.490.655
1.01.03.01.03	Outros Créditos Operacionais	21.751	30.738	139.172
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	76.918	155.857	543.908
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	20.936	27.432	361.560
1.01.04.02	Créditos Tributários e Previdenciários	55.982	128.425	182.348
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.260	10.626	7.541
1.01.07.01	Despesas antecipadas	6.260	10.626	7.541
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	116.778	113.832	119.436
1.01.08.04	Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	116.778	113.832	119.436
1.01.09	Outros Ativos Circulantes	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.01.09.03	Outros	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.01.09.03.01	Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	5.367.471	5.599.770	5.093.437
1.02	Ativo Não Circulante	9.293.461	8.684.160	7.094.767
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.071.279	8.424.008	6.844.653
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.828.782	4.976.260	4.461.615
1.02.01.04	Créditos das Operações	4.041.831	3.352.613	2.303.094

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.04.01	Títulos e créditos a receber	921.877	589.816	550.711
1.02.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	156.893	449.168	233.786
1.02.01.04.03	Ativo fiscal diferido	2.681.024	2.068.057	1.292.143
1.02.01.04.04	Depósitos judiciais e fiscais	255.181	233.895	226.454
1.02.01.04.05	Outros créditos a receber	26.856	11.677	0
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	114.375	13.865	11.558
1.02.01.09.01	Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	114.375	13.865	11.558
1.02.01.11	Outros Ativos Não Circulantes	86.291	81.270	68.386
1.02.01.11.03	Ativos de Retrocessão	86.291	81.270	68.386
1.02.02	Investimentos	86.898	110.529	111.645
1.02.02.01	Participações Societárias	0	22.124	22.323
1.02.02.01.05	Participações em Controladas em Conjunto no País	0	22.124	22.323
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	86.898	88.405	89.322
1.02.02.02.01	Imóveis Destinados a Renda	86.587	88.034	89.112
1.02.02.02.02	Outros Investimentos	311	371	210
1.02.03	Imobilizado	29.456	64.503	72.582
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.994	59.365	63.658
1.02.03.01.01	Imóveis	0	46.357	48.579
1.02.03.01.02	Bens Móveis	3.836	9.573	12.341
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	5.158	3.435	2.738
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.462	5.138	8.924
1.02.04	Intangível	105.828	85.120	65.887
1.02.04.01	Intangíveis	105.828	85.120	65.887

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	22.977.562	22.674.441	22.490.404
2.01	Passivo Circulante	17.506.102	17.351.763	16.437.261
2.01.01	Contas a Pagar	629.445	155.967	301.179
2.01.01.01	Obrigações Sociais	38.659	28.522	39.005
2.01.01.03	Provisões trabalhistas	11.825	12.797	11.051
2.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	35.972	42.409	43.886
2.01.01.05	Impostos e contribuições a recolher	31.470	35.280	141.743
2.01.01.06	Obrigações a pagar	44.621	26.605	61.334
2.01.01.08	Empréstimos e Financiamentos	466.898	10.354	4.160
2.01.02	Débitos de Operações	2.398.874	2.051.671	2.569.668
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	2.398.874	2.051.671	2.569.668
2.01.02.01.01	Operações com seguradoras	723	2.572	4.489
2.01.02.01.02	Operações com resseguradoras	2.227.873	1.810.175	2.336.361
2.01.02.01.03	Corretores de resseguros e retrocessões	134.093	160.141	181.384
2.01.02.01.04	Outros débitos operacionais	36.185	78.783	47.434
2.01.03	Depósitos de Terceiros	90.463	107.977	317.441
2.01.03.04	Depósitos de terceiros	90.463	107.977	317.441
2.01.04	Provisões Técnicas	14.387.320	15.036.148	13.248.973
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.387.320	15.036.148	13.248.973
2.01.04.01.03	Provisão de prêmios não ganhos	2.670.631	2.812.762	3.278.614
2.01.04.01.04	Sinistros a liquidar	8.145.786	8.842.862	6.417.059
2.01.04.01.05	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	3.364.373	3.155.351	3.341.396
2.01.04.01.06	Outras Provisões	206.530	225.173	211.904
2.02	Passivo Não Circulante	1.397.949	1.688.318	1.638.341
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.397.949	1.688.318	1.638.341
2.02.01.01	Contas a Pagar	884.432	1.317.449	1.297.884
2.02.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	370.469	415.469	474.143
2.02.01.01.05	Outras contas a pagar	19.723	4.426	7.265

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.06	Empréstimos e Financiamentos	440.707	819.107	816.476
2.02.01.01.07	Impostos e contribuições a recolher	53.533	78.447	0
2.02.01.02	Débitos das Operações	789	789	789
2.02.01.02.01	Débitos das operações com resseguros e retrocessões	789	789	789
2.02.01.03	Provisões Técnicas	429.855	293.922	282.999
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	429.855	293.922	282.999
2.02.01.04	Outros Passivos	82.873	76.158	56.669
2.02.01.04.01	Contingências fiscais	17.282	16.122	0
2.02.01.04.02	Contingências cíveis e trabalhistas	65.591	60.036	56.669
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.073.511	3.634.360	4.414.802
2.03.01	Capital Social Realizado	5.379.189	4.219.524	4.219.524
2.03.01.01	Capital Social	5.453.080	4.253.080	1.953.080
2.03.01.02	Aumento de capital em aprovação	0	0	2.300.000
2.03.01.03	Gasto com emissão de ações	-73.891	-33.556	-33.556
2.03.02	Reservas de Capital	-283.760	-282.754	-282.754
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-283.760	-283.760	-283.760
2.03.02.08	Reserva de capital	0	1.006	1.006
2.03.04	Reservas de Lucros	0	148.666	832.747
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	148.666	832.747
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-478.100	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-543.818	-451.076	-354.715
2.03.06.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-543.818	-451.076	-354.715

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas das Operações	7.047.042	7.987.428	8.480.669
3.01.02	Operações de Resseguros	7.021.200	7.435.350	8.309.558
3.01.02.01	Prêmios de Resseguros Ganhos	7.021.200	7.435.350	8.309.558
3.01.03	Operações de Previdência Complementar	25.842	552.078	171.111
3.01.03.02	Variações das Provisões Técnicas	25.842	552.078	171.111
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-8.486.196	-9.564.136	-10.046.790
3.02.02	Operações de Resseguros	-8.486.196	-9.564.136	-10.046.790
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	-6.911.514	-8.277.362	-8.438.864
3.02.02.02	Despesas de Comercialização de Resseguros	-255.606	-253.133	-257.366
3.02.02.03	Outras Despesas de Resseguros	-1.319.076	-1.033.641	-1.350.560
3.03	Resultado Bruto	-1.439.154	-1.576.708	-1.566.121
3.04	Despesas Administrativas	-421.237	-419.685	-393.475
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-421.237	-419.685	-393.475
3.04.02.01	Despesas administrativas	-329.437	-389.376	-319.681
3.04.02.02	Despesas com tributos	-91.800	-30.309	-73.794
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	65.169	-9.161	209.282
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.795.222	-2.005.554	-1.750.314
3.08	Resultado Financeiro	614.461	610.089	-111.604
3.08.01	Receitas Financeiras	2.334.708	2.038.700	1.554.961
3.08.01.01	Receitas Financeiras	2.334.708	2.038.700	1.554.961
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.720.247	-1.428.611	-1.666.565
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.180.761	-1.395.465	-1.861.918
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	550.420	712.764	380.402
3.10.01	Corrente	-6.743	53.014	-114.883
3.10.02	Diferido	557.163	659.750	495.285
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-630.341	-682.701	-1.481.516
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
3.13.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-630.341	-682.701	-1.481.516

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,26	-0,54	-1,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,26	-0,54	-1,18

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-92.742	-96.361	-163.644
4.02.01	Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	-12.263	-24.428	-37.648
4.02.02	Ganhos originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercíc	-137.310	-163.172	-49.049
4.02.04	Ganhos e perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários - Controladas	0	-2.948	-3.079
4.02.05	IR e CS relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	61.235	65.269	19.620
4.02.06	Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.976	48.196	-155.812
4.02.08	Imposto de renda e contribuição social relacionados a benefícios pós-emprego	-790	-19.278	62.324
4.02.09	Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do período dos ativos financeiros dispo	-5.590	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-723.083	-779.062	-1.645.160
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-723.083	-779.062	-1.645.160

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-550.481	-129.861	-1.486.544
6.01.01	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	6.700.912	9.591.200	9.914.131
6.01.02	Recuperações de sinistros e comissões	1.306.890	1.229.922	1.558.621
6.01.03	Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	0	0	66.142
6.01.04	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	-6.976.603	-7.130.793	-8.195.799
6.01.05	Repasse de prêmios por cessão de riscos	-1.903.458	-2.879.548	-2.800.682
6.01.06	Pagamentos de despesas e obrigações	-437.477	-504.406	-556.397
6.01.07	Outros pagamentos operacionais	-21.157	-339.208	0
6.01.08	Recebimento de aluguéis	95.133	59.798	959.284
6.01.09	Recebimentos de juros e dividendos	10.032	2.622	324
6.01.10	Constituição (resgates) de depósitos judiciais	-12.211	-19.879	18.312
6.01.11	Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	-8.720.302	-11.655.567	-9.543.155
6.01.12	Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	9.528.180	11.222.540	7.227.019
6.01.13	Impostos e contribuições pagos	-26.699	-10.676	-134.344
6.01.14	Recebimento acordo judicial	0	358.158	0
6.01.15	Juros Pagos	-93.721	-54.024	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-609.270	162.069	-1.269.749
6.02.01	Aplicações de investimentos disponíveis para venda	-3.433.044	-3.315.343	-5.993.989
6.02.02	Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	2.748.240	3.537.836	4.778.356
6.02.05	Pagamento pela compra de ativo permanente - Imobilizado	-6.088	-5.174	-3.516
6.02.06	Pagamento pela compra de ativo permanente - Intangível	-60.943	-55.250	-56.567
6.02.07	Recebimento pela Venda - Imobilizado	85.310	0	9.575
6.02.08	Dividendos recebidos - Participações societárias (Controladas)	57.255	0	0
6.02.10	Pagamento de arrendamento mercantil	0	0	-3.608
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.158.227	-26.844	2.813.420
6.03.01	Aumento de capital	0	0	2.300.000
6.03.02	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-11	-24.815	0
6.03.03	Aquisição das próprias ações	0	0	-270.870

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.04	Ágio na emissão de ações	0	0	1.006
6.03.05	Gasto com emissão de ações	-40.335	0	-33.556
6.03.06	Emissão de debentures	1.200.000	-1.104	826.632
6.03.07	Custo de emissão de debentures	0	0	-9.792
6.03.08	Arrendamento mercantil	-1.427	-925	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-19.457	18.847	-78.428
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.981	24.211	-21.301
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.774	14.563	35.864
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.793	38.774	14.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360	0	3.634.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360	0	3.634.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.158.659	-148.666	152.241	0	1.162.234	0	1.162.234
5.04.01	Aumentos de Capital	0	1.200.000	0	0	0	1.200.000	0	1.200.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-40.335	0	0	0	-40.335	0	-40.335
5.04.10	Absorção de prejuízos acumulados	0	-1.006	-151.235	152.241	0	0	0	0
5.04.11	Reversão de JCP e dividendos não reclamados	0	0	2.569	0	0	2.569	0	2.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-630.341	-92.732	-723.073	0	-723.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-630.341	0	-630.341	0	-630.341
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-92.732	-92.732	0	-92.732
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-81.655	-81.655	0	-81.655
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-12.263	-12.263	0	-12.263
5.05.02.09	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	1.186	1.186	0	1.186
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.253.080	842.349	0	-478.100	-543.808	4.073.521	0	4.073.521

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.953.080	1.983.690	674.075	0	-354.715	4.256.130	0	4.256.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	158.672	0	0	158.672	0	158.672
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.080	1.983.690	832.747	0	-354.715	4.414.802	0	4.414.802
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.300.000	-2.300.000	-684.081	682.701	0	-1.380	0	-1.380
5.04.01	Aumentos de Capital	2.300.000	-2.300.000	0	0	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-1.380	0	0	-1.380	0	-1.380
5.04.08	Absorção de prejuízos acumulados	0	0	-682.701	682.701	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-682.701	-96.361	-779.062	0	-779.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-682.701	0	-682.701	0	-682.701
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-96.361	-96.361	0	-96.361
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-100.851	-100.851	0	-100.851
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-24.428	-24.428	0	-24.428
5.05.02.06	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	28.918	28.918	0	28.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.253.080	-316.310	148.666	0	-451.076	3.634.360	0	3.634.360

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.953.080	-12.197	2.195.338	0	-191.071	3.945.150	0	3.945.150
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	118.925	0	0	118.925	0	118.925
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.953.080	-12.197	2.314.263	0	-191.071	4.064.075	0	4.064.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.995.887	-1.481.516	1.481.516	0	1.995.887	0	1.995.887
5.04.01	Aumentos de Capital	0	2.300.000	0	0	0	2.300.000	0	2.300.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-33.556	0	0	0	-33.556	0	-33.556
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	-693	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-270.870	0	0	0	-270.870	0	-270.870
5.04.09	Ágio na emissão de ações	0	1.006	0	0	0	1.006	0	1.006
5.04.10	Absorção de prejuízos acumulados	0	-693	0	0	0	0	0	-693
5.04.11	Instrumentos patrimoniais outorgados	0	0	-1.481.516	1.481.516	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.481.516	-163.644	-1.645.160	0	-1.645.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.481.516	0	-1.481.516	0	-1.481.516
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-163.644	-163.644	0	-163.644
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-32.508	-32.508	0	-32.508
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-37.648	-37.648	0	-37.648
5.05.02.06	Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	0	0	0	0	-93.488	-93.488	0	-93.488
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.953.080	1.983.690	832.747	0	-354.715	4.414.802	0	4.414.802

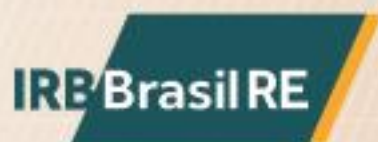
DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	7.034.656	7.439.812	8.437.568
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	7.021.200	7.435.350	8.309.558
7.01.04	Outras	0	0	159.259
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	13.456	4.462	-31.249
7.02	Variações das Provisões Técnicas	25.842	552.078	171.111
7.02.01	Operações de Seguros	25.842	552.078	171.111
7.03	Receita Operacional Líquida	7.060.498	7.991.890	8.608.679
7.04	Benefícios e Sinistros	-6.978.028	-8.403.357	-8.438.864
7.04.01	Sinistros	-6.575.570	-8.727.426	-7.776.421
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	-363.346	334.870	-707.966
7.04.05	Outros	-39.112	-10.801	45.523
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-373.052	-355.106	-343.141
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-34.139	-48.118	-23.604
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-83.307	-53.855	-62.171
7.05.03	Var. Despesas Comercialização Diferidas	-255.606	-253.133	-257.366
7.06	Valor Adicionado Bruto	-290.582	-766.573	-173.326
7.07	Retenções	-49.524	-44.374	-44.831
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.524	-44.374	-44.831
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-340.106	-810.947	-218.157
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	1.133.953	1.116.318	283.142
7.09.01	Receitas Financeiras	2.334.708	2.038.700	1.554.961
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-1.200.665	-920.926	-1.268.943
7.09.05	Outros	-90	-1.456	-2.876
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	793.847	305.371	64.985
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	793.847	305.371	64.985
7.11.01	Pessoal	162.561	241.916	186.544
7.11.01.01	Remuneração Direta	104.862	129.505	104.006
7.11.01.02	Benefícios	49.503	104.980	75.237

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.11.01.03	F.G.T.S.	8.196	7.431	7.301
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-458.620	-682.455	-306.608
7.11.02.01	Federais	-460.645	-684.684	-309.749
7.11.02.03	Municipais	2.025	2.229	3.141
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	-630.341	-682.701	-1.481.516
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-630.341	-682.701	-1.481.516
7.11.05	Outros	1.720.247	1.428.611	1.666.565
7.11.05.01	Resultado Financeiro	1.720.247	1.428.611	1.666.565

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2022

VERSÃO CVM

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****VERSÃO CVM**

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração do IRB Brasil RE e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<https://ri.irbre.com/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/>) e no *site* da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, e que foi utilizada na apresentação deste documento.

1. Mensagem da Administração

O mercado brasileiro de seguros cresceu em 2022 a cifra de 21,2%, enquanto o mercado de resseguros apresentou evolução de 22,3%, demonstrando notável resiliência a despeito da acanhada evolução do Produto Interno Bruto do país.

No que tange à performance do setor, a mesma ainda apresentou reflexos devastadores da pandemia, ademais das fortes estiagens que atingiram o Brasil. Ambos os fatores impactaram fortemente o resultado da Resseguradora e, conseqüentemente, seus indicadores regulatórios, os quais foram reenquadrados após o aumento de capital, concluído em setembro de 2022.

A partir da nomeação do então Conselheiro Marcos Falcão ao posto de Diretor Presidente, em novembro de 2022, a empresa vem passando por uma profunda reestruturação que visa torná-la mais competitiva e eficiente. Em dezembro de 2022, o Conselho de Administração transformou a Diretoria de Riscos e Controles Internos em uma unidade estatutária e elegeu para a posição, que inclui a unidade de Conformidade, Thais Ricarte Peters, então membra externa do Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos. E em janeiro de 2023, o colegiado deslocou o então Conselheiro, Daniel Castillo, ao posto de Diretor Vice-Presidente de Subscrição. Profissional com extensa experiência no setor de resseguros internacional, com mais de 40 anos atuando em grandes grupos globais, tem a missão de elevar o padrão técnico da Empresa nas atividades core que incluem o processo de subscrição, precificação e pós-venda, estreitando o relacionamento com os clientes e parceiros de negócios.

Com o objetivo de ajudar a desenhar a nova estrutura do IRB, revisar processos e buscar eficiências, a Companhia contratou consultoria especializada em gestão. Os principais diagnósticos e recomendações serão entregues em março, para avaliação e aplicação durante o segundo trimestre de 2023.

A nova estrutura do IRB fundamenta sua gestão nos seguintes pilares: disciplina financeira, excelência na subscrição e agilidade na execução com metas simples e claras.

A Administração está confiante de que a estratégia se encontra bem desenhada e que conta com um time preparado para executá-la.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

No ano de 2022, o volume total de prêmio emitido decresceu 9,9% em relação a 2021, totalizando R\$7.892,0 milhões. A emissão no Brasil totalizou R\$5.377,5 milhões, o que representou um incremento de 0,9%, refletindo a estratégia de focar nossos negócios no mercado local. Já o prêmio emitido no exterior alcançou a cifra de R\$2.514,5 milhões, com redução de 26,7% em relação a 2021. A menor contribuição do prêmio emitido no exterior em 2022 decorre, principalmente, da estratégia de *re-underwriting* amplamente divulgada pela Companhia.

No ano de 2022, o prêmio retrocedido apresentou uma redução de 8,8%, acompanhando a queda no prêmio emitido. Assim, o total do prêmio retido foi de R\$4.968,1 milhões, com decréscimo de 10,6% em relação ao ano anterior. Por fim, o prêmio ganho nos doze meses do ano totalizou R\$5.097,6 milhões, com diminuição de 13,6% em relação a 2021 devido ao efeito da variação das provisões técnicas e da redução nos prêmios emitidos.

Sinistro Retido

Em 2022, registramos R\$5.314,9 milhões no volume de sinistro retido, diminuição de 11,2% em relação a 2021. Os principais impactos foram: (i) os eventos climáticos atípicos que impactaram o segmento Rural e (ii) ocorrência de mortes por Covid-19 na linha de Vida. O índice de sinistralidade aumentou de 101,5% em 2021 para 104,3% em 2022, embora tenha havido redução nominal no sinistro retido no ano de 2022, mas que não compensou a queda no prêmio ganho.

Resultado de Subscrição

Em 2022, o resultado de subscrição ainda foi negativo, em R\$ 1.449,4 milhão, comparado a um resultado negativo de R\$1.568,7 milhões em 2021, impactado pelo menor volume de prêmios emitidos, combinado com volume de sinistros retidos no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro e patrimonial totalizou R\$690,1 milhões em 2022, incremento de 11,7% em relação a 2021, decorrente do aumento da taxa Selic, além do efeito não-recorrente de ganhos de ação judiciais, venda do imóvel sede da Companhia no Rio de Janeiro e da participação de 20% no CasaShopping.

Em atendimento ao disposto na subseção X do Art. 117 da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e não detém títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Despesa Administrativa

Em 2022, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$329,7 milhões, redução de 14,9% em relação a 2021, principalmente devido à diminuição em despesas com pessoal próprio e despesas judiciais. O índice sobre o prêmio ganho variou de 6,6% em 2021 para 6,5% em 2022.

Resultado Líquido

A Companhia apresentou um prejuízo líquido de R\$630,3 milhões em 2022, comparado a um prejuízo líquido de R\$682,7 milhões em 2021. Os principais detratores, conforme indicado anteriormente, foram os desvios de sinistralidade nas linhas de rural e pessoas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Impactos causados pela Covid-19**

No exercício de 2022, de acordo com as informações dos avisos de sinistros recebidos das cedentes, o IRB registrou perdas de R\$228,2 milhões de sinistros relacionados à Covid-19 (R\$383,7 milhões em 2021), conforme quadro abaixo:

Segmento	R\$ milhões	
	2022	2021
<i>Pessoas</i>	202,6	354,8
<i>Patrimonial e Responsabilidade</i>	18,4	22,2
<i>Risco Financeiros</i>	-	3,7
<i>Demais</i>	7,1	3,1
Total	228,2	383,7

Desde o início da pandemia no Brasil, de fevereiro de 2020 a dezembro de 2022, a Companhia registrou uma perda de R\$636,9 milhões de sinistros retidos relacionados à Covid-19.

4. Impactos causados pelos eventos climáticos

O efeito das questões climáticas no agronegócio, refletido nos contratos de resseguro firmados em 2021, causou quebras de safra importantes, que resultaram em sinistros vultosos para os produtores rurais e, consequentemente, para as seguradoras e resseguradoras. No ano de 2022 a Companhia apresentou um aumento extraordinário da sinistralidade do ramo de seguro Rural no Brasil, principalmente derivado de eventos climáticos de uma seca severa no sul do País. Caso seja considerado, hipoteticamente, o montante dos eventos atípicos de 2022, ou seja, a diferença entre o montante de sinistro total do agro doméstico em 2022 e aquele resultante da aplicação teórica da sinistralidade da mesma carteira de 2021, o resultado desta diferença seria de R\$ 975,1 milhões.

5. Proventos

Como a Companhia não auferiu lucros no ano de 2022, não houve proposta de distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

6. Governança Corporativa

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitês Executivos e Estratégicos que assessoram a Diretoria e o Conselho de Administração. Esses órgãos desempenham funções específicas, de forma a assegurar transparência e as melhores práticas de gestão e supervisão do desempenho. Conta ainda com uma Secretaria responsável pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração, bem como assegura que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente, de maneira segura, a todas as instâncias.

O Conselho de Administração é composto por até 9 membros titulares e um suplente, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 31 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração estava composto por 6 membros titulares. Todos são independentes, com exceção do Presidente do Conselho e seu suplente, ambos indicados pela União em razão da *Golden Share*. O Conselho de Administração é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutário; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte à gestão do IRB Brasil RE.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão da Administração, em defesa da Companhia e dos seus acionistas, de caráter permanente e atualmente integrado por três membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva era integrada por 6 membros estatutários, sendo um deles Diretor Presidente, 4 Vice-Presidentes (Subscrição; Técnico e de Operações; Financeiro e de Relações com Investidores; Riscos, Conformidade e Jurídico), além de uma diretora a cargo da gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, que atuam com o apoio de 13 diretores não estatutários.

Durante o ano de 2022, foram realizadas 26 reuniões do Conselho de Administração, 26 reuniões de seu Comitê de Auditoria, 57 reuniões de Diretoria e 35 reuniões do Conselho Fiscal, além de 76 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho.

7. Estrutura Acionária

Desde 2019, a Companhia tem seu capital pulverizado, sem controlador definido. Mesmo após a oferta ocorrida em setembro de 2022, onde a Companhia captou R\$1,2 bilhão, ela manteve seu status de *corporation*, com 99,5% de ações em circulação negociadas em bolsa e 0,5% em tesouraria.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias do IRB, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.

8. Alterações Societárias

A incorporação da controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. na totalidade de seu patrimônio foi aprovada pelos acionistas em AGE realizada em 30 de setembro de 2022. O patrimônio líquido da IRB Investimentos era de R\$6,3 milhões na data da incorporação.

9. Gestão de Riscos

A Companhia possui uma política de gestão de riscos que estabelece os parâmetros para acompanhamento e tratamento de seus riscos, com ênfase em subscrição, mercado, crédito, estratégicos e operacionais. Sua aprovação se dá pelo Conselho de Administração e sua aplicação monitorada regularmente por colegiados, entre os quais o Comitê de Gestão de Riscos e Solvência, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Estatutária e o próprio Conselho de Administração.

A Administração considera que os mecanismos implantados, desenvolvendo a integração entre a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e o Sistema de Controles Internos (SCI), incluindo verificação de efetividade, estão em sintonia com as melhores práticas internacionais, sendo continuamente promovido o aprimoramento das funções de controle e da governança em gestão de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização – Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores – e a Companhia segue o modelo de três linhas, conforme os preceitos determinados pela Resolução CNSP nº 416/2021, estabelecendo em políticas e normativos internos as atribuições de cada uma delas. A primeira linha é composta pelas vice-presidências executivas e operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. A Vice-Presidência de Riscos, Conformidade e Jurídico, por meio da Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, atua como segunda linha, enquanto a terceira é representada pela Auditoria Interna. Os órgãos colegiados com função de fiscalização e controle desempenham suas atribuições estatutárias, verificando o cumprimento dos princípios estabelecidos, com vistas a colaborar para o aperfeiçoamento da operação em seus aspectos mais relevantes.

A Companhia mantém atualizada, no mínimo anualmente, uma Declaração de Apetite por Riscos (DAR), que estabelece os riscos os quais pretende assumir (e em que medidas, qualitativas e quantitativas), ou evitar, em linha com seus objetivos estratégicos determinados no plano de negócios, sendo o documento consolidado devidamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Anualmente são realizados testes acerca dos planos de continuidade de negócios e de recuperação de desastres, como melhores práticas e cumprimento das exigências regulatórias, em que são simulados cenários de indisponibilidade de acesso físico à sede e ao *data center* principal, situado na cidade do Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados, sendo todos os sistemas críticos testados a partir do *data center* de contingência, estabelecido em São Paulo.

A Companhia dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI) que norteia as ações relacionadas à segurança da informação, dividido em quadro domínios: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidentes, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias.

Em 07 de outubro de 2022, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa de classificação de riscos com foco exclusivo no setor de seguros e resseguros, confirmou a manutenção do rating de Força Financeira do IRB Brasil RE em "A-" (Excelente) e a Classificação de Crédito de Longo Prazo do Emissor (ICR de Longo Prazo) em "a-". De acordo com o comunicado divulgado pela agência, as classificações decorrem da força do balanço patrimonial da Companhia, aliado aos esforços contínuos para reestruturação do perfil de negócios, bem como às medidas que vêm sendo tomadas para aprimorar sua estrutura e governança no âmbito da gestão de riscos corporativos.

Em 06 de dezembro de 2022, a agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings ("S&P") reclassificou os ratings atribuídos à Companhia e às suas emissões de debêntures senior unsecured de 'brAAA' para 'brAA+' na Escala Nacional Brasil, sendo a perspectiva do rating de emissor negativa, em função dos resultados operacionais do ano terem sido bastante afetados pela forte seca (agro) e pelos efeitos da pandemia COVID-19.

10. Ética e Integridade

No âmbito dos instrumentos normativos, a Companhia promoveu a criação da Política de Consequências, a atualização da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e da Política de Alçadas, bem como a ampla disseminação da Política de Partes Relacionadas.

O IRB acredita que os instrumentos normativos direcionam e norteiam as práticas no ambiente corporativo e precisam ser revisitados de forma constante. Ainda com o mesmo propósito, foram realizadas ações contínuas de treinamento e aculturação, dentre as quais a atualização do Curso do Código de Conduta, disponibilizado por meio da plataforma Conecte, aos colaboradores lotados no Brasil, em Londres e em Buenos Aires. Da mesma forma, a Companhia promoveu a atualização do curso de Prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo – PLD/FT e o ofereceu a seus colaboradores, cujo material foi também disponibilizado por meio da plataforma Conecte.

A Companhia mantém um Canal de Denúncias gerenciado por uma empresa especializada e independente, que recebe de forma autônoma e segura as denúncias – inclusive anônimas - sobre potenciais atos ilícitos, violações aos princípios éticos, padrões de comportamento atípicos, violações às políticas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Conduta.

Em 2022 foi preparada e executada campanha de comunicação sobre o canal de denúncias, esclarecendo pontos sobre responsabilidades pela apuração, confidencialidade e confiabilidade do canal, assim como situações nas quais se deve registrar uma denúncia e como construir um ambiente ético.

11. Desempenho Socioambiental

Capital Humano

No que diz respeito aos colaboradores da Companhia, o IRB Brasil RE incentiva fortemente 2 conceitos fundamentais: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito mútuo; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No encerramento de 2022, atuavam na Companhia 432 colaboradores, sendo 385 empregados próprios e 47 terceirizados. Entre os empregados, 53% eram homens e 47%, mulheres. Dos cargos de gestão, 29% são ocupados por mulheres.

A taxa de rotatividade no ano de 2022 foi de 18% (14,1% em 2021).

Em 2022, foram implementadas diversas iniciativas na frente de Cultura, como a Formação de Multiplicadores Internos, treinamentos de formação técnica da Academia de Resseguros, Rodas de Conversa com palestrantes externos sobre diversidade, realização do Censo IRB, além de celebrações e reconhecimento dos nossos colaboradores no Programa de Reconhecimento Não Financeiro, dentre outras.

Atento ao bem-estar físico e mental dos colaboradores, o Programa de Qualidade de Vida contempla ações ligadas à atividade física, ações de apoio psicológico, consulta financeira e jurídica, campanhas internas com o foco na saúde e comemorações em datas festivas e em promoções.

A companhia segue utilizando o modelo híbrido de trabalho, de acordo com as melhores práticas do mercado, buscando melhorar a qualidade de vida dos colaboradores com a flexibilidade do novo formato, sem perder a eficiência e produtividade.

Para manter e atrair talentos, oferecemos um pacote de benefícios que inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, seguro de vida, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho. Além disso, buscamos ações de desenvolvimento para o crescimento dos colaboradores e realizamos 36% de aproveitamentos internos em vagas do corpo técnico e executivo, com o intuito de reconhecer e valorizar nosso capital humano.

Adicionalmente, 86% dos empregados aderiram ao plano de previdência complementar, que tem coparticipação da Companhia.

O Código de Conduta do IRB estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

Aspectos ASG

Aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) – ou ESG, na sigla do inglês de *environmental, social and governance* – se incorporam à estratégia do IRB Brasil RE como um compromisso e em decorrência da própria natureza do negócio.

As atividades de seguro e resseguro são diretamente conectadas ao conceito de sustentabilidade, pois representam um instrumento de gestão de riscos para o tratamento adequado e a minimização dos impactos que possam afetar o desempenho das empresas e a vida das pessoas. Elas ajudam a manter o bom funcionamento de todo o sistema, inclusive porque há repartição de riscos entre resseguradoras, e criam uma cadeia que promove mais estabilidade financeira para o mercado de seguros diretos.

Para reafirmar seu compromisso, o IRB Brasil RE acredita ser relevante contar com uma política para nortear a atuação da companhia de acordo com as melhores práticas. Em junho de 2022, aprovou no Conselho de Administração (CA) sua Política de ASG, disponível para consulta no site institucional da Companhia, e já começou a implantá-la.

Um dos primeiros passos, o Censo da Diversidade, incluído no pilar social, mediu a diversidade no quadro de funcionários com adesão de 84% dos colaboradores, superior à média de 73% do setor de seguros e de 59% do mercado geral. A companhia também estimulou a reflexão em datas significativas, como Orgulho LGBTQIAP+, Igualdade Feminina e Consciência Negra, provendo palestras e rodas de conversa.

É desejo da Companhia, em colaboração estreita com parceiros de negócios e outras partes interessadas, ampliar o conhecimento, o engajamento e o desenvolvimento de soluções concretas para que a agenda ASG seja parte do seu modelo de negócio e do processo de tomada de decisão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A política ASG do IRB contempla aspectos ligados às atividades de subscrição de riscos, através da qual a Companhia pretende buscar o fomento a produtos de seguro com impacto positivo para o meio ambiente e que considerem a transição para uma economia de baixo carbono.

Além disso, a política prevê o monitoramento e o reporte de riscos de sustentabilidade presentes nas atividades e nas operações de subscrição e de sinistros, o que inclui critérios de precificação e aceitação de riscos atrelados às práticas de gerenciamento e mitigação dos clientes.

Maior resseguradora do País, a Companhia tem posição de destaque ou de liderança em ramos de seguro que são afetados, de forma mais ou menos intensa, pelas mudanças climáticas. O setor rural é o principal exemplo, bem como o de riscos patrimoniais.

Fornecedores

A Companhia trabalha com normativos que incluem cláusulas de confidencialidade, conflito de interesse e proteção nos contratos com fornecedores, além de política de KYS – *Know Your Supplier*, onde uma *due diligence* é realizada antes da assinatura dos contratos administrativos (não operacionais) pela Companhia.

A política *Know Your Supplier* (KYS) estabelece a realização de diligência reputacional antes da assinatura dos contratos. Alguns aspectos são checados durante o processo de diligência reputacional, como Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), mídia negativa, FGTS – CRF, CND, CNDT, entre outros. Os normativos incluem cláusulas de confidencialidade e conflito de interesse. Os contratos com fornecedores incluem a necessidade de observar o Código de Conduta da Companhia, assegurando o pleno respeito aos direitos humanos, como o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, além da não utilização de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão. A adequação das relações trabalhistas é identificada a partir de questionário de *compliance* aplicado aos fornecedores.

Nova sede

Em 2022 foi iniciado o processo de mudança física da sede do IRB Brasil RE. O local escolhido é o Ventura Corporate Towers, localizado no Centro do Rio de Janeiro. O edifício recebeu a certificação Leed (*Leadership in Energy and Environmental Design*), conferido pela ONG americana *US Green Building Council*, por atender a uma série de exigências sustentáveis para o edifício, entre as quais o uso inteligente e racionalizado de água e energia, controle do descarte de entulho, reciclagem de lixo etc. A mudança está prevista para o primeiro semestre de 2023.

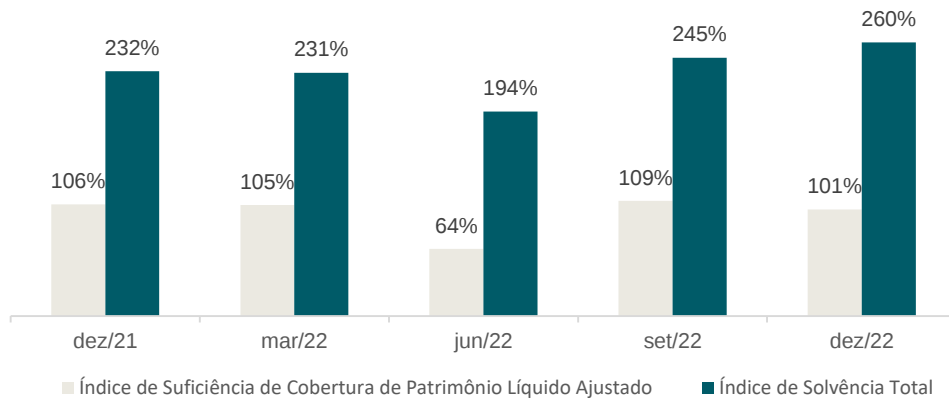
12. Índices Regulatórios

a) Suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado

A Companhia apresentou suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data-base de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 18,1 milhões. A solvência total se apresenta em patamares compatíveis com grandes players internacionais e aumentou de 232% em 2021 para 260% no final de 2022.

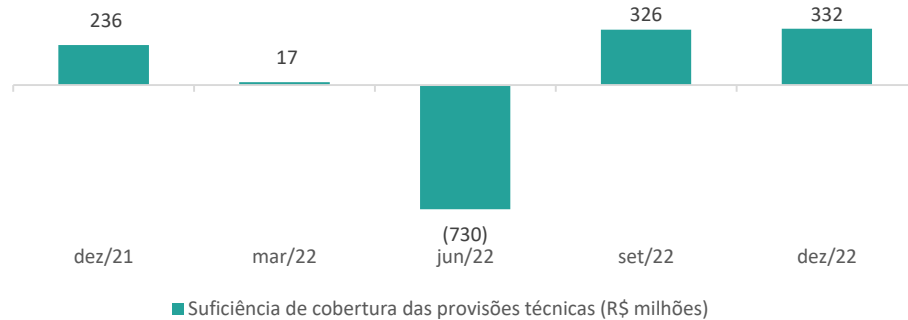
Em que pese a Companhia ter apresentado suficiência de patrimônio líquido ajustado frente ao capital mínimo requerido em dezembro de 2022, observa-se redução neste indicador frente ao apresentado em dezembro de 2021. Tal redução advém, principalmente, das perdas contábeis registradas neste exercício em função de eventos relevantes nos grupos de vida e rural. Neste sentido, a Administração avalia de forma permanente medidas para reforçar a sua estrutura de capital e elevar este indicador regulatório, tais como: (i) operações estruturadas redutoras de provisões ou transferência de carteiras em run-off; (ii) vendas de imóveis não operacionais; (iii) redução de capital ocioso em subsidiária; (iv) implementação de um novo programa de redução das despesas administrativas, entre outros. Outro pilar importante se refere às melhorias de resultados técnicos previstas em razão das diversas medidas adotadas ao longo dos últimos períodos na subscrição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



b) Suficiência de cobertura de provisões técnicas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava suficiência de cobertura de provisões técnicas de R\$332,1 milhões, patamar superior ao observado em dezembro de 2021 e já considerando as ações implementadas no Plano de Regularização de Cobertura implementado em 2022.



13. Relacionamento com Auditores Independentes

O IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) não sejam afetados quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho com a Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a KPMG prestou serviços adicionais no valor total de R\$ 2,5 milhões, referentes à Auditoria Atuarial e emissão de cartas confortos no contexto da oferta de ações do IRB nos mercados brasileiros (local), americano (US) e internacional (Non-US). Este valor corresponde a 245% dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A KPMG considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Sobre o contrato de prestação de serviços de Auditoria Atuarial Independente com a KPMG, conforme requerido pela Resolução CNSP 321/2015, o valor total dos honorários contratados para os serviços de auditoria externa para o ano de 2022 foi de R\$ 242,0 mil.

14. Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 54 de seu Estatuto Social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

15. Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM nº 80/2022 de 29 de março de 2022, artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

16. Agradecimentos

A Administração do IRB expressa sua gratidão e reconhecimento a cedentes, colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e debenturistas, pela relação e parceria, assim como aos representantes do poder público, aos órgãos reguladores e aos corretores pelo apoio e confiança na sua missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em inovação e sustentabilidade.

A Administração

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto brasileira, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires e Londres. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

O exercício findo em dezembro de 2022 apresentou-se desafiador para o mercado segurador e ressegurador. O efeito das questões climáticas no agronegócio, refletidos nos contratos de resseguro firmados em 2021, causou quebras de safra importantes, que resultaram em sinistros vultosos para os produtores rurais e, conseqüentemente, para as seguradoras e resseguradoras. O impacto remanescente da pandemia nos seguros de vida, também afetou de forma importante a sinistralidade da Companhia. Ambos os eventos citados, foram os principais responsáveis pelo resultado adverso da Companhia, no entanto é importante destacar a evolução positiva dos demais negócios, quando comparados com o ano anterior, confirmando a mudança de tendência e o trabalho de recondução dos resultados da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2023.

1.1.1 Continuidade operacional

No segundo trimestre de 2022, a Companhia apresentou insuficiência na cobertura do capital mínimo requerido e também na cobertura das provisões técnicas.

Conforme previsto no marco regulatório, durante o segundo semestre a Companhia elaborou e implementou o plano de regularização de suficiência de cobertura (PRC) de acordo com o apresentado na nota explicativa 21 cujas ações previstas, em sua maioria, também geraram efeitos positivos na cobertura do capital mínimo requerido, não gerando a necessidade de apresentação do plano de regularização de solvência (PRS). Em 9 de janeiro de 2023, o órgão regulador constatou que a Companhia logrou êxito no cumprimento das metas indicadas no PRC, restabelecendo a suficiência do indicador regulatório.

De acordo com o exposto nas notas explicativas 2.5 e 21, a Companhia apresenta suficiência nos indicadores regulatórios, em 31 de dezembro de 2022. Diante disso e considerando que as ações estruturais vinculadas aos negócios irão reconduzir a Companhia à obtenção de resultados sustentáveis, a Administração não tem o conhecimento e não considera nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade dos negócios. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

1.2 Informações complementares

1.2.1 Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Em resposta à pandemia global COVID-19 em 2020, a Companhia adotou várias medidas destinadas a proteger a saúde de seus funcionários e a estabilidade de suas operações.

No exercício de 2022, de acordo com as informações dos avisos de sinistros recebidas das cedentes, o IRB registrou perdas de R\$ 228.164 de sinistros relacionados à COVID-19 (R\$ 383.730 no exercício de 2021), conforme quadro abaixo:

	2022	2021
Pessoas	202.645	354.795
Patrimonial e Responsabilidades	18.378	22.205
Riscos Financeiros	19	3.677
Demais	7.122	3.053
	228.164	383.730

A Companhia atualizou os valores de sinistros relacionados à COVID-19, demonstrados na tabela acima, com base nas informações recebidas das cedentes neste trimestre.

Desde o início da pandemia no Brasil, de fevereiro de 2020 a dezembro de 2022, a Companhia contabilizou R\$ 636.944

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de sinistros retidos relacionados à COVID-19. Esses sinistros são representados substancialmente pelo ramo de Pessoas, nos quais as causas da morte são relacionadas ao vírus da COVID-19 por meio da inspeção dos obituários de morte dos segurados ou de outros documentos que são revisados no processo de regulação dos sinistros.

No do grupo de ramos de Pessoas (seguro de vida), a cobertura ao risco de pandemia era um risco excluído na maioria dos contratos firmados com as cedentes no Brasil. Não obstante, considerando a demanda pelo produto de seguro de vida individual com a cobertura ao risco de pandemia desde março de 2020, notadamente pelas Seguradoras nacionais, a Companhia passou a precificar e ofertar esta cobertura a partir das renovações dos contratos. Em alguns negócios internacionais, a cobertura do risco de pandemia estava prevista. As despesas com sinistros avisados retidos por mortes decorrentes de COVID-19 em 2022, em todas as geografias que a Companhia atua representaram R\$ 202.645, (R\$ 354.795 em 2021).

1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de investigação de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020, foi concluída a investigação independente, com o suporte de consultores especializados em atividade *forensic*, sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. A referida investigação identificou os responsáveis pela disseminação da informação inverídica acerca da base acionária da Companhia, os quais praticaram os referidos atos irregulares, em caráter individual, em absoluto descumprimento aos seus poderes regulares de gestão, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Brasil RE por meio de sua controlada de natureza imobiliária.

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram, em 2.850.000 ações, as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração.

Todas as referidas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração do IRB Brasil RE e os responsáveis primários, já identificados por todas as irregularidades apuradas, não integram mais os quadros da Companhia.

A atual Administração do IRB Brasil RE apresentou as conclusões de todas as investigações acima indicadas ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Companhia vem contribuindo com as investigações que estão sendo conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, bem como todas as informações e documentos requisitados. Do mesmo modo, adotou as devidas providências legais a fim de se ressarcir de todos os prejuízos que lhe foram causados pelas condutas irregulares praticadas pelos indivíduos envolvidos, em especial por meio da instauração de procedimento arbitral em face de Ex-Diretores Estatutários da Companhia, o qual foi devidamente aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2020, realizada em 31.07.2020, visando a devida responsabilização dos referidos Ex-Diretores Estatutários da Companhia.

Foi aprovado também o ajuizamento de ação de responsabilidade contra os Ex-Diretores Estatutários da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (IRB Par). Adicionalmente, cumpre destacar que o Jurídico, a Contabilidade e a área Financeira da Companhia assumiram as respectivas atribuições no âmbito das atividades operacionais realizadas pela referida subsidiária, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Brasil RE (incorporador), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

Adicionalmente, o *U.S. Department of Justice* (DoJ) e a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) anunciaram publicamente, em 18 de abril de 2022, o andamento de processos criminal e civil, respectivamente, contra o antigo Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o qual representou a Companhia em reuniões com investidores norte-americanos no primeiro trimestre de 2020, em razão da declaração inverídica sobre a estrutura acionária da Companhia e potenciais investimentos na Companhia por terceiros, o que configuraria fraude ao mercado de capitais, nos termos da legislação norte-americana.

Até a presente data não há qualquer demanda judicial ou administrativa instaurada por parte de autoridades norte-americanas. A Companhia, com assessoria de escritório de advocacia especializado, vem mantendo tratativas com o DoJ e a SEC para assinatura de eventual acordo, não havendo expectativa de desembolso em razão deste evento, bem como motivo para constituição de qualquer tipo de provisão para eventuais pagamentos. Entretanto, a Companhia não descarta a hipótese de futuras demandas judiciais no exterior e considera possível haver o desembolso de recursos financeiros em razão destas eventuais demandas, para as quais a Companhia não é capaz de estimar valor ou o prazo de qualquer dispêndio decorrente das referidas eventuais ações judiciais.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2.3 Representação Criminal

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia informou ao mercado que apresentou representações criminais ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas informações financeiras da Companhia, divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, as quais resultaram no refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.

Adicionalmente à referida representação criminal relacionada às manipulações contábeis, existem outras duas representações criminais em curso, as quais foram apresentadas com base em toda a documentação apurada nas investigações internas, conduzidas pela Companhia com o suporte de empresas de consultoria independentes, referentes (i) à base acionária da Companhia, bem como (ii) às irregularidades na distribuição de bônus a Ex-Diretores Estatutários e Colaboradores da Companhia e de sua Subsidiária Imobiliária, além de irregularidades também no programa de recompra de ações aprovado em 19.02.2020.

As três representações criminais acima mencionadas encontram-se em fase instrutória e não de acusação, sendo acompanhadas pelo Jurídico da Companhia e por escritório externo especializado.

1.2.4 Inquéritos Administrativos perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Apresentamos o status atual dos dois Inquéritos Administrativos perante a CVM, os quais apresentam os seguintes objetos descritos abaixo:

- (i) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003611/2020-91: Inquérito administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas a operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Brasil RE, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020. O inquérito teve origem no Processo Administrativo nº 19957.002942/2020-11, que foi instaurado para avaliar operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Brasil RE, em decorrência: (i) da queda observada na cotação das ações de emissão da Companhia após a divulgação da Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra"); (ii) de suposto conflito de interesse, inclusive publicamente admitido pela Squadra, vez que mantém investimentos *short* nas ações de emissão da Companhia; (iii) dos eventos subsequentes que reforçaram a queda da cotação das ações de emissão da Companhia, culminando na renúncia do Presidente e do Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia em 4 de março de 2020. Em 25.11.2021, a CVM concluiu o referido Inquérito e instaurou o Processo Administrativo Sancionador nº 19957.993611/2020-91, no qual foram acusados os seguintes ex-administradores do IRB Brasil RE: (i) o Ex-Diretor Presidente por falha no dever de diligência ao divulgar informação falsa ao mercado, sem tomar os devidos cuidados para verificar a veracidade da informação, bem como (ii) o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários; e
- (ii) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-35: Inquérito Administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à divulgação de informações por parte da Companhia e de seus administradores. O referido Inquérito teve origem nos Processos CVM nº 19957.011072/2019-20, nº 19957.001517/2020-05 e nº 19957.000767/2020-10 instaurados para apurar as suspeitas levantadas pela empresa Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra") acerca da conformidade das demonstrações financeiras da Companhia às normas contábeis e regulatórias vigentes. O referido Inquérito se encontra em fase instrutória e não de acusação.

1.3 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

A Companhia possui sucursal na Argentina, cujas operações iniciaram em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis desta sucursal estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia. Em linha com a estratégia da Companhia, os negócios originados na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação. Neste cenário, a Administração implementou um plano de otimização do capital alocado na referida sucursal de sorte a não mais subscrever novos riscos na Resseguradora Local, locando, portanto, os novos negócios na Resseguradora Admitida.

O IRB Brasil RE possui sucursal em Londres com o objetivo de administrar o *runoff* de carteiras em que outrora a Companhia operava. A Administração iniciou um processo de procura de especialistas em gestão de *runoff* interessados na compra de tais carteiras, com o objetivo de reduzir as exigências regulatórias e de capital atuais.

1.3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as suas atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

1.3.2 Incorporação da IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A

A IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. ("IRB Investimentos"), controlada direta do IRB Brasil RE, atuava com a finalidade de compra, venda e desenvolvimento de ativos imobiliários.

Em 05 de abril de 2022, a SUSEP deferiu autorização prévia solicitada pela Companhia para promover a incorporação de sua controlada IRB Investimentos na totalidade de seu patrimônio.

A incorporação foi aprovada pelos acionistas em AGE realizada em 30 de setembro de 2022 e, nesta mesma data, ocorreu a incorporação. O patrimônio líquido da IRB Investimentos foi avaliado com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 6.302. O acervo líquido contábil está apresentado como segue:

	30 de setembro de 2022
Ativo	
Aplicações financeiras	13.332
Títulos e créditos a receber	3.854
Créditos tributários e previdenciários	43.967
Participações societárias	28.953
	90.106
Passivo	
Contas a pagar	5.327
Imposto de renda e contribuição social	78.477
	83.804
Acervo líquido	6.302

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3.3 Entidades controladas

A partir de 30 de setembro de 2022, em razão da incorporação indicada na nota 1.3.2 acima, a Companhia passou a controlar diretamente as empresas IRB Chile Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Renda Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Uso Empreendimentos Imobiliários SPE S.A e IRB Santos Dumont Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., todas com função de gerir parte dos investimentos imobiliários do IRB Brasil Re.

A IRB Asset Management presta serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além de executar outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, nos termos da Instrução nº 558 de 28/03/2015 e alterações posteriores da CVM. Atualmente, a controlada executa a gestão da maioria dos fundos exclusivos da Companhia.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Investimento em 2022	Investimento em 2021
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	1.913	6	1.907	(513)	100,0%	1.907	-
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	11.327	47	11.280	658	100,0%	11.280	-
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	497	1	496	(276)	100,0%	496	-
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.091	219	14.872	(745)	100,0%	14.872	-
IRB Asset Management	12.927	2.095	10.832	40.738	100,0%	10.832	6.752
Total						39.387	6.752

Adicionalmente a Companhia possui a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

Fundos geridos pela IRB Asset Management:

- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento em Ações
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado
- IRB London Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

Fundos geridos por outras gestoras de investimentos:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário – FII
- BRZ IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- VINCI IRB Crédito Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- VINLAND Institucional I Fundo de Investimentos em Ações

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima e suas controladas.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção B – Riscos

2 Gerenciamento de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do IRB Brasil RE integra-se ao seu Sistema de Controles Internos (SCI), fundamentada em princípios de análise crítica e melhoria contínua, com o objetivo de identificar, mensurar, tratar e monitorar riscos que podem impactar os objetivos estratégicos da Companhia.

A Companhia mantém um Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico (a quem estão subordinadas a Diretoria de Gestão de Riscos e a Gerência de Conformidade), responsável pela supervisão e monitoramento do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. No mesmo sentido, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Riscos e Solvência e dos demais órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, por fomentar a gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em outubro de 2022, foi confirmada pela agência de *rating* *A.M. Best*, sediada nos Estados Unidos, o *rating* A- em uma escala de classificação de risco de crédito global. A Companhia realizou em 2020 emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações. Na ocasião, agência de classificação de riscos *Standard&Poor's Global Ratings* ("S&P") atribuiu o *rating* "brAAA" para as emissões, nível que foi alterado para "brAA+" em relatório divulgado em dezembro de 2022.

2.1 Modelo de três linhas

O IRB Brasil RE adota o modelo das três linhas em sua Estrutura de Gestão de Riscos e Sistema de Controles Internos, como forma de conferir maior robustez à sua governança corporativa.

A primeira linha é composta pelas vice-presidências de execução e operacionalização, sendo os gestores de área os responsáveis diretos pelo gerenciamento contínuo dos riscos de seus processos de trabalho.

A segunda linha é composta pela Vice-Presidência de Riscos, Conformidade e Jurídico, que compreende as unidades organizacionais de riscos corporativos, controles internos e de conformidade, que têm por função apoiar e monitorar continuamente a gestão de riscos desempenhada pela primeira linha.

Por sua vez, a terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem atribuições relacionadas a avaliar de forma independente a efetividade da governança e do gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia opera essas três linhas de forma simultânea e integrada, por meio de canais de comunicação adequados e da colaboração de todos os envolvidos, visando conferir a devida transparência à tomada de decisões baseada em risco.

2.2 Tipologia de risco

As principais categorias de risco, inclusive determinadas pelos órgãos reguladores, são as que seguem: operacionais, subscrição, mercado, crédito e liquidez.

A Companhia entende que estas categorias de fato abrangem as suas principais exposições, não sendo, porém exaustivas, considerando as dinâmicas do contexto e própria dos mercados em que está inserida.

2.2.1 Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão de riscos operacionais é coordenada pela Gerência de Controles Internos que atua, conjuntamente com as unidades de negócio, na aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais, fornecendo o devido suporte e avaliando a eficiência e a efetividade dos controles existentes.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) com definições para atuação em caso de contingência, organizado em planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Recuperação de Desastres e Planos de Continuidade Operacional, fundamentados no *Business Impact Analysis* (BIA), além do Plano de Gestão de Crises e do Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui ainda um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) com o objetivo de capturar e registrar a ocorrência de perdas oriundas de riscos materializados.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém da possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de riscos aceitos ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

2.2.2.1 Monitoramento dos ativos de retrocessão e passivos de resseguro por grupos de contratos

A Companhia calcula as provisões técnicas seguindo as normas e orientações estabelecidas pela SUSEP (órgão regulador brasileiro). As tabelas abaixo apresentam os saldos de ativos e passivos das provisões técnicas (Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR, Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER, Provisão de Excedente Técnico - PET, Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG, Provisão de Despesas Relacionadas - PDR) brutos e líquidos de retrocessão e segregados por grupos de ramos de seguros.

	Controladora e Consolidado					
	Provisões técnicas - resseguros		Ativos de retrocessão - provisões técnicas		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Aeronáuticos	535.455	653.034	(356.021)	(380.259)	179.434	272.775
Automóvel	167.606	153.541	(10.999)	(21.325)	156.607	132.216
Habitacional	56.551	53.686	(699)	(504)	55.852	53.182
Marítimos	149.994	183.117	(46.087)	(66.885)	103.907	116.232
Nucleares	1.041	1.192	(944)	(1.012)	97	180
Patrimonial	3.617.313	3.596.534	(1.824.163)	(2.144.315)	1.793.150	1.452.219
Pessoas	511.983	438.476	(87.398)	(110.714)	424.585	327.762
Petróleo	824.736	953.456	(660.375)	(800.761)	164.361	152.695
Responsabilidades	896.085	839.414	(493.600)	(495.809)	402.485	343.605
Riscos financeiros	1.173.468	856.249	(537.435)	(288.073)	636.033	568.176
Rural	1.243.543	988.121	(138.250)	(352.076)	1.105.293	636.045
Transportes	677.133	633.268	(408.976)	(385.206)	268.157	248.062
Exterior	4.962.267	5.979.982	(888.815)	(634.101)	4.073.452	5.345.881
Total	14.817.175	15.330.070	(5.453.762)	(5.681.040)	9.363.413	9.649.030

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o triângulo de desenvolvimento dos sinistros incorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição, sendo que a Companhia adota a comparabilidade de demonstrar o montante de PSL da data-base de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Sinistros Incorridos

• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	2022					
	Controladora e Consolidado					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sinistros incorridos no ano	346.916	148.897	610.364	656.259	932.205	354.151
Um ano depois	1.995.763	3.395.583	3.342.453	4.445.637	4.688.101	
Dois anos depois	3.505.785	6.197.022	5.341.843	5.536.346		
Três anos depois	4.192.023	6.907.476	5.646.650			
Quatro anos depois	4.424.539	6.949.030				
Cinco anos depois	4.411.966					
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	4.411.966	6.949.030	5.646.650	5.536.346	4.688.101	354.151
Pagamentos acumulados até a data base	(4.029.012)	(6.250.510)	(4.893.124)	(4.310.090)	(3.122.718)	(62.858)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2022 (a)	382.954	698.520	753.526	1.226.256	1.565.383	291.293
IBNER (b)	4.743	9.741	13.651	24.627	50.044	41.700
IBNR (c)	62.689	118.710	247.952	562.222	970.794	1.030.192
Passivo em relação a anos anteriores (d) - ano de subscrição anterior a 2017 (*)						
Total do passivo incluso no balanço (a)+(b)+(c)+(d)						11.658.587

(*) Considera PSL, IBNR e IBNER.

Ano de subscrição	2021					
	Controladora e Consolidado					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sinistros incorridos no ano	330.900	346.916	148.897	610.364	656.259	932.205
Um ano depois	2.118.255	1.995.763	3.395.583	3.342.453	4.445.637	
Dois anos depois	3.406.882	3.505.785	6.197.022	5.341.843		
Três anos depois	4.084.719	4.192.023	6.907.476			
Quatro anos depois	4.550.085	4.424.539				
Cinco anos depois	5.146.985					
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	5.146.985	4.424.539	6.907.476	5.341.843	4.445.637	932.205
Pagamentos acumulados até a data base	(4.303.897)	(3.784.715)	(5.859.640)	(4.070.560)	(2.485.811)	(276.092)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2021 (a)	843.088	639.824	1.047.836	1.271.283	1.959.826	656.113
IBNER (b)	4.265	2.536	4.182	6.955	59.873	17.746
IBNR (c)	30.904	84.963	150.408	454.290	1.185.004	927.354
Passivo em relação a anos anteriores (d) - ano de subscrição anterior a 2016 (*)						
Total do passivo incluso no balanço (a)+(b)+(c)+(d)						11.998.213

(*) Considera PSL, IBNR e IBNER.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sinistros Incorridos

• Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	2022					
	Controladora e Consolidado					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Sinistros incorridos no ano	305.449	116.046	286.304	400.072	843.363	260.400
Um ano depois	1.575.570	2.682.605	2.242.427	3.092.149	4.365.430	
Dois anos depois	2.701.564	4.809.769	3.755.125	4.018.837		
Três anos depois	3.128.163	5.376.773	3.912.350			
Quatro anos depois	3.271.067	5.401.208				
Cinco anos depois	3.313.629					
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	3.313.629	5.401.208	3.912.350	4.018.837	4.365.430	260.400
Pagamentos acumulados até a data base	(3.081.787)	(4.897.243)	(3.421.504)	(3.290.299)	(2.985.359)	(27.861)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2022 (a)	231.842	503.965	490.846	728.538	1.380.071	232.539
IBNER (b)	3.336	8.925	7.446	19.393	19.415	20.792
IBNR (c)	39.338	78.396	136.693	352.262	630.457	767.117
Passivo em relação a anos anteriores (d) - ano de subscrição anterior a 2017 (*)						1.785.113
Total do passivo incluso no balanço (a)+(b)+(c)+(d)						7.436.484

(*) Considera PSL, IBNR e IBNER.

Ano de subscrição	2021					
	Controladora e Consolidado					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sinistros incorridos no Ano	202.896	305.449	116.046	286.304	400.072	843.363
Um ano depois	1.508.804	1.575.570	2.682.605	2.242.427	3.092.149	
Dois anos depois	2.802.813	2.701.564	4.809.769	3.755.125		
Três anos depois	3.023.414	3.128.163	5.376.773			
Quatro anos depois	3.332.197	3.271.067				
Cinco anos depois	3.630.982					
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	3.630.982	3.271.067	5.376.773	3.755.125	3.092.149	843.363
Pagamentos acumulados até a data base	(3.355.908)	(2.910.060)	(4.619.339)	(2.801.917)	(1.892.669)	(262.913)
Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2021 (a)	275.074	361.007	757.434	953.208	1.199.480	580.450
IBNER (b)	6.193	949	528	(388)	39.101	5.025
IBNR (c)	22.630	67.164	108.262	272.136	746.029	702.098
Passivo em relação a anos anteriores (d) - ano de subscrição anterior a 2016 (*)						1.514.931
Total do passivo incluso no balanço (a)+(b)+(c)+(d)						7.611.311

(*) Considera PSL, IBNR e IBNER.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2.3 Análise de sensibilidade

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram mudanças isoladas e razoavelmente possíveis nas premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas pelo processo de subscrição de riscos e que sejam consideradas relevantes na demonstração financeira.

Como fator de risco, foi selecionada a premissa de sinistralidade.

Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de resseguro e equivale à relação entre as despesas e receitas recebidas pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento nos sinistros.

Se ocorrer um aumento de 10,0% na sinistralidade, os possíveis impactos no resultado consolidado após os efeitos tributários e no patrimônio líquido após os efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2022, são apresentados abaixo:

Efeitos brutos	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.073.511	3.658.820	(414.691)
Resultado do exercício	(630.341)	(1.045.032)	(414.691)
Impacto (%) no resultado (*)			65,8
Impacto (%) no patrimônio líquido			(10,2)
Efeitos líquidos de retrocessão	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.073.511	3.808.978	(264.533)
Resultado do exercício	(630.341)	(894.874)	(264.533)
Impacto (%) no resultado (*)			42,0
Impacto (%) no patrimônio líquido			(6,5)

(*) Visto o resultado negativo do exercício, casos em que o impacto analisado também é negativo obtém-se razão positiva.

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material ao aumento do índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência.

2.2.3 Risco de mercado

São os riscos oriundos das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Brasil RE são: taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Para essas variáveis, a gestão de risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias, assim como técnicas VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

Em relação a moedas estrangeiras, a Companhia possui como principal exposição o dólar americano, além de outras em menor grau, tais como: rupia indiana, novo sol peruano, euro, peso colombiano, peso argentino e libra esterlina.

2.2.3.1 Análise de Value at Risk

Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

O *Value at Risk* (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Esta métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 24 meses e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2022, foi de aproximadamente R\$ 9.266, o que representa uma perda máxima estimada de 0,11% do total da carteira de ativos.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.3.2 Análise consolidada por stress tests econômico

O *stress test* consiste em mensurar o efeito das variações de preços e taxas observadas no mercado financeiro em momentos de stress significativos sobre o valor dos ativos e passivos da Companhia. Para isso, observa-se o valor dos principais preços e taxas em um momento anterior e posterior à crise e aplica-se estas variações sobre os ativos e passivos da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2022. O cálculo do efeito global também considera as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. As variáveis que mais afetam o resultado do *stress test* para a companhia são as taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Fall 2008* (2008), correspondente à falência do *Lehman Brothers* seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pelo *Federal Reserve Bank* (FED) e pela estatização da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac* a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, que geraria uma perda estimada de 18,3% no patrimônio líquido em relação ao risco de mercado.

Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: *Mexican Crisis* (1995), *Asian Crisis* (1997), *Russian Devaluation* (1998), *Tech Wreck* (2000), *Sept 11th* (2001), *Fall 2008* (2008).

2.2.4 Risco de crédito

O IRB Brasil RE considera que a principal origem do seu risco de crédito está nas transações de retrocessão. Desse modo, a Companhia adota a política de operar transações de retrocessão com sociedades que mantenham *ratings* iguais ou superiores, em escala internacional, a A- (*S&P*, *Fitch* e *AM Best*) ou A3 (*Moody's*). As exceções a essa política são revisadas e aprovadas por colegiado dedicado (Comitê de *Security*). São estabelecidos limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com periodicidade mínima anual. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ativos de retrocessão por escala de *rating*. Os ativos de retrocessão abrangem provisões de sinistros, prêmios diferidos e outras provisões conforme apresentado na Nota 9.

Rating de Ativos de retrocessão

2022						
% de ativos de retrocessão						
Faixa de rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	6,5	0,2	-	0,2	6,9
AA ou equivalente	-	27,9	11,5	-	5,0	44,4
A ou equivalente	-	19,7	21,1	-	2,9	43,7
BBB ou equivalente	-	1,3	-	-	0,1	1,4
Sem rating	0,2	-	-	1,1	2,3	3,6
	0,2	55,4	32,8	1,1	10,5	100,0

2021						
% de ativos de retrocessão						
Faixa de rating (*)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	4,0	0,1	-	0,1	4,2
AA ou equivalente	-	26,1	12,8	-	4,6	43,5
A ou equivalente	-	22,5	18,4	-	3,0	43,9
BBB ou equivalente	4,0	1,1	-	-	0,1	5,2
Sem rating	0,5	-	-	1,1	1,6	3,2
	4,5	53,7	31,3	1,1	9,4	100,0

(*) Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P* - *Standard & Poor's*, *Moody's*, *A.M. Best* e *Fitch*.

Retrocessionário Local: ressegurador sediado no País, constituído sob a forma de sociedade anônima.

Retrocessionário Admitido: ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país de acordo com as normas da SUSEP.

Retrocessionário Eventual: ressegurador estrangeiro sem escritório de representação no Brasil, de acordo com as regras da SUSEP.

Os créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais da Companhia, incluindo os prêmios emitidos a receber e as indenizações de sinistros a receber. A tabela a seguir apresenta a distribuição dos créditos das operações com resseguros e retrocessão por escala de *rating*.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rating de Créditos das operações com resseguros e retrocessões

2022						
Faixa de rating (*)	% de exposição por faixa de rating					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	0,3	0,4	-	0,9	1,6
AA ou equivalente	0,1	12,1	1,4	-	3,7	17,3
A ou equivalente	0,1	0,5	1,9	-	10,7	13,2
BBB ou equivalente	0,2	0,1	0,1	-	2,2	2,6
Sem rating	0,7	-	0,1	10,7	53,8	65,3
	1,1	13,0	3,9	10,7	71,3	100,0

2021						
Faixa de rating (*)	% de exposição por faixa de rating					
	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	0,3	0,3	-	0,8	1,4
AA ou equivalente	0,1	11,6	1,3	-	3,5	16,5
A ou equivalente	0,1	0,7	1,7	-	9,4	11,9
BBB ou equivalente	0,1	0,1	0,1	-	2,1	2,4
Sem rating	0,6	0,4	0,3	10,4	56,1	67,8
	0,9	13,1	3,7	10,4	71,9	100,0

(*) Os ratings são medidos pelas agências: S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch.

São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos efetivos (prêmio efetivo, sinistro e outros créditos).

Controladora						
2022						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos					
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias
Caixa e equivalentes de caixa	6.119	-	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado						
Privados	896.447	-	-	-	-	-
Públicos	1.347.514	-	-	-	-	-
Exterior	668.344	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda						
Privados	451.999	-	-	-	-	-
Públicos	3.339.975	-	-	-	-	-
Exterior	2.317.846	-	-	-	-	-
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.967.244	125.694	52.170	45.381	22.104	128.739
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.995.488	125.694	52.170	45.381	22.104	128.739
						11.369.576

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
2022						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Ativos vencidos				
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias
Caixa e equivalentes de caixa	17.793	-	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado						
Privados	826.814	-	-	-	-	-
Públicos	1.357.615	-	-	-	-	-
Exterior	668.344	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda						
Privados	448.096	-	-	-	-	-
Públicos	3.346.667	-	-	-	-	-
Exterior	2.317.846	-	-	-	-	-
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.967.244	125.694	52.170	45.381	22.104	128.739
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.950.419	125.694	52.170	45.381	22.104	128.739
Controladora						
2021						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"				
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias
Caixa e equivalentes de caixa	8.231	-	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado						
Privados	1.146.859	-	-	-	-	-
Públicos	1.486.229	-	-	-	-	-
Exterior	1.069.577	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda						
Privados	263.602	-	-	-	-	-
Públicos	3.102.138	-	-	-	-	-
Exterior	1.922.608	-	-	-	-	-
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.959.919	79.204	45.888	37.503	40.790	121.302
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.959.163	79.204	45.888	37.503	40.790	121.302
Consolidado						
2021						
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"				
		Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos acima de 181 dias
Caixa e equivalentes de caixa	38.774	-	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado						
Privados	1.083.718	-	-	-	-	-
Públicos	1.486.229	-	-	-	-	-
Exterior	1.069.577	-	-	-	-	-
Disponíveis para venda						
Privados	278.331	-	-	-	-	-
Públicos	3.102.138	-	-	-	-	-
Exterior	1.922.608	-	-	-	-	-
Créditos com operações seguradora e resseguradora	1.959.919	79.204	45.888	37.503	40.790	121.302
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	10.941.294	79.204	45.888	37.503	40.790	121.302

No gerenciamento do risco de crédito relativo aos ativos financeiros, os limites são estabelecidos através da política de investimentos da companhia. Estes limites são refletidos em mandatos de Investimento, especialmente quando trata-se de investimentos em quotas de fundos de créditos privados. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área de Riscos.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, não restringem alocações em títulos públicos federais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos, de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como decorrência dessa análise, é elaborado um “score” (“rating” interno). Com base no “score” obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira.

2.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da Companhia, ainda que solvente, indispor de recursos para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

Como principal estratégia de gestão, busca-se alocar os ativos em fundos de elevada liquidez, de forma a fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa esperados dos ativos e passivos relacionados com contratos de resseguros, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	2022			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses	8.739.421	5.254.762	8.751.095	5.254.762
Fluxo de caixa esperado de 12 a 24 meses	1.868.374	3.921.710	1.868.374	3.921.710
Fluxo de caixa esperado de 24 a 36 meses	1.404.120	2.364.018	1.404.120	2.364.018
Fluxo de caixa esperado de 36 a 48 meses	1.069.602	1.208.126	1.069.602	1.208.126
Fluxo de caixa esperado de 48 meses	2.073.848	2.068.559	2.073.848	2.068.559
	15.155.365	14.817.175	15.167.039	14.817.175

	2021			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses	7.925.105	4.646.523	7.943.329	4.646.523
Fluxo de 12 a 24 meses	3.074.291	4.033.427	3.078.870	4.033.427
Fluxo de 24 a 36 meses	1.228.590	2.732.542	1.229.098	2.732.542
Fluxo de 36 a 48 meses	746.553	1.406.066	747.562	1.406.066
Fluxo acima de 48 meses	2.599.268	2.511.512	2.605.491	2.511.512
	15.573.807	15.330.070	15.604.350	15.330.070

(*) O fluxo de caixa esperado dos ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos financeiros utilizados na garantia das provisões técnicas, direitos creditórios, ativos de retrocessão (vide nota 21) e caixa e equivalentes de caixa (vide nota 5).

(**) O fluxo de caixa esperado de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro e foi alocado ao longo do tempo utilizando a premissa de velocidade de pagamentos aferida com base na experiência da Companhia e utilizada no Teste de Adequação de Passivos.

A nota demonstra excesso do saldo acumulado de ativos no curto prazo frente aos passivos no curto prazo.

Atualmente a Companhia possui 84,77% (88,30% no consolidado) da sua carteira em depósitos bancários, LFTs, NTN-Bs, títulos soberanos nacionais, *US Treasuries* e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 5,17% (5,21% no consolidado) e 8,09% (4,49% no consolidado) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento e depósitos bancários com prazos de resgate de até 60 e 120 dias respectivamente. A participação da carteira composta por fundo de investimentos e demais ativos com prazo de resgate acima de 120 dias é de apenas 1,96% (2,00% no consolidado).

2.3 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Mensurações ao valor justo reconhecidas

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de insumos, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (com base no preço).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia de valor justo:

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	959.437	1.143.956	959.437	1.143.956
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Nível 1	39.453	103.472	39.453	103.472
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	-	4.023	-	4.023
Operações compromissadas	Nível 2	348.624	234.778	358.725	234.778
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos	Nível 2	25.332	44.536	25.332	65.692
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	Nível 2	559.056	978.633	559.056	978.633
Ações de empresas nacionais	Nível 1	-	73.949	-	73.949
Derivativos	Nível 2	-	851	749	915
Debêntures Inepar	Nível 3	12.179	16.219	12.179	16.219
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	Nível 1	739.204	843.254	739.204	843.254
Ações de empresas nacionais	Nível 1	65.264	70.769	54.772	70.769
Fundos de índices de mercado	Nível 1	14.067	57.456	14.067	57.456
Fundos Imobiliários - Exclusivos	Nível 2	64.060	68.157	804	-
Quotas de Fundos - Não Exclusivos	Nível 2	-	-	5.039	-
Conta corrente remunerada	Nível 2	83.956	46.408	83.956	46.408
Outros	Nível 2	1.673	16.204	-	-
Total		2.912.305	3.702.665	2.852.773	3.639.524
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	1.814.374	1.781.091	1.814.374	1.781.091
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Nível 1	1.209.180	1.208.105	1.211.165	1.208.105
Notas do Tesouro Nacional - Série F	Nível 1	50.255	51.626	50.255	51.626
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	55.272	-	55.272	-
Quotas de Fundos - Não Exclusivos	Nível 2	7.807	-	7.807	12.033
Debêntures % CDI	Nível 1	20.703	56.532	135.641	56.532
Debentures CDI +	Nível 1	80.592	34.121	20.703	34.121
Debentures IPCA	Nível 1	12.152	-	33.177	-
Letras Financeiras % CDI	Nível 2	151.377	18.998	158.777	18.998
Letras Financeiras CDI+	Nível 2	13.301	104.776	13.301	104.776
Operações compromissadas	Nível 2	266.166	61.316	270.873	61.316
Certificados de recebíveis imobiliários	Nível 2	-	-	2.015	-
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	Nível 1	113.502	51.872	21.403	51.871
Outros	Nível 2	(2.707)	(2.697)	-	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26 (*)	Nível 1	1.011.259	890.013	1.011.259	890.013
Reinsurance trust account (**)	Nível 1	1.306.587	1.032.595	1.306.587	1.032.595
Total		6.109.820	5.288.348	6.112.609	5.303.077

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Passivos financeiros custo amortizado					
Debêntures		916.111	883.499	916.111	883.499
Total		916.111	883.499	916.111	883.499

(*) Títulos brasileiros negociados no exterior

(**) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 21)

Os valores de caixa e equivalente de caixa, créditos das operações com resseguros e retrocessões e Obrigações a pagar não estão incluídos na tabela acima por ter seu valor contábil próximo ao valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros de curto prazo.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.1 Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Os métodos e pressupostos para a classificação dos títulos e valores mobiliários, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes.

Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Companhia. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA.

2.5 Cobertura do Capital Mínimo Requerido

A Resolução CNSP nº432/2021 (emitida em novembro de 2021, que entrou em vigor em dezembro de 2021) estabelece a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da suficiência regulatória.

A referida Resolução considera a implementação de requisitos de qualidade para fins de cobertura do Capital Mínimo Requerido e de apuração do Patrimônio Líquido Ajustado.

Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:

I Capital Mínimo Requerido (CMR): montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Patrimônio líquido ajustado (PLA): patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições, exclusões e limites, para apurar, na visão regulatória, os recursos disponíveis às supervisionadas para executarem suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de ativos com nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada inapropriada, na ótica do regulador, para resguardar sua capacidade de absorção de perdas. Para ajustes de qualidade de cobertura do CMR são considerados 3 níveis de PLA.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta o cálculo do patrimônio regulatório ajustado, que em 31 de dezembro de 2022, apresentou a seguinte suficiência:

	Controladora	
	2022	2021
Capital de risco baseado em risco de subscrição	1.105.262	1.081.200
Capital de risco baseado em risco de crédito	589.292	598.519
Capital de risco baseado em risco operacional	60.750	62.853
Capital de risco baseado em risco de mercado	60.816	89.184
Benefício da diversificação de riscos	(246.921)	(266.506)
Capital de risco total	1.569.199	1.565.250
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (i)	1.569.199	1.565.250
Patrimônio líquido ajustado (ii)	1.587.324	1.654.812
Suficiência (Insuficiência) de patrimônio líquido ajustado	18.125	89.562

(i) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

(ii) Patrimônio utilizado para fins de apuração da suficiência de cobertura do CMR.

	2022	2021
Patrimônio líquido	4.073.511	3.634.360
Deduções		
Despesas antecipadas	(6.251)	(10.623)
Participações societárias	(39.387)	(28.876)
Créditos tributários – prejuízo fiscal	(2.233.895)	(1.653.166)
Intangíveis	(105.803)	(84.989)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	-	(98.535)
Créditos tributários (iii)	(211.749)	(180.104)
Outras deduções	(50)	(50)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(117.915)	-
Ajustes econômicos	292.924	195.880
Ajustes do excesso de PLA de nível 3 (iv)	(64.061)	(119.085)
Patrimônio líquido ajustado	1.587.324	1.654.812

(iii) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporais deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 11.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

(iv) Valor referente ao ajuste de cobertura do CMR estabelecido conforme nova Resolução CNSP nº432 e demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos no cálculo dos níveis de PLA:

	2022	2021
Patrimônio líquido	4.073.511	3.634.360
Deduções		
Despesas antecipadas	(6.251)	(10.623)
Participações societárias	(39.387)	(28.876)
Créditos tributários – prejuízo fiscal	(2.233.895)	(1.653.166)
Intangíveis	(105.803)	(84.989)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	-	(98.535)
Créditos tributários total	(447.129)	(414.892)
Outras deduções	(50)	(50)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(117.915)	-
Imóveis e fundos imobiliários	(64.061)	(119.085)
PLA nível 1	1.059.020	1.224.144
Ajustes econômicos	292.924	195.880
PLA nível 2	292.924	195.880
Créditos tributários sobre diferenças temporárias limitados a 15% do CMR	235.380	234.788
Imóveis e fundos imobiliários	64.061	119.085
PLA nível 3	299.441	353.873
Ajustes de qualidade de cobertura do CMR		
a) PLA de nível 1 - no mínimo 50% do CMR	-	-
b) PLA de nível 3 - no máximo 15% do CMR	(64.061)	(119.085)
c) Soma do PLA de nível 2 e 3 - no máximo 50% do CMR	-	-
Patrimônio líquido ajustado	1.587.324	1.654.812

O PLA deve ser calculado pela soma do PLA de nível 1, do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3, respeitados os limites impostos pelos ajustes de qualidade de cobertura do CMR.

Como apresentado acima a Companhia apurou suficiência de PLA em relação ao CMR, cumprindo as disposições regulatórias.

Em que pese a Companhia ter apresentado suficiência de patrimônio líquido ajustado frente ao capital mínimo requerido em dezembro de 2022, observa-se redução neste indicador frente ao apresentado em dezembro de 2021. Tal redução advém, principalmente, das perdas contábeis registradas neste exercício em função de eventos relevantes nos grupos de vida e rural. Neste sentido, a Administração avalia de forma permanente medidas para reforçar a sua estrutura de capital e elevar este indicador regulatório, tais como: (i) operações estruturadas redutoras de provisões ou transferência de carteiras em run-off; (ii) vendas de imóveis não operacionais; (iii) redução de capital ocioso em subsidiária; (iv) implementação de um novo programa de redução das despesas administrativas, entre outros. Outro pilar importante se refere às melhorias de resultados técnicos previstas em razão das diversas medidas adotadas ao longo dos últimos períodos na subscrição. Considerando a estrutura de capital atual, as práticas adotadas na subscrição e as possíveis medidas supracitadas, a Administração espera obter no próximo período um incremento na suficiência deste indicador regulatório. Ressalta-se que os números apurados no mês de janeiro de 2023 já indicam um incremento na suficiência de capital, atingindo um valor de R\$ 83.111.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais intermediárias em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção C – Informações por segmento

3 Informações de operações por segmento

As informações de operações por segmento da Companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis. O resultado de *underwriting* é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados por segmento de negócios, para tomada de decisões e avaliação de desempenho. A Companhia não se utiliza, para a tomada das decisões sobre o negócio, de informações por segmento para os montantes patrimoniais de ativos e passivos.

A Companhia determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker*.

Os segmentos de negócio da Companhia demonstrados a seguir são:

- a) País: Representa os riscos de seguros aceitos no Brasil;
- b) Exterior: Representa os riscos de seguros aceitos no exterior;
- c) Outros: São alocados os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira, despesa administrativa, despesa com tributos, resultado patrimonial e impostos e contribuições. O acompanhamento desses itens é realizado pela Administração da Companhia em sua totalidade, não considerando a abertura por segmento em seus relatórios financeiros internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um único cliente respondeu por um percentual equivalente a 14,3% da receita (prêmio emitido) da Companhia. Para o mesmo período em 2021, nenhum cliente respondeu por um percentual superior a 10%.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia tem seus resultados apurados por segmento, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	2022			
	País	Exterior	Outros	Total
Prêmios de resseguros	5.377.488	2.514.521	-	7.892.009
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.083.880)	(840.021)	-	(2.923.901)
Prêmios retidos	3.293.608	1.674.500	-	4.968.108
Variações das provisões técnicas	(122.700)	252.236	-	129.536
Prêmios ganhos	3.170.908	1.926.736	-	5.097.644
Sinistros retidos	(3.315.085)	(1.999.807)	-	(5.314.892)
Custo de aquisição	(649.698)	(453.103)	-	(1.102.801)
Outras despesas operacionais	(99.280)	(30.095)	-	(129.375)
Resultado de underwriting	(893.155)	(556.269)	-	(1.449.424)
Despesas administrativas	-	-	(329.655)	(329.655)
Receitas (Despesas) com tributos	-	-	(87.907)	(87.907)
Resultado financeiro e patrimonial	-	-	690.118	690.118
Resultado antes dos impostos	(893.155)	(556.269)	272.556	(1.176.868)
Impostos, contribuições e participações nos lucros	-	-	546.527	546.527
Prejuízo do exercício	(893.155)	(556.269)	819.083	(630.341)

	Consolidado			
	2021			
	País	Exterior	Outros	Total
Prêmios de resseguros	5.329.211	3.431.315	-	8.760.526
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.805.876)	(398.510)	-	(3.204.386)
Prêmios retidos	2.523.335	3.032.805	-	5.556.140
Variações das provisões técnicas	52.461	291.897	-	344.358
Prêmios ganhos	2.575.796	3.324.702	-	5.900.498
Sinistros retidos	(2.455.711)	(3.532.278)	-	(5.987.989)
Custo de aquisição	(760.006)	(652.481)	-	(1.412.487)
Outras despesas operacionais	(61.915)	(6.814)	-	(68.729)
Resultado de underwriting	(701.836)	(866.871)	-	(1.568.707)
Despesas administrativas	-	-	(387.499)	(387.499)
Receitas (Despesas) com tributos	-	-	(23.471)	(23.471)
Resultado financeiro e patrimonial	-	-	617.989	617.989
Resultado antes dos impostos	(701.836)	(866.871)	207.019	(1.361.688)
Impostos, contribuições e participações nos lucros	-	-	678.987	678.987
Prejuízo do exercício	(701.836)	(866.871)	886.006	(682.701)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção D – Estrutura do grupo

4 Investimentos

4.1 Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2022	2021
Posição inicial	28.876	31.728
Lucro de controladas		
IRB Asset Management	40.738	29.659
Participação societária de controladas		
IRB Chile	1.907	-
IRB Renda	11.280	-
IRB Uso	497	-
IRB Santos Dumont	14.872	-
Dividendos		
IRB Asset Management	(36.659)	(32.312)
Variação cambial de investimento no exterior	(6.245)	(199)
Impairment B3i (i)	(15.879)	-
Participações Societárias	39.387	28.876

(i) Impairment B3i

A B3i (investida) entrou em operação no segundo semestre de 2019 com uma plataforma de Integração e troca de transações baseado na tecnologia *blockchain*, ofertando serviços para Seguradoras e Resseguradoras com Base na Europa. Os acionistas da entidade incluem um grupo seletivo de Resseguradoras, incluindo grandes e importantes players globais.

Neste início de atividades a B3i obteve a adesão de clientes, porém com um volume transacional e financeiro abaixo do necessário para suprir os custos operacionais.

Durante o ano de 2020 importantes potenciais clientes da B3i cancelaram os seus pedidos e a investida passou a consumir as reservas financeiras para honrar com seus compromissos. Ao final de 2020 a B3i precisou contrair um empréstimo financeiro para manter a liquidez necessária para cobrir custos operacionais.

Durante o ano de 2021 não houve aumento de clientes nem de receitas, e com a manutenção dos custos, o empréstimo obtido supriu a operação até meados de fevereiro de 2022.

Em maio de 2022 a B3i solicitou um empréstimo financeiro para os acionistas majoritários para iniciar um processo de liquidação ordinária da empresa, porém mesmo com este empréstimo a empresa não conseguiu equacionar o processo de liquidação e em julho deu entrada no pedido de falência.

Com base nas informações recebidas da investida, a Companhia realizou, no 2º trimestre de 2022, o *impairment* do valor integral contabilizado na rubrica de Investimentos, no montante de R\$ 15.879.

4.2 Participação societária

A participação societária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada abaixo:

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	2022	
				Percentual	
				Participação direta nas ações ordinárias	
IRB Asset Management	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Chile	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Uso	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Renda	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
B3i	Suíça	Tecnologia	Outros investimentos	7,35%	

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	2021	
				Percentual	
				Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
IRB Asset Management	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada	100,0%	
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Chile (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Uso (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Renda (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
B3i	Suíça	Tecnologia	Outros investimentos	8,9%	

(*) Controladas diretas do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	314	1.532	11.988	32.075
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	5.805	6.699	5.805	6.699
Total	6.119	8.231	17.793	38.774

6 Ativos financeiros

6.1 Composição dos ativos financeiros

	Controladora				
	2022				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Taxa média de juros - %
					Total
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	12.179	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	949.693	947.980	1.815.651	1.814.374	SELIC
Operações compromissadas	330.069	330.069	266.166	266.166	SELIC
Notas do Tesouro Nacional - Série B	49.313	39.453	1.441.668	1.209.180	IPCA+2,85%
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	56.276	50.255	5,73% a.a.
Debêntures % CDI	-	-	20.793	20.703	106,84%
Debentures CDI +	-	-	81.572	80.592	DI+ 2,20%
Debentures IPCA +	-	-	12.370	12.152	IPCA+6,80%
Letras Financeiras % CDI	-	-	151.107	151.377	110,69% a.a.
Letras Financeiras CDI+	-	-	13.307	13.301	CDI + 1,37% a.a.
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	739.799	739.204	-	-	2,63% a.a.
Certificados de depósitos bancários	-	-	55.272	55.272	102% do CDI a.a.
Fundos de Renda Fixa	-	-	113.502	113.502	-
Outros (*)	1.670	1.670	(2.707)	(2.707)	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	11.469	11.457	-	-	SELIC
Operações compromissadas	18.555	18.555	-	-	SELIC
Fundos de ações	65.264	65.264	-	-	-
Fundos de índices de mercado	14.067	14.067	-	-	-
Outros	3	3	-	-	-
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	64.060	64.060	-	-	-
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	-	-	15.033	7.807	-
	2.256.141	2.243.961	4.040.010	3.791.974	-
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	1.090.386	1.011.259	4,541% a.a.
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	83.956	83.956	-	-	-
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.369.832	1.306.587	0,346% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	559.056	559.056	-	-	2,756% a.a.
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	25.332	25.332	-	-	-
	668.344	668.344	2.460.218	2.317.846	-
Total	2.924.485	2.912.305	6.500.228	6.109.820	-
%		32,3%		67,7%	100,0%
Circulante		2.912.305		1.367.977	-
Não circulante		-		4.741.843	-

(*) Refere-se a valores a receber e a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 4 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.

(ii) Carta de crédito remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 21).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

	Controladora					
						2021
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	16.219	16.219	-	-	-	16.219
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	1.145.461	1.143.956	1.790.417	1.781.091	SELIC	2.925.047
Letras do Tesouro Nacional	4.023	4.023	-	-	10,06% a.a.	4.023
Operações compromissadas	227.192	227.192	61.316	61.316	SELIC	288.508
Notas do Tesouro Nacional - Série B	115.917	103.472	1.391.017	1.208.105	IPCA + 2,96% a.a.	1.311.577
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	58.050	51.626	5,73% a.a.	51.626
Debêntures % CDI	-	-	56.898	56.532	107% do CDI a.a.	56.532
Debentures CDI +	-	-	34.391	34.121	CDI + 1,87% a.a.	34.121
Letras Financeiras % CDI	-	-	19.089	18.998	106,59% do CDI a.a.	18.998
Letras Financeiras CDI+	-	-	104.497	104.776	CDI + 1,3% a.a.	104.776
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	843.254	843.254	-	-	2,63% a.a.	843.254
Fundos de Renda Fixa	-	-	51.872	51.872	-	51.872
Derivativos	851	851	-	-	-	851
Outros (*)	16.147	16.147	(2.697)	(2.697)	-	13.450
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Ações de empresas nacionais	73.949	73.949	-	-	-	73.949
Operações compromissadas	7.586	7.586	-	-	SELIC	7.586
Fundos de ações	70.769	70.769	-	-	-	70.769
Fundos de índices de mercado	57.456	57.456	-	-	-	57.456
Outros	57	57	-	-	-	57
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos						
	68.157	68.157	-	-		68.157
	2.647.038	2.633.088	3.564.850	3.365.740		5.998.828
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	918.652	890.013	4,61% a.a.	890.013
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	46.408	46.408	-	-	-	46.408
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.042.166	1.032.595	0,44% a.a	1.032.595
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	978.633	978.633	-	-	0,45% a.a	978.633
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	44.536	44.536	-	-	-	44.536
	1.069.577	1.069.577	1.960.818	1.922.608		2.992.185
Total	3.716.615	3.702.665	5.525.668	5.288.348		8.991.013
%		41,2%		58,8%		100,0%
Circulante		3.702.665		312.088		4.014.753
Não circulante		-		4.976.260		4.976.260

(*) Refere-se a valores a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 9 até 91 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Carta de crédito remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023 e 2026 (vide nota 21).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

	Consolidado				
	2022				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Taxa média de juros - %
					Total
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	12.179	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	949.693	947.980	1.815.651	1.814.374	SELIC
Operações compromissadas	330.069	330.069	270.873	270.873	SELIC
Notas do Tesouro Nacional - Série B	49.313	39.453	1.443.654	1.211.165	IPCA+2,85%
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	56.276	50.255	5,73% a.a.
Debêntures % CDI	-	-	136.622	135.641	106,84%
Debentures CDI +	-	-	20.793	20.703	DI+ 2,20%
Debentures IPCA	-	-	33.394	33.177	-
Letras Financeiras % CDI	-	-	158.507	158.777	110,69% a.a.
Letras Financeiras CDI+	-	-	13.307	13.301	CDI + 1,37% a.a.
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	739.799	739.204	-	-	2,63% a.a.
Certificados de depósitos bancários	-	-	55.272	55.272	102% do CDI a.a.
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	2.015	2.015	-
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	-	-	21.403	21.403	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	11.469	11.457	-	-	-
Operações compromissadas	28.656	28.656	-	-	SELIC
Ações de empresas nacionais	54.772	54.772	-	-	-
Fundos de índices de mercado	14.067	14.067	-	-	-
Derivativos - Mercados futuros	749	749	-	-	-
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos					
	804	804	-	-	-
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos					
	5.039	5.039	15.033	7.807	-
	2.196.609	2.184.429	4.042.800	3.794.763	
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	1.090.386	1.011.259	-
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	83.956	83.956	-	-	-
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.369.832	1.306.587	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	559.056	559.056	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	25.332	25.332	-	-	-
	668.344	668.344	2.460.218	2.317.846	
Total	2.864.953	2.852.773	6.503.018	6.112.609	
%		31,8%		68,2%	
Circulante		2.852.773		1.283.827	
Não circulante		-		4.828.782	

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 4 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.

(ii) Carta de crédito remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 21).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

	Consolidado				
	2021				
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Taxa média de juros - %
					Total
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	16.219	16.219	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	1.145.461	1.143.956	1.790.417	1.781.091	SELIC
Letras do Tesouro Nacional	4.023	4.023	-	-	10,06%a.a.
Operações compromissadas	227.192	227.192	61.316	61.316	SELIC
Notas do Tesouro Nacional - Série B	115.917	103.472	1.391.017	1.208.105	IPCA + 2,96% a.a.
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	58.050	51.626	5,73% a.a.
Debêntures % CDI	-	-	56.898	56.532	107% do CDI a.a.
Debentures CDI +	-	-	34.391	34.121	CDI + 1,87% a.a.
Letras Financeiras % CDI	-	-	19.089	18.998	106,59% do CDI a.a.
Letras Financeiras CDI+	-	-	104.497	104.776	CDI + 1,3% a.a.
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	843.254	843.254	-	-	2,63% a.a.
Fundos de Renda Fixa	-	-	51.871	51.871	-
Derivativos	915	915	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	73.949	73.949	-	-	-
Operações compromissadas	7.586	7.586	-	-	SELIC
Fundos de ações	70.769	70.769	-	-	-
Fundos de índices de mercado	57.456	57.456	-	-	-
Quotas de Fundos Não Exclusivos	21.156	21.156	22.222	12.033	-
	2.583.897	2.569.947	3.589.768	3.380.469	
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	918.652	890.013	4,61% a.a.
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	46.408	46.408	-	-	-
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.042.166	1.032.595	0,44% a.a
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	978.633	978.633	-	-	0,45% a.a.
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	44.536	44.536	-	-	-
	1.069.577	1.069.577	1.960.818	1.922.608	
Total	3.653.474	3.639.524	5.550.586	5.303.077	
%		40,7%		59,3%	
Circulante		3.639.524		326.817	
Não circulante		-		4.976.260	

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 9 até 91 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023 e 2026 (vide nota 21).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Controladora			
	2022			
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Valor justo por meio do resultado				
Títulos de Renda Fixa - Privados				
Debêntures	12.179	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa				
Operações compromissadas	-	330.069	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	39.453
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	947.980
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	739.204	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-
Outros	1.670	-	-	-
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.457
Operações compromissadas	-	18.555	-	-
Fundos de ações	65.264	-	-	-
Fundos de índices de mercado	14.067	-	-	-
Outros	3	-	-	-
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	64.060	-	-	-
Ativos financeiros no Exterior				
Títulos de Renda Fixa - Privados				
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	559.056	-	-
Outros Ativos financeiros				
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	83.956	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos				
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	25.332	-	-	-
	266.531	1.646.884	-	998.890
Disponível para venda				
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.814.374
Operações compromissadas	-	266.166	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.209.180
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	50.255
Debêntures % CDI	-	1.564	-	19.139
Debentures CDI +	-	204	-	80.388
Debentures IPCA +	-	-	-	12.152
Letras Financeiras % CDI	-	-	-	151.377
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	13.301
Fundos de renda fixa	113.502	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	55.272	-	-
Outros	(2.707)	-	-	-
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	7.807	-	-	-
Ativos financeiros no Exterior				
Títulos de Renda Fixa - Públicos				
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	428.162	-	583.097
Reinsurance trust account	1.746	-	496.261	808.580
Títulos de Renda Fixa - Privados				
	120.348	751.368	496.261	4.741.843
Total				9.022.125

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2021				Total
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	16.219	-	-	-	16.219
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Operações compromissadas	-	227.192	-	-	227.192
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	103.472	103.472
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.143.956	1.143.956
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	4.023	4.023
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	-	-	843.254	843.254
Derivativos	851	-	-	-	851
Outros	16.147	-	-	-	16.147
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	73.949	-	-	-	73.949
Operações compromissadas	-	7.586	-	-	7.586
Fundos de ações	70.769	-	-	-	70.769
Fundos de índices de mercado	57.456	-	-	-	57.456
Outros	57	-	-	-	57
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	68.157	-	-	-	68.157
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	978.633	-	-	978.633
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	46.408	-	-	-	46.408
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	44.536	-	-	-	44.536
	394.549	1.213.411	-	2.094.705	3.702.665
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	177.106	1.603.985	1.781.091
Operações compromissadas	-	61.316	-	-	61.316
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.208.105	1.208.105
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	51.626	51.626
Debêntures % CDI	-	1.674	8.103	46.755	56.532
Debentures CDI +	-	-	-	34.121	34.121
Letras Financeiras % CDI	-	13.892	-	5.106	18.998
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	104.776	104.776
Fundos de Renda Fixa	51.872	-	-	-	51.872
Outros	(2.697)	-	-	-	(2.697)
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	-	890.013	890.013
Reinsurance trust account	822	-	-	1.031.773	1.032.595
Títulos de Renda Fixa - Privados					
	49.997	76.882	185.209	4.976.260	5.288.348
Total					8.991.013

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2022				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	-	-	-	12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	947.980	947.980
Operações compromissadas	-	330.069	-	-	330.069
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	39.453	39.453
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	739.204	-	-	739.204
Derivativos - Mercados futuros	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.457	11.457
Operações compromissadas	-	18.555	10.101	-	28.656
Fundos de ações	54.772	-	-	-	54.772
Fundos de índices de mercado	14.067	-	-	-	14.067
Derivativos - Mercados futuros	749	-	-	-	749
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	5.039	-	-	-	5.039
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	804	-	-	-	804
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	559.056	-	-	559.056
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	83.956	-	-	-	83.956
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	25.332	-	-	-	25.332
	196.898	1.646.884	10.101	998.890	2.852.773
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.814.374	1.814.374
Operações compromissadas	-	270.873	-	-	270.873
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.211.165	1.211.165
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	50.255	50.255
Debêntures % CDI	-	1.564	536	133.541	135.641
Debentures CDI +	-	203	-	20.500	20.703
Debentures IPCA	-	-	-	33.177	33.177
Letras Financeiras % CDI	-	-	-	158.777	158.777
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	13.301	13.301
Certificados de depósitos bancários	-	55.272	-	-	55.272
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	2.015	2.015
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	21.403	-	-	-	21.403
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	7.807	-	-	-	7.807
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	428.162	-	583.097	1.011.259
Reinsurance trust account	1.746	-	496.261	808.580	1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados					
	30.956	756.074	496.797	4.828.782	6.112.609
Total					8.965.382

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2021				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	16.219	-	-	-	16.219
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.143.956	1.143.956
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	4.023	4.023
Operações compromissadas	-	227.192	-	-	227.192
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	103.472	103.472
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	-	-	843.254	843.254
Derivativos	915	-	-	-	915
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	73.949	-	-	-	73.949
Operações compromissadas	-	7.586	-	-	7.586
Fundos de ações	70.769	-	-	-	70.769
Fundos de índices de mercado	57.456	-	-	-	57.456
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	21.156	-	-	-	21.156
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	978.633	-	-	978.633
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	46.408	-	-	-	46.408
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	44.536	-	-	-	44.536
	331.408	1.213.411	-	2.094.705	3.639.524
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	177.106	1.603.985	1.781.091
Operações compromissadas	-	61.316	-	-	61.316
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.208.105	1.208.105
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	51.626	51.626
Debêntures % CDI	-	1.674	8.103	46.755	56.532
Debentures CDI +	-	-	-	34.121	34.121
Letras Financeiras % CDI	-	13.892	-	5.106	18.998
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	104.776	104.776
Fundos de Renda Fixa	51.871	-	-	-	51.871
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	12.033	-	-	-	12.033
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	-	890.013	890.013
Reinsurance trust account	822	-	-	1.031.773	1.032.595
Títulos de Renda Fixa - Privados					
	64.726	76.882	185.209	4.976.260	5.303.077
Total					8.942.601

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Movimentação dos ativos financeiros

Controladora			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.088.544	5.253.389	8.341.933
Aquisição de ativos financeiros	11.655.567	3.304.258	14.959.825
Rendimento resgate	(11.712)	(16.601)	(28.313)
Principal resgate	(11.209.702)	(3.515.086)	(14.724.788)
Resultado financeiro	97.817	207.071	304.888
Ajuste a valor justo	-	(163.172)	(163.172)
Oscilação cambial	83.365	127.543	210.908
Outros	(1.214)	90.946	89.732
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.702.665	5.288.348	8.991.013
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.702.665	5.288.348	8.991.013
Aquisição de ativos financeiros	8.713.565	3.433.044	12.146.609
Rendimento resgate	(53.652)	(125.412)	(179.064)
Principal resgate	(9.460.278)	(2.622.828)	(12.083.106)
Resultado financeiro	138.886	363.723	502.609
Ajuste a valor justo	-	(142.900)	(142.900)
Oscilação cambial	(126.291)	(95.113)	(221.404)
Outros	(2.590)	10.958	8.368
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.912.305	6.109.820	9.022.125

Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.036.715	5.277.240	8.313.955
Aquisição de ativos financeiros	11.655.567	3.315.343	14.970.910
Rendimento resgate	(11.712)	(16.601)	(28.313)
Principal resgate	(11.210.828)	(3.521.235)	(14.732.063)
Resultado financeiro	126.754	239.602	366.356
Ajuste a valor justo	-	(166.120)	(166.120)
Oscilação cambial	83.365	127.543	210.908
Outros	(40.337)	47.305	6.968
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.639.524	5.303.077	8.942.601
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.639.524	5.303.077	8.942.601
Aquisição de ativos financeiros	8.720.302	3.433.044	12.153.346
Rendimento resgate	(53.652)	(125.412)	(179.064)
Principal resgate	(9.474.528)	(2.622.828)	(12.097.356)
Resultado financeiro	164.833	394.064	558.897
Ajuste a valor justo	-	(142.900)	(142.900)
Oscilação cambial	(126.291)	(95.113)	(221.404)
Outros	(17.415)	(31.323)	(48.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.852.773	6.112.609	8.965.382

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Operações com seguradoras (7.2)	3.305.393	3.215.171
Operações com resseguradoras (7.2)	681.250	919.770
Outros créditos operacionais (7.2)	21.751	30.738
Redução ao valor recuperável	(46.113)	(60.598)
Total circulante	3.962.281	4.105.081
Não Circulante		
Outros créditos operacionais (7.2)	26.856	11.677
Total não circulante	26.856	11.677
	3.989.137	4.116.758

7.2 Movimentação

A Companhia possui contratos de resseguros cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas (Prêmio Estimado e Prêmio de Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE), ou efetivas (Prêmios Efetivos). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas (Prêmios Estimados) e ajustados após recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o Prêmio Estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do Prêmio Efetivo. Adicionalmente, conforme previsto na legislação vigente, a Companhia utiliza fator de corte, de forma a ajustar o Prêmio Estimado pela cedente para um acordo com o histórico de realização de prêmios de seguros. A Companhia realiza estudo periódico, de forma a manter este fator atualizado. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (Prêmios Efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente, através da revisão das contas técnicas de resseguros enviadas pelas cedentes. Enquanto isso, os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes (prêmios reais).

A liquidação dos contratos proporcionais e o consequente recebimento de prêmios ocorrem a partir das prestações de contas realizadas pelas cedentes junto a Companhia de acordo com o prazo acordado entre ambas. Determinadas prestações de contas possibilitam a compensação dos valores devidos pelas cedentes ao IRB (prêmios) com os valores que a Companhia tem a pagar de sinistros a essas cedentes, desde que informados na mesma prestação de contas.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial (***)	4.177.356	5.829.472
Prêmio efetivo - Saldo inicial	1.859.908	2.326.383
Prêmios emitidos	8.050.941	10.089.444
Recebimentos de prêmios	(6.700.912)	(9.591.200)
Baixa por compensação de valores (**)	(1.247.460)	(1.157.768)
Comissão sobre prêmios emitidos	(933.927)	(1.562.823)
Pagamentos de comissão	1.216.202	1.711.910
Outros créditos	(146.396)	20.239
Variação cambial	(73.181)	23.723
Movimentação Ativo	165.267	(466.475)
Prêmio efetivo (*) - Saldo final	2.025.175	1.859.908
	2022	2021
Prêmio estimado - Saldo inicial	1.340.209	2.367.715
Prêmios emitidos	3.715.272	4.109.115
Reversão por prestação de contas	(3.890.583)	(5.444.649)
Comissão sobre prêmios emitidos	(680.557)	(851.895)
Reversão de comissão estimada	747.986	1.093.232
Variação cambial	(77.941)	66.691
Movimentação Ativo	(185.823)	(1.027.506)
Prêmio estimado - Saldo final	1.154.386	1.340.209
	2022	2021
Prêmio RVNE- Saldo inicial	552.541	522.800
Constituição / reversão de prêmios	11.822	2.748
Constituição / reversão de comissões	247	178
Variação cambial	(25.078)	26.815
Movimentação Ativo	(13.009)	29.741
Prêmio RVNE Saldo final	539.532	552.541
	2022	2021
Sinistros - Saldo inicial	382.283	473.403
Sinistros a recuperar	562.350	388.301
Sinistros recuperados	(582.103)	(519.570)
Outros créditos	(84.614)	27.713
Variação cambial	(10.366)	12.436
Movimentação Ativo	(114.733)	(91.120)
Sinistros (*) - Saldo final	267.550	382.283
	2022	2021
Outros Créditos - Saldo inicial	42.415	139.171
Outros créditos	(8.661)	(99.717)
Variação cambial	14.853	2.961
Movimentação Ativo	6.192	(96.756)
Outros Créditos (*) - Saldo final	48.607	42.415
Saldo Final (***)	4.035.250	4.177.356

(*) O saldo em 31 de dezembro referente a soma desses grupos é equivalente ao saldo demonstrado na coluna Crédito das operações na nota 7.3.

(**) Valores de prêmios a receber baixados líquidos de sinistros a pagar.

(***) Não considera as reduções aos valores recuperáveis.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.3 **Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões e perda por redução ao valor recuperável**

No *aging* de crédito das operações com resseguro e retrocessões a Companhia considera somente os saldos em aberto de prêmio efetivo, sinistros pagos a recuperar e outros créditos.

O cálculo da perda por redução ao valor recuperável até 2021 considerava os saldos a pagar de débitos das operações junto as retrocessionárias e os valores a receber efetivos relacionados aos contratos de resseguros (prêmio efetivo, sinistros pagos a recuperar e outros créditos). Em 2022, a Companhia atualizou sua metodologia de cálculo da perda por redução ao valor recuperável e conforme descrito na nota 28 (d) passou a considerar somente os saldos a receber de prêmios emitidos, líquidos de comissão de resseguro e retrocessão aceita, e de sinistros pagos a recuperar.

A análise de vencimento de créditos das operações e perda por redução ao valor recuperável com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

Controladora e Consolidado			
2022			
Aging	Crédito das operações	Perda por redução ao valor recuperável	Total
A vencer	1.967.244	(1.172)	1.966.072
Vencidos	374.088	(44.941)	329.147
Vencidos até 30 dias	125.694	(159)	125.535
Vencidos entre 31 e 60 dias	52.170	(181)	51.989
Vencidos entre 61 e 120 dias	45.381	(302)	45.079
Vencidos entre 121 e 180 dias	22.104	(478)	21.626
Vencidos acima de 181 dias	128.739	(43.821)	84.918
Total	2.341.332	(46.113)	2.295.219

Controladora e Consolidado					
2021					
Aging	Crédito das operações	Débito das operações	Crédito Líquido das operações	Perda por redução ao valor recuperável	Total
A vencer	1.959.919	(1.529.813)	430.106	(17.643)	412.463
Vencidos	324.687	(114.070)	210.617	(42.955)	167.662
Vencidos até 30 dias	79.204	(20.576)	58.628	(5.999)	52.629
Vencidos entre 31 e 60 dias	45.888	(13.330)	32.558	(3.371)	29.187
Vencidos entre 61 e 120 dias	37.503	(2.390)	35.113	(3.311)	31.802
Vencidos entre 121 e 180 dias	40.790	(11.533)	29.257	(2.052)	27.205
Vencidos acima de 181 dias	121.302	(66.241)	55.061	(28.222)	26.839
Total	2.284.606	(1.643.883)	640.723	(60.598)	580.125

8 **Depósitos de terceiros**

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

Controladora e Consolidado		
	2022	2021
Até 30 dias	46.844	47.623
Entre 31 e 60 dias	7.112	25.905
Entre 61 e 120 dias	26.262	15.934
Entre 121 e 180 dias	4.850	7.414
Mais de 180 dias	5.395	11.101
	90.463	107.977

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		
Prêmios - retrocessão (9.2)	1.175.852	1.201.522
Sinistros - retrocessão (9.1)	4.182.886	4.386.902
Outras provisões (9.3)	9.762	11.346
Redução ao valor recuperável (9.1)	(1.029)	-
	5.367.471	5.599.770
Não circulante		
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		
Prêmios - retrocessão (9.2)	46.045	81.270
Sinistros - retrocessão (9.1)	40.246	-
	86.291	81.270

9.1 Sinistros – retrocessão por grupos de ramos de seguros

Provisão de Sinistros Pendentes a Liquidar - PSL administrativo e judicial, e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	2022			
	PSL Administrativo	PSL Judicial	IBNR	Total
Aeronáuticos	292.176	16	60.470	352.662
Automóvel	2.453	-	1.490	3.943
Habitacional	452	-	242	694
Marítimos	22.697	1.456	7.633	31.786
Patrimonial	1.063.699	48.860	375.230	1.487.789
Pessoas	22.707	1.261	26.642	50.610
Petróleo	166.786	-	58.353	225.139
Responsabilidades	312.739	9.377	61.687	383.803
Riscos financeiros	417.062	13.343	81.283	511.688
Rural	17.671	3.195	61.676	82.542
Transportes	291.337	35	58.634	350.006
Exterior	437.622	-	303.819	741.441
Total	3.047.401	77.543	1.097.159	4.222.103

	Controladora e Consolidado			
	2021			
	PSL Administrativo	PSL Judicial	IBNR	Total
Aeronáuticos	314.890	16	56.239	371.145
Automóvel	1.250	-	12.562	13.812
Habitacional	390	-	65	455
Marítimos	33.071	408	11.168	44.647
Patrimonial	1.442.867	40.963	353.015	1.836.845
Pessoas	30.885	878	39.089	70.852
Petróleo	289.335	-	61.723	351.058
Responsabilidades	290.784	7.346	103.553	401.683
Riscos financeiros	166.440	11.034	64.689	242.163
Rural	279.226	1.050	24.201	304.477
Transportes	249.948	89	77.269	327.306
Exterior	225.813	-	196.646	422.459
Total	3.324.899	61.784	1.000.219	4.386.902

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.1.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	4.386.902	3.732.920
PSL - Saldo anterior	3.386.683	2.770.586
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão	2.412.064	3.571.725
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão	(932.237)	(1.229.790)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos	17.205	(20.527)
PSL - Reversão a Crédito de Retrocessão	(562.350)	(388.301)
PSL - RVR Ativo de Retro	(1.029)	-
PSL - Baixa pelo pagamento de sinistro <i>Loss Portfolio Transfer</i> (*)	(510.093)	(801.708)
PSL - Recuperação de sinistros	(574.657)	(562.257)
PSL - Juros, atualização monetária, variação cambial e outros	(110.642)	46.955
PSL - Movimentação Ativo	(261.739)	616.097
PSL - Saldo final	3.124.944	3.386.683
	2022	2021
IBNR - Saldo inicial	1.000.219	962.334
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão	467.258	532.776
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão	(338.951)	(530.592)
IBNR - Variação Cambial	(31.367)	35.701
IBNR - Movimentação Ativo	96.940	37.885
IBNR - Saldo final	1.097.159	1.000.219
Saldo final	4.222.103	4.386.902

(*) *Loss Portfolio Transfer* (LPT) venda/transferência via contrato de Retrocessão das Provisões de Sinistros de uma determinada Carteira pelo IRB para uma retrocessionária (resseguradora).

9.2 Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado						
	2022						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	2.864	276	267	(12)	(24)	(11)	3.360
Automóvel	2.741	3.034	-	(68)	(61)	-	5.646
Habitacional	-	-	6	-	-	-	6
Marítimos	12.269	569	1.729	(204)	(28)	(33)	14.302
Nucleares	-	-	968	-	-	(24)	944
Patrimonial	275.523	53.748	18.739	(10.405)	(3.106)	(852)	333.647
Pessoas	24.736	12.419	1.306	(2.331)	(1.076)	(125)	34.929
Petróleo	391.038	131	54.534	(9.076)	(6)	(1.384)	435.237
Responsabilidades	93.210	19.816	1.475	(4.077)	(996)	(97)	109.331
Riscos financeiros	20.752	4.287	1.406	(563)	(1.582)	(75)	24.225
Rural	55.245	-	121	-	-	(10)	55.356
Transportes	36.011	20.407	5.569	(1.935)	(925)	(958)	58.169
Exterior	147.360	642	307	(1.380)	(152)	(32)	146.745
Total	1.061.749	115.329	86.427	(30.051)	(7.956)	(3.601)	1.221.897
Circulante							1.175.852
Não circulante							46.045

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2 Prêmios de retrocessão diferidos

Controladora e Consolidado							
2021							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	6.683	1.888	696	(42)	(99)	(35)	9.091
Automóvel	2.913	4.132	-	(38)	(173)	-	6.834
Habitacional	-	44	6	-	(2)	-	48
Marítimos	20.899	166	1.520	(287)	(12)	(46)	22.240
Nucleares	-	-	1.038	-	-	(26)	1.012
Patrimonial	239.167	56.330	22.082	(9.096)	(2.698)	(996)	304.789
Pessoas	33.304	7.973	974	(3.329)	(590)	(82)	38.250
Petróleo	395.670	342	64.712	(9.543)	(11)	(1.467)	449.703
Responsabilidades	81.445	14.859	1.906	(5.735)	(627)	(126)	91.722
Riscos financeiros	30.538	15.329	1.491	(525)	(2.855)	(79)	43.899
Rural	47.097	3	120	(1)	(1)	(10)	47.208
Transportes	36.950	16.911	6.188	(1.425)	(618)	(1.041)	56.965
Exterior	208.619	4.228	299	(1.641)	(446)	(28)	211.031
Total	1.103.285	122.205	101.032	(31.662)	(8.132)	(3.936)	1.282.792
Circulante							1.201.522
Não circulante							81.270

9.2.1 Movimentação

Controladora e Consolidado							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.152.732	187.327	137.782	(30.954)	(21.096)	(4.643)	1.421.148
Constituição	3.552.871	373.684	123.473	(81.344)	(25.305)	(5.658)	3.937.721
Diferimento pelo risco	(3.667.187)	(441.115)	(165.777)	81.456	38.387	6.521	(4.147.715)
Variação Cambial	64.869	2.309	5.554	(820)	(118)	(156)	71.638
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.103.285	122.205	101.032	(31.662)	(8.132)	(3.936)	1.282.792
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.103.285	122.205	101.032	(31.662)	(8.132)	(3.936)	1.282.792
Constituição	4.056.055	729.613	793.711	(154.275)	(49.305)	(59.197)	5.316.602
Diferimento pelo risco	(4.053.120)	(733.330)	(803.466)	154.532	49.215	59.389	(5.326.780)
Variação Cambial	(44.471)	(3.159)	(4.850)	1.354	266	143	(50.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.061.749	115.329	86.427	(30.051)	(7.956)	(3.601)	1.221.897

9.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos e a provisão de despesas relacionadas constitui cobertura das despesas relacionadas a sinistro.

Controladora e Consolidado		
	2022	2021
Aeronáuticos	-	24
Automóvel	1.409	679
Patrimonial	2.727	2.679
Pessoas	1.859	1.613
Responsabilidades	466	2.406
Riscos financeiros	1.521	2.011
Rural	351	391
Transportes	800	937
Exterior	629	606
Total	9.762	11.346

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Créditos a receber de Fundos exclusivos	-	-	1.767	328
Valores a receber de clientes	-	-	5.255	5.176
Adiantamento a fornecedores	561	227	561	227
Adiantamento a funcionários	932	1.239	932	1.239
Ressarcimentos a receber	11.020	19.545	11.020	19.545
Outros	1.275	915	1.401	917
Total circulante	13.788	21.926	20.936	27.432
Não circulante				
Valores provenientes da carteira de investimentos imobiliários	-	40.409	-	40.409
PIS/PASEP e multa de mora a recuperar (i)	433.007	16.103	433.007	16.103
Valores a receber Previrb	100.639	106.429	100.639	106.429
Valores a receber - ressarcimentos estimados (10.1)	26.673	49.991	26.673	49.991
Reembolso decorrente de operações de resseguro (ii)	361.558	376.884	361.558	376.884
Outros	217	-	-	-
Total não circulante	922.094	589.816	921.877	589.816
	935.882	611.742	942.813	617.248

(i) O referido valor corresponde aos créditos de PIS/PASEP e multa de mora, os quais serão recebidos pela Companhia por meio da expedição dos respectivos precatórios, nos termos descritos nas notas explicativas 23.3.5 e 23.3.6.

(ii) A expectativa de realização do título é para o 2º trimestre de 2024.

10.1 Ressarcimentos estimados

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos ressarcimentos com seguradoras e o período das expectativas de realização dos saldos em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	49.991	67.319
Constituições (reversões)	(21.714)	(19.788)
Variação Cambial	(1.604)	2.460
Saldo Final	26.673	49.991

Expectativa de Realização	Aeronáutico	Transportes	Riscos Financeiros	Outros	Total
maio-23	-	-	-	883	883
julho-23	-	1.745	-	-	1.745
setembro-23	2.143	-	-	-	2.143
novembro-23	-	-	-	195	195
março-24	-	10.285	-	-	10.285
novembro-24	-	3.132	-	-	3.132
outubro-25	-	-	4.130	-	4.130
março-26	-	-	2.154	-	2.154
agosto-36	-	-	2.006	-	2.006
	2.143	15.162	8.290	1.078	26.673

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Créditos tributários e previdenciários e ativo fiscal diferido

11.1 Créditos tributários e previdenciários e ativo fiscal diferido

	Controladora	
	2022	2021
Circulante		
Imposto sucursal Argentina / Imposto de renda retido na fonte	10.818	14.134
Impostos a compensar/recuperar (i)	44.666	113.457
	55.484	127.591
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	156.893	406.092
Ativo fiscal diferido	2.681.024	2.068.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)	2.349.523	1.731.914
PIS e COFINS diferidos (iv)	331.501	336.143
	2.837.917	2.474.149
	2.893.401	2.601.740
	Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Imposto sucursal Argentina / Imposto de renda retido na fonte	11.316	14.306
Impostos a compensar/recuperar (i)	44.666	114.119
	55.982	128.425
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	156.893	449.168
Ativo fiscal diferido	2.681.024	2.068.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)	2.349.523	1.731.914
PIS e COFINS diferidos (iv)	331.501	336.143
	2.837.917	2.517.225
	2.893.899	2.645.650

(i) Principalmente créditos de períodos anteriores decorrentes de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 29.947, e de PIS e COFINS no valor de R\$ 10.503.

(ii) Refere-se substancialmente à:

- Créditos de PIS R\$ 76.507 (R\$ 71.525 em 2021), oriundos da ação de alargamento de base, cujo trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. A Companhia está momentaneamente impossibilitada de utilizar os créditos em virtude do disposto no art. 74, §3, inc. VI e §12 inc. I, ambos da Lei nº 9.430/1996. Neste sentido, muito embora o Processo Administrativo nº 16682-722.248/2015-28 - onde se discute o aproveitamento do crédito, obtido por meio da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101 - ainda se encontra em trâmite na esfera administrativa, por conta da mencionada Lei a RFB veda a utilização desses créditos, sob pena das declarações serem consideradas não declaradas (nota 23.3.3).

- Valores de IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários atualizados até dezembro de 2022 no montante de R\$ 45.681 em (R\$ 41.639 em 31 de dezembro de 2021).

- Créditos de períodos anteriores no valor de R\$ 20.226 após processo de incorporação da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. realizada no dia 30 de setembro de 2022.

(iii) Refere-se aos valores de IRPJ e CSLL diferidos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 2.233.895 (R\$ 1.653.167 em 2021) e diferenças temporárias no montante de R\$ 115.628 (R\$ 78.747 em 2021), conforme nota 11.1.1(a).

(iv) Refere-se a créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.1.1 Créditos tributários sobre diferidos

(a) Créditos tributários sobre diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Provisões trabalhistas e benefício pós emprego	406.439	406.439	457.878	457.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.141	47.141	60.598	60.598
Ações Judiciais - Transitadas em Julgado	(65.067)	(65.067)	-	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	17.282	17.282	(36.229)	(36.229)
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	390.408	390.408	237.320	237.320
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-	-	(29.464)	(29.464)
Provisão para contingências trabalhistas	54.783	54.786	60.033	60.033
Ajuste a valor de mercado - investimento	21.230	21.230	5.351	5.351
Atualização de depósitos judiciais fiscais/ trabalhistas	(262.458)	(262.458)	(222.478)	(222.478)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.571.566	5.606.687	4.124.656	4.146.679
PIS e COFINS diferidos	(331.501)	(331.501)	(336.143)	(336.143)
Provisão Contingência Cível	10.807	10.807	-	-
Outras provisões	-	-	4	4
Base de cálculo	5.860.630	5.895.754	4.321.526	4.343.549
Alíquota nominal vigente	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Créditos tributários diferidos	1.465.159	884.364	1.080.382	651.532

O ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade possua expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido.

O planejamento estratégico da Companhia para os próximos anos contempla medidas que reforçam a disciplina financeira e a eficiência operacional de suas atividades, dentre elas, a revisão das estratégias de subscrição, precificação, venda de ativos não operacionais e controle de despesas administrativas. A revisão do estudo técnico de viabilidade da Companhia, que resultou em projeções de lucro tributável futuro, considerou todas as medidas contempladas no planejamento estratégico.

Adicionalmente, a Companhia entende que as causas identificáveis que causaram os prejuízos contábeis ocorridos nos anos de 2020 e 2021, em sua grande parte foram decorrentes da necessidade de ajustes necessários nas reservas técnicas de contratos subscritos pela antiga gestão, antes de junho de 2020, contratos estes firmados de forma temerária e expansionista que se mostrou detratadora dos resultados e são eventos improváveis de ocorrer novamente e não devem ser considerados nas projeções de resultados futuros uma vez que tais contratos foram descontinuados ou totalmente reformulados pela nova Administração, e seus efeitos reduzidos ao longo dos anos. O prejuízo ocorrido no exercício de 2022, basicamente composto pelas perdas do Rural decorrente dos efeitos climáticos atípicos e nunca visto nos últimos 75 anos, e também, do grupo de Vida em função da pandemia de Covid-19, em nada se correlaciona com os prejuízos apresentados nos anos precedentes, o que reforça o entendimento da baixa probabilidade de ocorrência futura.

Desta forma, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a integralidade do crédito tributário diferidos, após reavaliar seu estudo técnico de viabilidade, fundamentado nas premissas operacionais de seu planejamento estratégico, nos dados históricos e nos cenários econômicos futuros, e concluir pela capacidade de geração de lucro tributável futuro suficiente para compensação do crédito reconhecido. O estudo foi aprovado pela Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferidos

Considerando a não indicação de horizonte temporal nos normativos contábeis para avaliação da capacidade de realização dos créditos tributários e a não prescrição dos mesmos pela Receita Federal do Brasil, a Companhia com base em estudo técnico e projeções, estima a realização dos créditos tributários diferidos conforme demonstrado a seguir:

2022		
Controladora e Consolidado		
	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%
2023	40.486	2%
2024	74.665	3%
2025	123.211	5%
2026	147.593	6%
2027	172.686	7%
2028	196.562	8%
2029 a 2030	483.550	21%
2031 a 2032	631.033	27%
2033 a 2034	479.737	21%
Total	2.349.523	100%

A Companhia revisa a cada data-base, por ocasião da publicação das demonstrações financeiras, o estudo técnico e a expectativa de realização dos créditos tributários, seguindo as políticas estabelecidas pela Administração e aprovadas pelos órgãos de Governança.

12 Custos de aquisição diferidos

Os montantes registrados na rubrica custos de aquisição diferidos são basicamente comissões pagas aos corretores de resseguro. O diferimento ocorre de maneira linear pelo prazo de vigência dos contratos (prazo médio de 21 meses).

	Controladora e Consolidado							
	2022				2021			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos	949	2	556	1.507	2.432	46	673	3.151
Automóvel	44	14	45	103	107	25	50	182
Habitacional	47	55	110	212	18	4	110	132
Marítimos	3.006	-	561	3.567	3.051	9	535	3.595
Patrimonial	23.295	562	2.872	26.729	23.856	675	3.111	27.642
Pessoas	119.225	49	399	119.673	1.632	44	326	2.002
Petróleo	20.905	-	2.403	23.308	15.281	-	2.350	17.631
Responsabilidades	2.044	71	378	2.493	2.296	59	303	2.658
Riscos financeiros	1.635	469	72	2.176	1.323	517	66	1.906
Rural	144	89	73	306	215	237	64	516
Transportes	4.003	84	3.106	7.193	3.441	167	2.680	6.288
Exterior	30.299	5.609	7.978	43.886	43.515	9.417	9.062	61.994
Total	205.596	7.004	18.553	231.153	97.167	11.200	19.330	127.697
Circulante				116.778				113.832
Não circulante				114.375				13.865

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	95.260	18.024	17.710	130.994
Constituição de custo de aquisição	37.675	261	1.509	39.445
Diferimento de custo de aquisição	(37.551)	(7.851)	(842)	(46.244)
Variação cambial	1.783	766	953	3.502
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.167	11.200	19.330	127.697

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.167	11.200	19.330	127.697
Constituição de custo de aquisição	160.072	751	2.008	162.832
Diferimento de custo de aquisição	(48.986)	(3.945)	(1.991)	(54.923)
Variação cambial	(2.657)	(1.002)	(794)	(4.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	205.596	7.004	18.553	231.153

13 Imóveis destinados à renda

	Controladora
	Shopping Centers
Custo dos imóveis de renda bruto	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	7.879
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.879
Depreciação acumulada	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.994)
Depreciação	(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.309)
Saldo contábil líquido	4.570
Custo dos imóveis de renda bruto	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.879
Alienação (*)	(7.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Depreciação acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.309)
Depreciação	(184)
Alienação (*)	3.493
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo contábil líquido	-

(*) Baixa pela venda da participação no Casa Shopping.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imóveis destinados à renda

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.302	8.086	68.690	93.078
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.302	8.086	68.690	93.078
Depreciação acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	(970)	(2.996)	(3.966)
Depreciação	-	-	(315)	(315)
Alienação	-	(26)	(737)	(763)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(996)	(4.048)	(5.044)
Saldo contábil líquido	16.302	7.090	64.642	88.034
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.302	7.090	67.953	91.345
Atualização ao valor justo	-	-	3.121	3.121
Alienação	-	-	(7.879)	(7.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.302	7.090	63.195	86.587
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(3.311)	(3.311)
Depreciação	-	-	(184)	(184)
Alienação (*)	-	-	3.495	3.495
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	16.302	7.090	63.195	86.587

De acordo com última avaliação feita por empresas especializadas o montante referente ao valor justo dos imóveis destinados a renda é R\$91.466.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais intermediárias
em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Controladora e Consolidado		
						Veículos	Direito de uso (*)	Total
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	66.491	36.765	2.110	8.994	4.760	95	12.890	132.105
Adições	42	1.609	924	12	2.634	-	-	5.221
Baixa	-	(10)	(8)	(594)	(3.683)	(6)	(5.896)	(10.197)
Transferências	239	-	-	-	(239)	-	-	-
Alienação	-	-	(19)	-	-	-	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.772	38.364	3.007	8.412	3.472	89	6.994	127.110
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(17.912)	(30.391)	(1.262)	(3.900)	(2.095)	(74)	(3.966)	(59.600)
Depreciação	(2.503)	(3.520)	(927)	(531)	(323)	(5)	-	(7.809)
Baixas	-	10	8	281	2.380	-	2.110	4.789
Alienação	-	-	13	-	-	-	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.415)	(33.901)	(2.168)	(4.150)	(38)	(79)	(1.856)	(62.607)
Saldos contábeis, líquidos	46.357	4.463	839	4.262	3.434	10	5.138	64.503
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.772	38.364	3.007	8.412	3.472	89	6.994	127.110
Adições	-	1.760	186	-	5.832	-	17.165	24.943
Baixa	(67.409)	(12.431)	(1.337)	(7.814)	(3.203)	(19)	(366)	(92.579)
Transferências	637	-	-	-	(637)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	27.693	1.856	598	5.464	70	23.793	59.474
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.415)	(33.901)	(2.168)	(4.150)	(38)	(79)	(1.856)	(62.607)
Depreciação	(1.472)	(2.090)	(629)	(497)	(268)	(26)	(1.475)	(6.457)
Baixas	21.887	11.686	1.156	4.282	-	35	-	39.046
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(24.305)	(1.641)	(365)	(306)	(70)	(3.331)	(30.018)
Saldos contábeis, líquidos	-	3.388	215	233	5.158	-	20.462	29.456

(*) Direito de uso - Devido a adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu em seu balanço novos ativos para os seus contratos de locação do imóvel da filial de São Paulo e da nova sede do Rio de Janeiro, registrado em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R\$ 20.462 (R\$ 5.138 em 31 de dezembro de 2021), líquido da amortização.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais intermediárias em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Intangível

	Controladora		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	259.343	1.351	260.694
Adições	34.253	20.979	55.232
Transferências	1.413	(1.413)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	295.009	20.917	315.926
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(194.990)	-	(194.990)
Amortização	(35.947)	-	(35.947)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(230.937)	-	(230.937)
Saldo contábil, líquido	64.072	20.917	84.989
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	295.009	20.917	315.926
Adições	33.688	30.345	64.033
Transferências	11.713	(11.713)	-
Baixa	(1.233)	(320)	(1.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	339.177	39.229	378.406
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(230.937)	-	(230.937)
Amortização	(42.840)	-	(42.840)
Baixas	1.174	-	1.174
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(272.603)	-	(272.603)
Saldo contábil, líquido	66.574	39.229	105.803

	Consolidado		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	259.468	1.485	260.953
Adições	34.253	20.979	55.232
Transferências	1.413	(1.413)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	295.134	21.051	316.185
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(195.066)	-	(195.066)
Amortização	(35.999)	-	(35.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(231.065)	-	(231.065)
Saldo contábil, líquido	64.069	21.051	85.120
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	295.134	21.051	316.185
Adições	33.688	30.211	63.899
Transferências	11.713	(11.713)	-
Baixa	(1.162)	(320)	(1.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	339.373	39.229	378.602
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(231.065)	-	(231.065)
Amortização	(42.883)	-	(42.883)
Baixas	1.174	-	1.174
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(272.774)	-	(272.774)
Saldo contábil, líquido	66.599	39.229	105.828

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	26.813	6.456	34.295	9.574
Passivo de arrendamento (i)	21.664	5.681	21.664	5.681
Juros sobre capital próprio/dividendos	862	3.442	862	3.442
Processos trabalhistas	2.471	2.338	2.471	2.338
Gratificações - Diretoria	5.052	5.804	5.052	5.804
Participação societária IRB Investimentos e Participações	-	7.766	-	-
Outros	-	703	-	4.192
Total	56.862	32.190	64.344	31.031
Circulante	37.139	19.999	44.621	26.605
Não circulante	19.723	12.191	19.723	4.426

(i) Referente aos contratos de locação do imóvel da filial de São Paulo e da sede no Rio de Janeiro.

17 Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou sua 1ª e 2ª emissão de debêntures nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente. Os recursos captados por meio das emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reequilíbrio da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 432/2021 e na Resolução CMN nº 4.993/2022, bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia são representados por estas emissões e suas principais características estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Debêntures - Primeira emissão	640.601	602.388
Principal	597.439	597.439
Juros e encargos	45.706	9.636
Custo a amortizar	(2.544)	(4.687)
Debêntures - Segunda emissão	267.004	227.073
Principal	229.193	229.193
Juros e encargos	40.063	718
Custo a amortizar	(2.252)	(2.838)
Total	907.605	829.461
Circulante	466.898	10.354
Não circulante	440.707	819.107

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 Características das emissões:

	1ª Emissão 1ª série	1ª Emissão 2ª série	2ª Emissão série única
Código	IRBR11	IRBR21	IRBR12
Conversibilidade	Debêntures simples não conversíveis em ações	Debêntures simples não conversíveis em ações	Debêntures simples não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	450.439	147.000	229.193
Valor nominal	1	1	1
Data de emissão	15/10/2020	15/10/2020	15/12/2020
Vencimento final	15/10/2023	15/10/2026	15/12/2026
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA	IPCA
Remuneração	100% Taxa DI + 3,35% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral	Semestral
Data das amortizações	2023	2025 e 2026	2025 e 2026
Repactuação	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Resgate antecipado	A partir de 15/10/2021	A partir de 15/10/2022	A partir de 15/12/2022
Oferta facultativa de resgate antecipado	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo

17.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado			
	1ª Emissão 1ª série	1ª Emissão 2ª série	2ª Emissão série única	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	447.905	146.939	225.792	820.636
Pagamento juros	(28.415)	(9.933)	(15.676)	(54.024)
Despesas de juros	33.190	10.634	16.394	60.218
Amortização custo da transação	1.778	290	563	2.631
Saldo em 31 de dezembro de 2021	454.458	147.930	227.073	829.461
Pagamento juros	(64.912)	(11.287)	(17.522)	(93.721)
Despesas de juros	73.371	39.434	56.796	169.601
Amortização custo da transação	1.296	311	657	2.264
Saldo em 31 de dezembro de 2022	464.213	176.388	267.004	907.605

17.3 Valor justo - debêntures:

A tabela a seguir apresenta o valor justo das Debêntures em 31 de dezembro de 2022:

	Série	Valor justo	Taxa
Primeira emissão	1ª série	469.050	100% Taxa DI + 3,35% a.a.
Primeira emissão	2ª série	176.146	IPCA + 6,6579% a.a.
Segunda emissão	Série única	270.915	IPCA + 6,6579% a.a.

Para o cálculo do valor justo, foram utilizadas as relações entre os preços unitários atualizados na curva e os respectivos preços de negociação unitários, observados a partir do histórico de negociações dos instrumentos financeiros em mercado secundário até a data base do cálculo.

17.4 Covenants:

As Debêntures da Companhia preveem o cumprimento de uma série de obrigações ("covenants").

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre os principais *covenants* destacamos:

- i) manutenção de indicadores de endividamento (Dívida Bruta/Patrimônio) líquido igual ou inferior a 0,35. Sendo, dívida bruta o volume total dos empréstimos e financiamentos calculados pela Companhia.
- ii) não rebaixamento em duas notas da classificação de risco (*rating*) atribuído pela Agência de Classificação de Risco, na data de emissão.
- iii) cumprimento (incluindo, mas não se limitando a, insuficiências), das normas pelo CNSP, pela SUSEP e/ou pelo CMN com relação à capital mínimo, provisões técnicas, liquidez, solvência e ativos garantidores. No caso de eventuais descumprimentos regulatórios, estes devem ser sanados no prazo estabelecido pela SUSEP, que determina o envio do Plano de Regularização de Solvência (PRS) e do Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em até 45 dias e 30 dias, respectivamente, a partir da data de comunicação da SUSEP.

A Companhia encerrou o exercício de 2022 cumprindo com todos os *covenants* previstos nas respectivas escrituras de emissão.

18 Provisão para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ a pagar	-	-	1.198	7.179
CSLL a pagar	-	-	437	2.593
PIS/ COFINS a pagar	4.727	4.532	4.921	5.043
Parcelamento IRPJ e CSLL (*)	78.447	-	78.447	98.912
Total	83.174	4.532	85.003	113.727
Circulante	29.641	4.532	31.470	35.280
Não circulante	53.533	-	53.533	78.447

(*) Refere-se ao parcelamento de IRPJ e CSLL (ano calendário 2020) da controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Brasil RE (incorporador), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

19 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

19.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Operações com seguradoras	723	2.572
Operações com resseguradoras	2.227.873	1.810.175
Corretores de resseguros, retrocessões e outros	134.093	160.141
Outros débitos operacionais	36.185	78.783
	2.398.874	2.051.671
Não circulante		
Outros débitos operacionais	789	789
	2.399.663	2.052.460

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	2.052.460	2.570.457
Prêmio efetivo - Saldo inicial	1.456.946	1.857.034
Prêmios cedidos em retrocessão	2.908.816	3.426.978
Pagamento de prêmios cedidos em retrocessão	(1.903.458)	(2.879.548)
Baixa pelo pagamento de sinistro <i>Loss Portfolio Transfer</i> (**)	(510.093)	(801.708)
Comissões e juros de retrocessões a pagar	(131.647)	(168.936)
Comissões e juros de retrocessões pagos	148.123	148.095
Outros débitos	(37.182)	(172.805)
Variação cambial	(57.359)	47.836
Movimentação Passivo	417.200	(400.088)
Prêmio efetivo (*) - Saldo final	1.874.146	1.456.946
	2022	2021
Prêmio estimado - Saldo inicial	166.010	279.974
Prêmios cedidos em retrocessão	508.578	569.280
Reversão por prestação de contas	(492.840)	(694.250)
Comissão sobre prêmios emitidos	(31.577)	(60.086)
Reversão de comissão estimado	31.320	66.958
Variação cambial	(3.482)	4.134
Movimentação Passivo	11.999	(113.964)
Prêmio estimado- Saldo final	178.009	166.010
	2022	2021
Prêmio RVNE- Saldo inicial	189.791	203.842
Reversão de prêmios	(2.551)	(99.412)
Constituição (Reversão) de comissões	(79)	782
Variação cambial	(10.720)	84.579
Movimentação Passivo	(13.350)	(14.051)
Prêmio RVNE Saldo final	176.441	189.791
	2022	2021
Comissões de corretagem efetivas - Saldo inicial	107.365	113.389
Comissão de corretagem a pagar	217.178	262.956
Comissão de corretagem pagos	(233.007)	(271.099)
Variação cambial	(3.729)	2.119
Movimentação Passivo	(19.558)	(6.024)
Comissões de corretagem efetivas (*) - Saldo final	87.807	107.365
	2022	2021
Comissões de corretagem estimadas - Saldo inicial	52.776	67.995
Reversão	(3.201)	(18.312)
Variação cambial	(3.289)	3.093
Movimentação Passivo	(6.490)	(15.219)
Comissões de corretagem estimadas - Saldo final	46.286	52.776
	2022	2021
Outros débitos- Saldo inicial	79.572	48.223
Constituição (Reversão)	(39.823)	28.435
Variação cambial	(2.775)	2.914
Movimentação Passivo	(42.598)	31.349
Outros débitos (*) - Saldo final	36.974	79.572
Saldo final	2.399.663	2.052.460

(*) O saldo em 31 de dezembro referente a soma desses grupos é equivalente ao saldo demonstrado na coluna Débito das operações na nota 7.3.

(**) *Loss Portfolio Transfer - LPT*: venda/transferência via contrato de Retrocessão das Provisões de Sinistros de uma determinada carteira pelo IRB para uma retrocessionária (resseguradora).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Provisões técnicas

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Provisão de prêmios não ganhos (20.1)	2.670.631	2.812.762
Riscos vigentes emitidos	2.398.782	2.515.874
Riscos vigentes não emitidos	271.849	296.888
Sinistros a liquidar (20.2)	8.145.786	8.842.862
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (20.2)	3.364.373	3.155.351
Outras provisões (20.3)	206.530	225.173
	14.387.320	15.036.148
Não circulante		
Provisão de prêmios não ganhos (20.1)	281.427	293.922
Riscos vigentes emitidos	269.664	282.631
Riscos vigentes não emitidos	11.763	11.291
Sinistros a liquidar (20.2)	148.428	-
	429.855	293.922

20.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	Controladora e Consolidado						
	2022						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	11.573	365	4.635	(74)	(45)	(39)	16.415
Automóvel	13.677	13.092	753	(4.376)	(3.952)	-	19.194
Habitacional	3.867	2.253	2.442	-	(774)	-	7.788
Marítimos	36.262	622	7.229	(422)	(56)	(46)	43.589
Nucleares	-	-	1.105	-	-	(64)	1.041
Patrimonial	613.958	99.945	67.327	(29.128)	(13.254)	(823)	738.025
Pessoas	43.156	23.600	9.585	(1.825)	(2.295)	-	72.221
Petróleo	489.294	131	64.199	(673)	(14)	(60)	552.877
Responsabilidades	112.909	23.344	4.786	(2.749)	(1.882)	(116)	136.292
Riscos financeiros	136.765	48.915	4.622	(47.450)	(20.295)	(167)	122.390
Rural	155.295	227.685	5.086	(29.068)	(44.185)	(64)	314.749
Transportes	75.127	30.557	39.616	(4.104)	(3.693)	(1.810)	135.693
Exterior	546.411	343.000	76.885	(96.494)	(76.549)	(1.469)	791.784
Total	2.238.294	813.509	288.270	(216.363)	(166.994)	(4.658)	2.952.058
Circulante							2.670.631
Não circulante							281.427

	Controladora e Consolidado						
	2021						
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	23.982	2.000	5.856	(440)	(127)	(52)	31.219
Automóvel	15.059	13.623	844	(4.348)	(3.727)	-	21.451
Habitacional	3.763	1.415	2.319	-	(130)	-	7.367
Marítimos	44.093	529	7.171	(604)	(126)	(40)	51.023
Nucleares	-	-	1.185	-	-	(68)	1.117
Patrimonial	584.703	106.223	75.803	(31.393)	(17.776)	(1.089)	716.471
Pessoas	52.059	20.021	7.524	(69.491)	(2.351)	-	7.762
Petróleo	459.329	342	73.655	(840)	(65)	(104)	532.317
Responsabilidades	100.920	18.314	4.741	(4.136)	(1.769)	(100)	117.970
Riscos financeiros	153.334	65.152	4.743	(56.843)	(26.050)	(185)	140.151
Rural	106.095	153.340	5.538	(26.087)	(40.480)	(250)	198.156
Transportes	66.605	31.277	37.420	(4.324)	(4.603)	(1.702)	124.673
Exterior	760.276	527.805	86.470	(108.584)	(107.460)	(1.500)	1.157.007
Total	2.370.218	940.041	313.269	(307.090)	(204.664)	(5.090)	3.106.684
Circulante							2.812.762
Não circulante							293.922

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.1.1 Movimentação

Controladora e Consolidado							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.285.586	1.471.651	325.469	(198.703)	(317.548)	(4.842)	3.561.613
Constituição	6.096.608	2.243.721	413.179	(700.524)	(496.511)	(8.130)	7.548.343
Diferimento pelo risco	(6.060.564)	(2.821.448)	(440.856)	592.812	618.135	8.056	(8.103.865)
Variação cambial	48.588	46.117	15.477	(675)	(8.740)	(174)	100.593
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.370.218	940.041	313.269	(307.090)	(204.664)	(5.090)	3.106.684
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.370.218	940.041	313.269	(307.090)	(204.664)	(5.090)	3.106.684
Constituição	7.946.648	1.955.775	2.048.457	(2.393.223)	(402.276)	(158.270)	8.997.111
Diferimento pelo risco	(8.002.451)	(2.027.487)	(2.060.464)	2.479.124	430.079	158.521	(9.022.678)
Variação cambial	(76.121)	(54.820)	(12.992)	4.826	9.867	181	(129.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.238.294	813.509	288.270	(216.363)	(166.994)	(4.658)	2.952.058

20.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

2022				
Controladora e Consolidado				
	Sinistros a liquidar - Administrativo	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	422.249	16	93.049	515.314
Automóvel	96.051	20.299	28.931	145.281
Habitacional	17.222	240	20.401	37.863
Marítimos	78.274	2.675	24.650	105.599
Patrimonial	2.104.369	83.858	664.526	2.852.753
Pessoas	242.520	12.106	160.803	415.429
Petróleo	197.553	-	74.307	271.860
Responsabilidades	587.312	52.071	118.220	757.603
Riscos financeiros	726.006	25.435	256.127	1.007.568
Rural	541.959	5.189	370.161	917.309
Transportes	427.169	4.496	104.792	536.457
Exterior	2.643.445	3.700	1.448.406	4.095.551
	8.084.129	210.085	3.364.373	11.658.587

2021				
Controladora e Consolidado				
	Sinistros a liquidar - Administrativo	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	509.316	16	107.719	617.051
Automóvel	80.191	15.340	34.287	129.818
Habitacional	16.502	169	17.437	34.108
Marítimos	95.962	1.349	33.965	131.276
Patrimonial	2.273.369	102.294	476.191	2.851.854
Pessoas	252.751	7.822	148.555	409.128
Petróleo	339.560	-	81.578	421.138
Responsabilidades	522.625	40.462	147.526	710.613
Riscos financeiros	423.906	21.919	214.498	660.323
Rural	541.323	2.248	235.754	779.325
Transportes	385.087	4.041	111.548	500.676
Exterior	3.206.610	-	1.546.293	4.752.903
	8.647.202	195.660	3.155.351	11.998.213

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	11.998.213	9.758.455
PSL - Saldo anterior	8.842.862	6.417.059
PSL - Constituição de provisão por aviso de sinistro	7.884.828	9.988.449
PSL - Reversão de provisão por revisão de estimativa	(1.318.369)	(1.225.167)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos	13.534	(47.307)
PSL - Baixa por liquidação	(5.527.394)	(5.417.972)
PSL - Baixa por compensação de valores (*)	(1.247.460)	(1.157.768)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial e outros	(353.787)	285.568
PSL - Movimentação passivo	(548.648)	2.425.803
PSL - Saldo final	8.294.214	8.842.862
	2022	2021
IBNR - Saldo inicial	3.155.351	3.341.396
IBNR - Constituição de provisão	1.011.437	572.926
IBNR - Reversão de provisão	(645.371)	(908.637)
IBNR - Variação cambial	(157.044)	149.666
IBNR - Movimentação passivo	209.022	(186.045)
IBNR - Saldo final	3.364.373	3.155.351
Saldo final	11.658.587	11.998.213

(*) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas (vide nota 7.2).

20.2.2 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou a divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Companhia.

Os percentuais apresentados na tabela abaixo são utilizados para determinar o valor da provisão a ser constituída de acordo com a perda esperada (provável, possível e remota) e valor de exposição total e referem-se aos percentuais de perdas históricas de processos judiciais. Tais percentuais são calculados atuarialmente e ajustados anualmente.

Para os processos indicados abaixo com probabilidade 'Provável - Acordos', a Companhia informa que a partir de junho de 2021 passou a constituir a reserva técnica em 100% do risco, quando (i) um acordo judicial estiver aprovado pela Companhia, conforme alçadas internas, ou (ii) houver a indicação de perda certa, e que se enquadram nas hipóteses estabelecidas em plano de ação informado pelo IRB Brasil RE à SUSEP, já concluído pela Companhia.

Probabilidade	Controladora e Consolidado					
	2022					
	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável - Acordos	49	61.657	100%	61.657	(37.297)	24.360
Provável	206	242.733	33%	80.102	(23.637)	56.465
Possível	193	127.235	38%	48.349	(4.692)	43.657
Remota	48	117.510	17%	19.977	(11.917)	8.060
	496	549.135		210.085	(77.543)	132.542

Probabilidade	Controladora e Consolidado					
	2021					
	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável - Acordos	26	46.172	100%	46.172	(11.482)	34.690
Provável	225	244.692	33%	80.748	(28.153)	52.595
Possível	204	146.839	38%	55.799	(15.864)	39.935
Remota	49	76.123	17%	12.941	(6.285)	6.656
	504	513.826		195.660	(61.784)	133.876

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros - retrocessão.

20.3 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas de sinistros.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Aeronáuticos	3.725	4.763
Automóvel	3.132	2.273
Habitacional	10.899	12.210
Marítimos	805	817
Nucleares	-	75
Patrimonial	26.536	28.212
Pessoas	24.332	21.586
Responsabilidades	2.190	10.831
Riscos financeiros	43.510	55.775
Rural	11.486	10.638
Transportes	4.985	7.918
Exterior	74.930	70.075
	206.530	225.173

21 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 4.993, de 24 de março de 2022 e suas alterações posteriores, as Resseguradoras devem possuir ativos garantidores suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço, deduzidas dos ativos redutores.

Em 31 de dezembro de 2022, a situação de garantia das provisões técnicas da Companhia era a seguinte:

	Controladora	
	2022	2021
Provisões técnicas de resseguros	14.817.175	15.330.070
(-) Ativos de retrocessão	4.530.457	4.986.756
(-) Direitos creditórios	1.829.639	1.793.407
(-) Ativos depositados no exterior redutores (*)	1.266.946	1.002.315
Montante a ser garantido	7.190.133	7.547.592
Ativos disponíveis para garantia:		
Quotas de fundos de investimentos	5.951.889	5.914.452
Times deposits	559.056	978.633
Títulos da dívida soberana	1.011.259	890.013
Total de ativos	7.522.204	7.783.098
Suficiência de garantia	332.071	235.506

(*) A regulamentação da SUSEP possibilita que certos ativos depositados no exterior por resseguradoras sejam contabilizados no Brasil como redutores da necessidade de cobertura de provisões técnicas. Por esse motivo, o montante de R\$ 1.266.946 foi utilizado como redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas limitando-se ao próprio valor da provisão técnica.

No segundo trimestre de 2022 a Companhia apresentou insuficiência temporária de garantais das provisões técnicas motivadas por: (i) aumento extraordinário da sinistralidade do ramo de seguro Rural no Brasil derivado de eventos climáticos de uma seca severa no sul do País e (ii) aumento da sinistralidade do ramo vida no Exterior, ocasionada por sinistros

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados à COVID-19 e (iii) efeito adverso (índice de sinistralidade) dos contratos subscritos antes do início dos trabalhos de repactuação realizados pela nova administração em 30 de junho de 2020.

Em atendimento à Resolução CNSP 432, a Companhia elaborou o Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, e enviado à SUSEP em 15 de agosto de 2022. A SUSEP, em 02 de setembro de 2022 aprovou o referido PRC. Em 9 de janeiro de 2023, o órgão regulador constatou que a Companhia logrou êxito no cumprimento das metas indicadas no PRC, restabelecendo a suficiência do indicador regulatório.

Em 31 de dezembro de 2022, as seguintes medidas previstas no PRC já haviam sido concluídas:

- Aumento de Capital Social no valor de R\$ 1.200.000 dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 1.200.000.000 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme descrito no fato relevante divulgado no dia 01 de setembro de 2022.
- Venda da sede da Companhia no valor de R\$ 85.310 celebrado na data de 29 de agosto de 2022, com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro - SEBRAE/RJ e quitado integralmente em tal data, conforme descrito no comunicado ao mercado divulgado no dia 30 de agosto de 2022.
- Acordo celebrado em agosto de 2022 no valor de R\$ 100.000 com as empresas proprietárias e controladoras do Casa Shopping para alienação da participação da Companhia no empreendimento e recebimento de aluguéis devidos. O valor foi integralmente recebido pela Companhia em 2022.

O quadro acima demonstra a suficiência de cobertura das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022, acima da exigência regulatória.

22 Partes relacionadas

Considerando que a Companhia é uma *Corporation*, com controle pulverizado, foram definidas como partes relacionadas: suas controladas, a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB e o pessoal chave da administração.

As principais transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

		Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Planos de pensão	(a)	100.639	134.274	106.429	135.338	100.639	134.274	106.429	135.338
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(b)	-	77.333	-	69.520	-	77.333	-	69.520
Valor a receber de controlada	(c)	217	-	-	-	-	-	-	-

		Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
		Resultado	Resultado
Planos de pensão	(a)		
Despesa		(18.681)	(33.162)
Receita		34.883	-
Outros resultados abrangentes		4.352	(34.772)
		20.554	(67.934)
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(b)	7.813	717

(a) Referem-se a valores a receber e a pagar com a PREVIRB, referente aos planos de benefício pós emprego, nos quais a Companhia é patrocinadora.

(b) Referem-se a valores a pagar a debenturistas que são parte relacionadas da Companhia. Em dezembro de 2022 e 2021, representado pela PREVIRB.

(c) Recursos a restituir da controlada IRB Santos Dumont (incorporados da IRB Investimentos).

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitês da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Contas a pagar		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Benefícios de curto prazo a administradores	5.052	5.804	35.869	53.536
Benefício pós-emprego	-	-	1.192	1.306
	5.052	5.804	37.061	54.842

23 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	2022		
	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	123.416	-	16.873
ILL	16.873	-	16.873
Contribuição social	8.392	-	-
Imposto de renda	14.290	-	-
Finsocial	82.421	-	-
ISS	1.440	-	-
Previdenciárias	61.693	-	409
INSS	60.494	-	409
FGTS	1.199	-	-
Trabalhistas e cíveis	70.072	65.460	-
Ações trabalhistas	21.542	54.783	-
Ações cíveis	48.530	10.677	-
	255.181	65.460	17.282

	Controladora e Consolidado		
	2021		
	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	110.384	-	15.743
ILL	15.743	-	15.743
Contribuição social	4.395	-	-
Imposto de renda	13.071	-	-
Finsocial	75.840	-	-
ISS	1.335	-	-
Previdenciárias	58.343	-	379
INSS	57.163	-	-
FGTS	1.180	-	379
Trabalhistas e cíveis	65.168	60.036	-
Ações trabalhistas	28.437	60.033	-
Ações cíveis	36.731	3	-
	233.895	60.036	16.122

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

Controladora e Consolidado				
2022				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável	1	16.873	-	16.873
Possível	9	331.690	-	-
Remota	1	-	-	-
	11	348.563	-	16.873
Previdenciário				
Provável	2	409	-	409
Possível	13	64.367	-	-
	15	64.776	-	409
Trabalhista e cível				
Provável	42	65.460	65.460	-
Possível	149	216.054	-	-
Remota	11	259.450	-	-
	202	540.964	65.460	17.282

Controladora e Consolidado				
2021				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável	1	15.743	-	15.743
Possível	11	305.235	-	-
	12	320.978	-	15.743
Previdenciário				
Provável	2	379	-	379
Possível	11	59.931	-	-
	13	60.310	-	379
Trabalhista e cível				
Provável	43	60.036	60.036	-
Possível	177	172.670	-	-
Remota	8	243.392	-	-
	228	476.098	60.036	16.122

O valor de R\$ 396.057 (R\$ 365.166 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a soma dos valores em risco nas ações fiscais/previdenciárias com estimativa de perda classificada como possível. Apenas os processos com estimativa de perda provável são passíveis de provisionamento, portanto as obrigações com riscos de perdas classificadas como possíveis e remotas não são provisionadas, visto que a probabilidade de condenação da Companhia, nestes casos, não é iminente.

Para as causas de risco possível, a referida norma requer que as potenciais perdas sejam divulgadas em notas explicativas. Para as contingências trabalhistas são consideradas as expectativas de desembolso em função de acordos.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Movimentação das obrigações legais e contencioso

	Controladora e Consolidado				
	2021	Adições	Atualizações monetárias	Reversão / Pagamento	2022
Fiscais	16.122	-	1.160	-	17.282
FGTS	380	-	29	-	409
ILL (23.3.4)	15.742	-	1.131	-	16.873
Trabalhistas e cíveis	60.036	14.491	11.273	(20.209)	65.591
Ações trabalhistas (23.4)	60.033	3.275	11.241	(19.766)	54.783
Cíveis	3	11.216	32	(443)	10.808
Saldo final do exercício	76.158	14.491	12.433	(20.209)	82.873

	Controladora e Consolidado				
	2020	Adições	Atualizações monetárias	Reversão / Pagamento	2021
Fiscais	-	17.815	239	(1.932)	16.122
FGTS	-	363	17	-	380
ILL (23.3.4)	-	17.452	222	(1.932)	15.742
Trabalhistas e cíveis	56.669	21.361	12.481	(30.475)	60.036
Ações trabalhistas (23.4)	56.291	21.242	12.465	(29.965)	60.033
Cíveis	378	119	16	(510)	3
Saldo final do exercício	56.669	39.176	12.720	(32.407)	76.158

23.3 Ações fiscais

23.3.1 INSS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia recorreu administrativamente, e sem sucesso impetrou, em 1999, Mandado de Segurança ("MS"), no qual o montante questionado e atualizado é de R\$ 59.044 relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras. Os valores questionados encontram-se integralmente depositados judicialmente no montante atualizado de R\$ 59.044.

Não obstante o julgamento do RE nº 599.309 (*Leading Case*), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, entendemos que tal decisão não se aplica ao caso específico da Companhia. A Companhia defende como tese principal o fato de que o IRB Brasil RE, no período de janeiro/1993 a setembro/1998, não era equiparável às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro, não estando, portanto, sujeito às regras da SUSEP.

Sendo assim, tendo em vista não ter sido apreciado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nem pelas instâncias inferiores, a referida tese específica da Companhia nos autos do Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101, o IRB Brasil RE ajuizou ação rescisória, cujo requisito inicial à sua propositura, de acordo com o inciso II, do art. 488, do Código de Processo Civil, é o prévio recolhimento da quantia de 5% sobre o valor da causa. Neste sentido, a Companhia depositou o valor de R\$ 1.045 em 23 de novembro de 2020.

Ressalta-se, por fim, que a Companhia apresentou pedido liminar nos autos da referida ação rescisória, visando à suspensão do processo de conversão do depósito judicial em renda para a União Federal nos autos do Mandado de Segurança original. Neste sentido, a Companhia, por meio do escritório externo responsável, vem envidando todos os esforços no sentido de obter, o quanto antes, o julgamento do referido pedido liminar. A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica como possível a estimativa de perda da referida ação rescisória ajuizada, visando (i) o julgamento do referido pedido liminar acerca do depósito judicial já realizado, bem como (ii) a análise da tese específica do IRB Brasil RE de não ser equiparável às empresas de seguros privados no referido período de janeiro/1993 a setembro/1998.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3.2 - FINSOCIAL

Trata-se de Ação Declaratória cumulada com Anulatória ajuizada em julho de 2016, pelo IRB Brasil RE, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor histórico de R\$ 55.000, tendo como base a autorização contida no artigo 169 do Código Tributário Nacional - CTN.

Com o encerramento da discussão acerca dos créditos fiscais de FINSOCIAL na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição, teve sua exigibilidade reativada.

Diante deste cenário, para que seja reconhecido o crédito pleiteado pelo IRB Brasil RE e, por conseguinte, quitado o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia. Vale ressaltar que para suspender a exigibilidade da cobrança em referência, foi integralmente depositado o valor do referido débito, o qual atualizado, perfaz o valor de R\$ 82.421 (R\$ 75.840 em 31 de dezembro de 2021).

O Jurídico da Companhia e o escritório externo que patrocina a referida ação estimam como possível a probabilidade de perda no questionamento judicial da referida decisão administrativa. Isto porque, diferentemente do que restou decidido na esfera administrativa, o Plenário do STF julgou, sob o regime da repercussão geral, o RE nº 566.621, para definir o entendimento de que nas restituições pleiteadas anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo dos 10 anos. Atualmente, os autos encontram-se conclusos para sentença.

23.3.3 – Processo Administrativo Fiscal – Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)

Trata-se de Declaração de Compensação ("DCOMP") de crédito original de R\$ 437.783 (COFINS) e de R\$ 77.876 (PIS), sendo R\$ 76.507 (R\$ 71.525 em 31 de dezembro de 2021) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 29.10.2013 nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual possuía como objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), na forma prevista no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98 (Alargamento da Base de Cálculo).

Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC). Atualmente, a Companhia aguarda ser intimada acerca da referida diligência e seus consultores jurídicos entendem que são possíveis as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão judicial favorável à Companhia já transitada em julgado.

23.3.4 – Imposto sobre o lucro líquido - ILL

Ante à inconstitucionalidade reconhecida pelo STF, em 1995, do recolhimento de ILL, foram realizadas compensações e administrativamente foi reconhecido o direito do IRB Brasil RE à restituição integral do referido imposto indevidamente recolhido, com a consequente homologação parcial das compensações efetuadas, no período compreendido entre 1989 e 1992, todavia sem a aplicação de juros moratórios de 1% ao mês e dos índices relacionados ao Plano Real.

Em decorrência do provimento parcial do seu direito no processo administrativo em referência, a Companhia ajuizou, em 2014, ação judicial objetivando, em síntese, o direito do IRB Brasil RE de ter a aplicação de juros de mora à razão de 1% ao mês, a partir de 1989 até 1995, na restituição/compensação de valores indevidamente recolhidos a título de ILL, bem como a anulação dos débitos remanescentes apurados no Processo Administrativo nº 10768.011680/2001-68.

Para garantia do juízo, foi necessário realizar o depósito dos valores de compensação não homologados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") no processo administrativo em referência, o que totalizou o valor de R\$ 9.637 à época - atualizados para a presente data-base correspondem ao montante de R\$ 16.873, os quais encontram-se integralmente provisionados pela Companhia.

Em que pese o tema da discussão judicial ser controvertido e da Companhia ter ganhado direito semelhante em ação judicial diversa, o recurso especial do IRB Brasil RE não foi conhecido pelo STJ, tendo transitado em julgado decisão desfavorável em face da tese da Companhia em outubro de 2021.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3.5 - Ação Anulatória nº 0002281-76.2008.4.02.5101 – Créditos Fiscais de PIS/PASEP:

Trata-se de Ação Anulatória da decisão administrativa definitiva proferida nos autos do PAF nº 10768.011679/2001-33 ajuizada em 22.02.2008, na parte em que denegou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de Contribuição ao PIS, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, no período de outubro/1991 a dezembro/1995, com o consequente reconhecimento do direito de crédito do IRB Brasil RE em decorrência dos recolhimentos indevidamente efetuados.

Foi publicado em 04.09.2020, o acórdão, por meio do qual a 2ª Turma do STJ, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno do IRB Brasil RE, para conhecer e prover o seu recurso especial, visando afastar a prescrição dos 10 anos anteriores ao protocolo do pedido administrativo, garantindo a restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/PASEP por todo período acima referendado.

Ocorre que o referido acórdão transitou em julgado, em 29.10.2020, e após os autos terem retornado à origem, foi disponibilizada decisão certificando o trânsito em julgado e determinando que o IRB Brasil RE se manifestasse a respeito da execução do julgado.

Em 30.10.2020, os autos foram remetidos ao STF em grau de recurso, sendo autuados sob o nº ARE 1297479. Considerando que houve equívoco na remessa dos autos ao STF, foi determinada a baixa à origem. Em 13.01.2021, os autos recebidos na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 09.04.2021, foi apresentada execução do julgado pelo IRB Brasil RE, pleiteando o valor de aproximadamente R\$ 308.681.

Em 13.08.2021, a União Federal apresentou a impugnação indicando o valor do indébito de R\$ 215.788 que entende por devido, atualizado até março/2021. Em relação à quantia de R\$ 92.894, correspondente à diferença entre o valor reconhecido como incontroverso e o montante requerido pelo IRB, a União Federal alegou excesso de execução, sem, entretanto, apresentar quaisquer cálculos que embasasse a sua manifestação.

Já em 14.11.2021, em que pese manifestações anteriores, a União Federal juntou cálculos confirmando a impugnação parcial da execução de julgado apresentada pelo IRB apenas no que tange à parte do montante do indébito tributário, reconhecendo expressamente como devido ao IRB o valor de R\$ 261.034, também atualizado até março/2021.

Em 24.02.2022, foi proferida decisão verificando “que se operou a preclusão com relação a eventual impedimento da restituição do PIS/PASEP recolhido neste período, pois não foi suscitado no momento oportuno”.

Em 01.04.2022, o Contador Judicial apresentou novos cálculos, desta vez reconhecendo como devido ao IRB o valor de R\$ 266.433, atualizado até março de 2021.

Em 06.10.2022, a Contadoria Judicial apresentou nova manifestação, retificando os seus cálculos anteriores para indicar um novo valor incontroverso no montante de R\$ 278.482, atualizado para março/2021, o qual atualizado até setembro/2022 perfaz o montante de aproximadamente R\$ 286.833.

Em 13.10.2022, a 4ª Turma Especializada do TRF2 decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Agravo de Instrumento nº 5017147-24.2021.4.02.0000, deferindo o direito da Companhia à expedição do precatório com relação ao valor incontroverso dos referidos créditos fiscais.

Em dezembro de 2022, foi proferida decisão reconhecendo a concordância das partes e determinando o prosseguimento das providências para expedição do precatório, em favor do IRB, no valor incontroverso de aproximadamente R\$ 261.000 (atualizado para março/2021), o qual foi expedido em 17 de janeiro de 2023.

Com relação ao saldo do valor incontroverso, a Companhia irá apresentar requerimento para expedição de novo precatório, no valor adicional de aproximadamente R\$ 20.000.

Diante do acima exposto e com base na manifestação do Juiz proferida em 24.02.2022, os consultores externos avaliam como praticamente certo as chances de êxito do IRB em relação ao reconhecimento do seu direito ao recebimento do valor integral dos créditos fiscais de PIS apresentados pela Companhia na fase de execução, os quais, atualizados até dezembro de 2022, somam o montante de R\$ 318.233 (R\$ 65.067 de valor principal e R\$ 253.167 de atualização). Com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que o recebimento dos referidos créditos fiscais pela Companhia será realizado por meio da expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3.6 Ação Declaratória nº 0031383-94.2018.4.02.5101 - Multa de Mora:

Trata-se de ação declaratória objetivando a recuperação de valores indevidamente recolhidos a título de multa de mora sobre pagamentos de débitos de IRPJ, IRRF, CSLL, Contribuição ao PIS e COFINS, relativos ao período compreendido de setembro de 1994 a junho de 2001, cujos pagamentos ocorreram de julho de 1997 a maio de 2002, em razão da caracterização da denúncia espontânea, prevista no artigo 138 do CTN, e, por consequência, a anulação da decisão administrativa definitiva nos autos do Processo Administrativo nº 10768.014957/2002-95, a qual negou ao IRB à restituição em questão.

Em sede sentencial, foi proferida decisão em favor da Companhia, da qual a União Federal decidiu por não recorrer. Em 01.02.2022, foi certificada a ciência com renúncia de prazo pelo ente federativo, não tendo ocorrido interposição de qualquer recurso, de modo que os autos foram encaminhados ao Tribunal competente para apreciação apenas da remessa necessária. Atualmente, aguarda-se a manifestação do Tribunal para o início da execução do julgado.

A Companhia avalia como, praticamente certo, o direito do IRB em relação ao reconhecimento do crédito fiscal no montante de R\$ 114.774, atualizado até dezembro de 2022. Com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que a Companhia irá pleitear o recebimento dos referidos créditos por meio de expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

23.4 Ações trabalhistas/ Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial, pagamento de complementação de aposentadoria, pagamento de horas extras com reflexos em outras verbas trabalhistas, e de pedido de reconhecimento de nulidade da dispensa e consequentemente reintegração do empregado à Companhia. Há também reclamações trabalhistas movidas por prestadores de serviços, pretendendo a responsabilidade subsidiária do IRB Brasil RE pelo adimplemento de verbas trabalhistas ou o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, em razão da condição deste de tomador do serviço.

Cumprе ressaltar, adicionalmente, que a Companhia é parte em sete procedimentos arbitrais e quatro ações cíveis movidas por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e o consequente ressarcimento pelos alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia, após os eventos ocorridos no primeiro trimestre de 2020.

Dentre as sete arbitragens acima mencionadas, destacamos a Arbitragem nº 178/20, notificada à Companhia em novembro de 2020, iniciada por acionistas buscando o ressarcimento de alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia por eles detidas. Dentre os acionistas, encontram-se alguns dos que haviam instaurado o Procedimento CAM nº 153/20 em março de 2020, que foi encerrado em estágio inicial a pedido dos próprios acionistas. Atualmente, os Requerentes apresentaram réplica à resposta as alegações iniciais da Companhia. Ressalta-se que os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação nas atuais fases em que se encontram.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos trabalhistas e cíveis, classificados como perda provável, em R\$ 65.460. As causas trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$ 216.054, sendo R\$ 40.217 cíveis e R\$ 175.837 trabalhistas.

23.4.1 Ação Civil Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Seguritários – FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas, no Plano de Saúde da Companhia, supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados do IRB Brasil RE. Pretendem, na primeira ação, o restabelecimento do Plano de Saúde anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos agravos nos Recursos de Revista interpostos pela Companhia nos Processos nº 0010694-57.2014.5.01.0075 e nº 0100808-56.2018.5.01.0025.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco na primeira ação é de R\$ 33.049 e na segunda R\$ 525 probabilidade de perda de ambas as ações “possível”.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.4.2 Ação Civil Pública - IBRACI

Em função da notícia veiculada na mídia em 13.10.2022, informando acerca da existência de uma Ação Civil Pública ("ACP") movida pelo Instituto Brasileiro de Cidadania – IBRACI, em curso na 6ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 17.10.2022, por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3, esclarecendo que, até aquela data, não tinha recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, tendo tido conhecimento apenas pela imprensa.

Não obstante não ter recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, a Companhia, em 31 de janeiro de 2023, optou, de forma voluntária, ingressar nos autos da ACP, através do protocolo de sua defesa. A referida ACP tem como objeto irregularidades quanto à informação ao mercado sobre a composição da base acionária da Companhia e à apresentação de Demonstrações Financeiras incorretas, com alegação de que teria induzido acionistas e investidores ao erro. A Companhia está sendo representada por escritório externo, contratado para defesa de seus interesses, o qual avaliou a probabilidade de perda da referida ação como possível, tendo em vista que a tese defendida pelo IBRACI é semelhante àquela discutida em outros processos judiciais e procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia, já divulgados em seu Formulário de Referência.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital

Em 01 de setembro de 2022, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 1.200.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 1.200.000.000 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R\$ 33.283 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A Companhia aguarda homologação do Aumento de Capital Privado descrito acima, junto ao órgão regulador - SUSEP conforme determina a Circular SUSEP nº 529 de 25 de fevereiro de 2016 e alterações subsequentes.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Quantidade de ações	2.456.020.731	1.255.286.531
Capital social	5.453.080	4.253.080
Custos de emissão de ações	(73.891)	(33.556)
Total	5.379.189	4.219.524

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	2022	
	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	391.197.138	15,9%
Itaú Seguros S.A.	285.421.215	11,6%
BlackRock Inc	123.771.309	5,0%
Outros (*)	1.655.631.069	67,5%
	2.456.020.731	100,0%

Acionista	2021	
	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	200.003.914	15,9%
Itaú Seguros S.A.	145.924.075	11,6%
Outros (*)	909.358.542	72,5%
	1.255.286.531	100,0%

(*) Participações acionárias inferiores a 5%.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 12.603.800 (12.603.800 em 31 de dezembro de 2021) ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 283.760 (R\$ 283.760 em 31 de dezembro de 2021).

24.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(451.076)	(354.715)
Perdas originadas de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	(137.310)	(163.172)
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercício dos ativos financeiros disponíveis para venda	(5.590)	(2.948)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.976	48.196
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	61.235	65.269
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(790)	(19.278)
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior (i)	(12.263)	(24.428)
Saldo no final do exercício	(543.818)	(451.076)

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.4 Prejuízo por ação - básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o prejuízo do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O prejuízo por ação básico e diluído é computado com a divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do prejuízo por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Numerador		
Prejuízo do exercício	(630.341)	(682.701)
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	2.455.286.531	1.255.286.531
Prejuízo por ação básico e diluído (em reais)	(0,26)	(0,54)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os prêmios ganhos para os principais grupos de ramos de seguros estão demonstrados a seguir:

25.1 Prêmios ganhos por grupos de ramos de seguros (Bruto de retrocessão)

Controladora e Consolidado						
2022						
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	35.272	(1.269)	14.066	(438)	(96)	47.535
Automóvel	81.697	(29.705)	2.003	253	(877)	53.371
Habitacional	36.114	(4.848)	(1.064)	644	1.309	32.155
Marítimos	72.511	(1.355)	7.201	(245)	12	78.124
Nucleares	177	(10)	19	(1)	75	260
Patrimonial	1.658.051	(100.500)	(24.508)	(6.574)	1.013	1.527.482
Pessoas	674.932	(78.191)	3.243	(67.723)	(2.327)	529.934
Petróleo	850.722	(529)	(60.891)	(191)	-	789.111
Responsabilidades	245.573	(14.876)	(18.418)	(1.229)	(145)	210.905
Riscos financeiros	158.183	(53.878)	32.295	(15.117)	12.838	134.321
Rural	1.254.535	(239.922)	(123.092)	6.501	(849)	897.173
Transportes	305.908	(28.710)	(12.339)	(960)	1.459	265.358
Exterior (i)	2.513.775	(312.457)	321.007	(28.874)	(12.138)	2.481.313
Total	7.887.450	(866.250)	139.522	(113.954)	274	7.047.042

25.1 Prêmios ganhos por grupos de ramos de seguros (Bruto de retrocessão)

Controladora e Consolidado						
2021						
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	69.424	(4.045)	12.059	(157)	(52)	77.229
Automóvel	68.885	(22.557)	(3.639)	2.959	544	46.192
Habitacional	47.517	(7.697)	(801)	(46)	3.548	42.521
Marítimos	90.455	(1.476)	2.186	(260)	171	91.076
Nucleares	(3.037)	168	24.816	(1.429)	96	20.614
Patrimonial	1.575.395	(109.431)	122.970	(13.445)	(6.264)	1.569.225
Pessoas	667.797	(195.693)	(11.935)	67.446	(5.846)	521.769
Petróleo	813.785	(240)	(13.044)	70	-	800.571
Responsabilidades	228.818	(25.181)	9.725	(9.601)	(26)	203.735
Riscos financeiros	233.768	(91.542)	40.399	(19.021)	3.357	166.961
Rural	1.253.756	(360.056)	23.732	(7.004)	10.356	920.784
Transportes	280.075	(24.730)	9.623	394	(802)	264.560
Exterior (i)	3.430.020	(478.828)	353.271	(33.746)	(8.526)	3.262.191
Total	8.756.658	(1.321.308)	569.362	(13.840)	(3.444)	7.987.428

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Exterior:

Controladora e Consolidado						
2022						
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	100.101	(6.329)	37.945	(1.491)	(2.889)	127.337
Automóvel	4.772	167	1.064	(160)	2	5.845
Marítimos	87.278	(8.079)	4.050	(573)	(564)	82.112
Nucleares	319	(24)	150	(11)	-	434
Patrimonial	1.205.425	(194.552)	107.471	(17.139)	(1.747)	1.099.458
Pessoas	428.333	2.475	41.160	(336)	1.863	473.495
Petróleo	86.651	(9.995)	7.476	(513)	(998)	82.621
Responsabilidades	33.771	(7.143)	200	(806)	(478)	25.544
Riscos financeiros	136.750	(47.311)	(4.357)	4.828	(2.453)	87.457
Rural	345.951	(32.659)	122.511	(12.274)	(4.122)	419.407
Transportes	84.424	(9.007)	3.337	(399)	(752)	77.603
Total	2.513.775	(312.457)	321.007	(28.874)	(12.138)	2.481.313

Controladora e Consolidado						
2021						
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão	Variação de outras provisões técnicas	Prêmios ganhos
Aeronáuticos	265.857	(34.788)	83.161	(7.274)	(3.754)	303.202
Automóvel	39	1.220	6.135	(963)	(7)	6.424
Marítimos	101.189	(10.218)	33.916	(5.353)	(75)	119.459
Nucleares	902	(62)	604	(66)	-	1.378
Patrimonial	1.470.431	(275.204)	897	(1.453)	(1.767)	1.192.904
Pessoas	498.846	(13.565)	24.963	(766)	(1.346)	508.132
Petróleo	97.888	(10.655)	(6.799)	(146)	(614)	79.674
Responsabilidades	54.270	(11.026)	20.313	(3.371)	(49)	60.137
Riscos financeiros	153.728	(46.142)	(32.448)	5.418	1.188	81.744
Rural	681.005	(67.889)	183.076	(12.424)	(2.862)	780.906
Transportes	105.865	(10.499)	39.453	(7.348)	760	128.231
Total	3.430.020	(478.828)	353.271	(33.746)	(8.526)	3.262.191

25.2 Sinistros ocorridos por grupos de ramos de seguros (Bruto de retrocessão)

Controladora e Consolidado					
2022					
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(38.950)	(17.337)	8.051	552	(47.684)
Automóvel	(84.056)	5.806	5.356	(49)	(72.943)
Habitacional	(19.493)	8.809	(2.963)	(13)	(13.660)
Marítimos	(34.194)	1.714	8.221	(304)	(24.563)
Patrimonial	(774.211)	(809)	(195.648)	(771)	(971.439)
Pessoas	(421.641)	229	(12.249)	(459)	(434.120)
Petróleo	12.147	-	1.969	-	14.116
Responsabilidades	(220.719)	130	26.225	8.584	(185.780)
Riscos financeiros	(357.366)	10.026	(41.655)	(576)	(389.571)
Rural	(1.961.608)	(339)	(134.407)	1	(2.096.353)
Transportes	(234.620)	12.468	4.668	178	(217.306)
Exterior (i)	(2.445.282)	6.705	(33.634)	-	(2.472.211)
Total	(6.579.993)	27.402	(366.066)	7.143	(6.911.514)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Sinistros ocorridos por grupos de ramos de seguros (Bruto de retrocessão)

Controladora e Consolidado					
2021					
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação da PDR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(190.229)	(1.733)	8.631	(590)	(183.921)
Automóvel	(59.747)	4.665	(2.015)	(141)	(57.238)
Habitacional	(22.991)	-	3.891	(83)	(19.183)
Marítimos	(68.575)	74	(11.465)	(187)	(80.153)
Patrimonial	(2.057.850)	5.688	15.729	(3.546)	(2.039.979)
Pessoas	(562.947)	498	56.129	(19)	(506.339)
Petróleo	11.385	48	(37.289)	-	(25.856)
Responsabilidades	(260.869)	28	(22.202)	(9.493)	(292.536)
Riscos financeiros	(103.923)	(3.585)	(80.766)	3.562	(184.712)
Rural	(1.062.714)	4.056	60.949	(6)	(997.715)
Transportes	(165.004)	49.063	(29.266)	(1.789)	(146.996)
Exterior (i)	(4.172.511)	56.392	373.385	-	(3.742.734)
	(8.715.975)	115.194	335.711	(12.292)	(8.277.362)

(i) Exterior:

Controladora e Consolidado				
2022				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(170.604)	91	3.292	(167.221)
Automóvel	(1.270)	-	12	(1.258)
Marítimos	(101.084)	231	(2.400)	(103.253)
Nucleares	(11)	-	(370)	(381)
Patrimonial	(989.041)	2.129	58.955	(927.957)
Pessoas	(683.313)	1	(2.753)	(686.065)
Petróleo	(15.014)	257	(3.057)	(17.814)
Responsabilidades	(33.029)	5	(1.909)	(34.933)
Riscos financeiros	(42.669)	386	3.325	(38.958)
Rural	(340.690)	3.428	(82.502)	(419.764)
Transportes	(68.557)	177	(6.227)	(74.607)
	(2.445.282)	6.705	(33.634)	(2.472.211)

Controladora e Consolidado				
2021				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(498.066)	615	37.754	(459.697)
Automóvel	(3.449)	-	(935)	(4.384)
Marítimos	(83.149)	2.303	(18.204)	(99.050)
Nucleares	(5)	-	(462)	(467)
Patrimonial	(1.046.912)	47.942	(75.379)	(1.074.349)
Pessoas	(1.214.044)	1	224.865	(989.178)
Petróleo	(62.875)	-	(18.410)	(81.285)
Responsabilidades	(49.559)	23	(7.672)	(57.208)
Riscos financeiros	(51.727)	4.762	(12.233)	(59.198)
Rural	(1.095.669)	713	255.485	(839.471)
Transportes	(67.056)	33	(11.424)	(78.447)
	(4.172.511)	56.392	373.385	(3.742.734)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.3 Custo de aquisição

Controladora e Consolidado						
2022			2021			
Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total	
Aeronáuticos	(2.610)	(1.537)	(4.147)	(6.229)	(1.224)	(7.453)
Automóvel	(253)	(79)	(332)	(261)	(87)	(348)
Habitacional	(542)	79	(463)	(769)	(43)	(812)
Marítimos	(6.273)	(30)	(6.303)	(5.058)	(493)	(5.551)
Patrimonial	(47.109)	(653)	(47.762)	(43.712)	740	(42.972)
Pessoas	(149.867)	117.671	(32.196)	(3.734)	(56)	(3.790)
Petróleo	(34.944)	6.601	(28.343)	(27.603)	1.338	(26.265)
Responsabilidades	(3.030)	(163)	(3.193)	(4.662)	233	(4.429)
Riscos financeiros	(2.272)	270	(2.002)	(2.169)	252	(1.917)
Rural	(353)	(210)	(563)	(733)	(163)	(896)
Transportes	(11.791)	1.045	(10.746)	(9.624)	(191)	(9.815)
Exterior (i)	(104.471)	(15.085)	(119.556)	(141.781)	(7.104)	(148.885)
	(363.515)	107.909	(255.606)	(246.335)	(6.798)	(253.133)

(i) Exterior:

	Controladora e Consolidado					
	2022			2021		
	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total
Aeronáuticos	(6.025)	(1.955)	(7.980)	(12.886)	(4.588)	(17.474)
Automóvel	(490)	(59)	(549)	(373)	(268)	(641)
Marítimos	(5.499)	(348)	(5.847)	(6.988)	(1.036)	(8.024)
Patrimonial	(56.557)	(7.648)	(64.205)	(69.850)	708	(69.142)
Pessoas	(3.571)	(1.623)	(5.194)	(6.789)	(1.777)	(8.566)
Petróleo	(5.323)	(938)	(6.261)	(7.228)	1.140	(6.088)
Responsabilidades	(3.129)	209	(2.920)	(4.286)	(116)	(4.402)
Riscos financeiros	(4.150)	24	(4.126)	(4.168)	1.508	(2.660)
Rural	(11.501)	(2.794)	(14.295)	(17.867)	(2.192)	(20.059)
Transportes	(8.226)	47	(8.179)	(11.346)	(483)	(11.829)
	(104.471)	(15.085)	(119.556)	(141.781)	(7.104)	(148.885)

25.4 Resultado com retrocessão

Controladora e Consolidado		
	2022	2021
Receitas com retrocessões	1.623.641	2.323.592
Recuperação de sinistros ocorridos	1.497.032	2.320.618
Recuperação de IBNR	128.307	2.466
Recuperação de PDR	(1.698)	508
Despesas com retrocessões	(2.799.923)	(3.248.815)
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.922.004)	(3.202.596)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	131.983	161.282
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido	(10.261)	(221.558)
Variação das provisões técnicas - comissão cedida	359	14.057
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário	(14.065)	(39.685)
Demais resultados com retrocessão	(10.318)	43.982
Total de resultado com retrocessão	(1.200.665)	(920.926)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.5 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Participação nos lucros dos contratos e outras receitas e despesas operacionais	(57.287)	(74.218)
Despesas com carta de crédito	(21.985)	(30.312)
Reversão de provisão para riscos de crédito	13.456	4.462
Indenizações judiciais	(1.321)	(4.026)
Despesa com inspeção de riscos	(2.118)	(2.913)
Baixa de recebíveis da operação de resseguro e retrocessão	(49.156)	(5.708)
	(118.411)	(112.715)

25.6 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal próprio	(160.354)	(239.055)	(162.561)	(241.738)
Serviços de terceiros	(82.351)	(53.081)	(83.307)	(53.855)
Depreciação e amortização	(49.388)	(45.462)	(49.430)	(45.487)
Localização e funcionamento	(19.802)	(17.698)	(19.820)	(17.743)
Publicidade e propaganda	(4.240)	(3.823)	(4.269)	(3.860)
Multas e despesas judiciais	(7.163)	(3.384)	(7.169)	(24.849)
Outras despesas	(2.719)	(1.670)	(2.881)	(1.844)
	(326.017)	(364.173)	(329.437)	(389.376)

25.7 Receitas (despesas) com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS/ COFINS	(69.795)	(111.767)	(71.901)	(116.904)
PIS e COFINS diferidos (*)	(4.642)	71.693	(4.642)	71.693
Ação fiscal PIS/PASEP (**)	12.716	52.351	12.716	52.351
Outros impostos e taxas	(25.911)	(34.937)	(27.973)	(37.449)
	(87.632)	(22.660)	(91.800)	(30.309)

(*) Conforme descrito na nota 11.1, a Companhia reconheceu a partir de 2021 o PIS e COFINS diferidos originários das provisões de sinistros.

(**) A Companhia registrou o ganho da ação judicial referente ao processo do PIS/PASEP, conforme Nota 23.3.5.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.8 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita Financeira	1.785.819	1.408.054	2.334.708	2.038.700
Ativos financeiros	717.579	532.637	1.255.443	1.169.792
Operação de resseguro e retrocessão	14.707	35.827	14.707	35.827
Atualização monetária de impostos a recuperar	159.262	208.679	159.262	208.679
Outras receitas financeiras	81.734	80.206	92.759	73.697
Ganho cambial	812.537	550.705	812.537	550.705
Despesa Financeira	(1.227.880)	(851.374)	(1.720.247)	(1.428.611)
Ativos financeiros	(214.970)	(227.749)	(696.546)	(803.436)
Operação de Resseguro e Retrocessão	(25.009)	(37.139)	(25.009)	(37.139)
Debêntures emitidas	(171.865)	(62.849)	(171.865)	(62.849)
Outras despesas financeiras	(55.742)	(43.394)	(66.533)	(44.944)
Perda cambial	(760.294)	(480.243)	(760.294)	(480.243)
Total	557.939	556.680	614.461	610.089

25.9 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento (i)	55.816	12.527	56.995	(7.898)
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Asset Management	40.738	29.658	-	-
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Chile, IRB Uso, IRB Renda e IRB Santos Dumont	2.570	(45.839)	-	-
Reversão (constituição) de provisão de Incentivos Fiscais	(60)	160	(60)	160
Impairment B3I (ii)	(15.879)	-	(15.879)	-
Ganho (perda) na alienação de imobilizado, intangível e investimentos (iii)	28.455	(1.349)	28.393	(1.423)
Outras receitas patrimoniais	(4.280)	-	(4.280)	-
	107.360	(4.843)	65.169	(9.161)

(i) Refere-se, principalmente, ao resultado na alienação da participação no empreendimento Casa Shopping no valor de R\$ 52.869.

(ii) Conforme descrito na nota 4.1.

(iii) Refere-se, principalmente, ao resultado da venda do edifício sede realizada em agosto de 2022 no valor de R\$ 28.560.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/ CSLL	(1.187.504)	(1.187.504)	(1.411.704)	(1.411.704)
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	296.876	178.126	352.926	211.756
Adições e exclusões permanentes	50.123	32.038	87.853	76.468
Incentivos fiscais	(58)	(35)	873	552
Créditos tributários - retificação anos anteriores	-	-	9.969	22.855
Participações societária / sucursais	11.204	6.722	(345)	(207)
Provisão para perda (benefício pós emprego - plano pré 68)	7.366	4.420	1.667	1.000
Outros ajustes	(368)	(221)	(178)	(96)
Bônus de retenção (ii)	(3.275)	-	(5.506)	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (i)	11.122	6.673	52.170	31.302
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários (i)	25.142	15.085	29.203	21.062
Desvalorização de debêntures (exterior)	(1.010)	(606)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	346.999	210.164	440.779	288.224
Correntes	-	-	29.871	38.376
Diferidos	346.999	210.164	410.908	249.848
Alíquota Efetiva	29,2%	17,7%	31,2%	20,4%

	Consolidado			
	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/ CSLL	(1.180.761)	(1.180.761)	(1.395.465)	(1.395.465)
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	284.363	173.621	352.911	211.750
Adições e exclusões permanentes	57.700	34.736	75.946	72.157
Incentivos fiscais	(58)	(35)	873	552
Créditos tributários - retificação anos anteriores	-	-	9.969	22.855
Participações societária / sucursais	11.204	6.722	(870)	(396)
Provisão para perda (benefício pós emprego - plano pré 68)	7.366	4.420	1.667	1.000
Outros ajustes	7.209	2.477	(351)	(182)
Bônus de retenção (ii)	(3.275)	-	(5.506)	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (i)	11.122	6.673	52.170	31.302
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários (i)	25.142	15.085	29.203	21.062
Diferido sobre prejuízo em controladas	-	-	(6.071)	(2.186)
Baixa de Créditos	-	-	(5.138)	(1.850)
Desvalorização de debêntures (exterior)	(1.010)	(606)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	342.063	208.357	428.857	283.907
Correntes	(4.936)	(1.807)	18.689	34.325
Diferidos	346.999	210.164	410.168	249.582
Alíquota Efetiva	29,0%	17,6%	30,7%	20,3%

(i) O Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de setembro de 2021, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic, incidentes sobre os indêbitos tributários.

Neste contexto, em 13 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança em que a Companhia discute a referida matéria, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos juros de mora (Selic) recebidos no levantamento de créditos decorrentes de indêbito tributário, mediante restituição ou compensação, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Sendo assim, lastreada nas decisões judiciais em referência, a Companhia reconheceu nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 uma receita de IRPJ e CSLL em relação aos indêbitos tributários no montante de R\$ 58.022 (R\$ 50.265 em 31 de dezembro de 2021), conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo esse valor registrado em créditos tributários e previdenciários, apresentados no ativo não circulante.

(ii) Valores referentes a despesa de prêmios e incentivos destinados a diretoria. Conforme IN RFB nº 1700 de 14 de março de 2017 esses valores são indedutíveis na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais intermediárias
em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Resultado	Resultados abrangentes	31 de dezembro de 2022
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	183.152	-	(20.576)	(20.576)	-	162.576
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.236	-	(5.383)	(5.383)	-	18.853
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	6.449	464	-	464	-	6.913
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	94.928	61.235	-	-	61.235	156.163
Provisão para contingências trabalhistas	24.018	-	(2.100)	(2.100)	-	21.918
Ajuste a valor de mercado - investimento	2.141	6.352	-	6.352	-	8.493
Prejuízo fiscal e base negativa	1.653.167	580.732	-	580.732	-	2.233.899
Provisão Contingência Cível	-	4.322	-	4.322	-	4.322
Total ativo fiscal diferido	1.988.091	653.105	(28.059)	563.811	61.235	2.613.137
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(88.996)	(15.992)	-	(15.992)	-	(104.988)
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(11.784)	-	11.784	12.575	(790)	-
PIS e COFINS diferidos	(134.457)	-	1.857	1.857	-	(132.600)
PIS (precatórios)	(20.940)	(5.086)	-	(5.086)	-	(26.026)
Total passivo fiscal diferido	(256.177)	(21.078)	13.641	(6.648)	(790)	(263.614)
Total líquido controladora e consolidado	1.731.914	632.027	(14.418)	557.163	60.445	2.349.523

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Resultado	Resultados abrangentes	31 de dezembro de 2021
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	207.212	-	(24.060)	(24.060)	-	183.152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.021	-	(1.785)	(1.785)	-	24.236
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	-	6.449	-	6.449	-	6.449
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	29.659	65.269	-	-	65.269	94.928
Provisão para contingências trabalhistas	22.520	1.498	-	1.497	-	24.018
Ajuste a valor de mercado - investimento	2.141	-	-	-	-	2.141
Prejuízo fiscal e base negativa	940.762	712.404	-	712.404	-	1.653.166
Provisão Contingência Cível	154	-	(154)	(151)	-	-
Total ativo fiscal diferido	1.228.469	785.620	(25.999)	694.354	65.269	1.988.090
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(83.071)	(5.925)	-	(5.925)	-	(88.996)
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(14.450)	-	2.666	21.944	(19.278)	(11.784)
PIS e COFINS diferidos	(105.780)	(49.617)	-	(49.617)	-	(155.397)
Total passivo fiscal diferido	(203.301)	(55.542)	2.666	(33.598)	(19.278)	(256.177)
Total líquido controladora	1.025.168	730.078	(23.333)	660.756	45.991	1.731.913
Ajuste a valor de mercado	2.523	(2.523)	-	(1.006)	-	-
Total líquido consolidado	1.027.691	727.555	(23.333)	659.750	45.991	1.731.913

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

Os planos oferecidos são os de benefício definido – Plano A (fechado) e o de contribuição variável – Plano B (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 26.2 para os empregados que se qualificam, sendo eles:

- Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte – Pré-68.
- Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
- Auxílio funeral.
- Seguro de vida.

Os planos A e B são administrados pela Fundação e os demais, mencionados no parágrafo anterior, são administrados pela Companhia.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2022	2021	2022	2021
Taxa real de desconto (*)	6,00%	5,50%	6,00%	5,50%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	11,31%	9,90%	11,31%	9,90%
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada Plano B: 2,5%	Plano A: Não adotada Plano B: 1%	(**)Plano Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica	(**)Plano Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 7%	Plano Médico: 5%
	Plano B: 7%	Plano B: 5%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68	Não se aplica	Não se aplica	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de sobrevivência: Demais Planos	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10% / PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10% / PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválido	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

(**) Utiliza como dado de cálculo do passivo do plano a contribuição baseada em percentual do salário dos participantes, contudo, a massa que detém essa característica é composta somente de participantes aposentados.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B, plano de contribuição variável, cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida no período contributivo e benefício definido no período de concessão do benefício.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O benefício de Renda Mensal Vitalícia está estruturado segundo Plano de Contribuição Variável e os benefícios de Renda de Aposentadoria por Invalidez, de Pecúlio por Morte, de Auxílio-Funeral, de Renda Temporária de Auxílio-Doença e de Pensão por Morte estão estruturados segundo Plano de Benefício Definido e cobertura por Seguro.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, em 2022, à alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$ 8.320 (R\$ 8.440 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	188.635	175.419
Custo dos serviços correntes	108	141
Custo dos juros	13.467	12.005
Perda atuarial	17.710	12.646
Benefícios pagos	(15.442)	(11.576)
Valor presente das obrigações atuariais	204.478	188.635

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor justo inicial dos ativos do plano	197.829	199.576
Retorno ocorrido nos investimentos	19.584	13.121
Contribuições do empregador	8.320	8.440
Contribuições dos participantes do plano	18.724	20.164
Benefícios pagos	(15.442)	(11.576)
Retorno sobre os ativos	(17.261)	(31.896)
Valor justo final dos ativos do plano	211.754	197.829

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(204.478)	(188.635)
Valor justo dos ativos do plano	211.754	197.829
Situação financeira	7.276	9.194
Efeito do teto de ativos	(7.276)	(9.194)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

26.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68), onde os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria; e outros benefícios pós-emprego para os empregados que se qualificam (Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados, Auxílio Funeral e Seguro de Vida).

Plano A

A Companhia não pagou contribuições durante os exercícios de 2022 e 2021.

O referido plano apurou um superávit técnico de R\$ 869.503 (R\$ 926.917 em 31 de dezembro de 2021) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, como ativo, o montante de R\$ 100.639 (R\$ 106.429 em 31 de dezembro de 2021) referente a reserva especial, benefício econômico disponível para a entidade que deve ser reconhecido para reduzir ou compensar contribuições futuras da patrocinadora.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.278.916	1.556.653
Custo dos juros	120.366	98.338
(Ganho) / Perda atuarial	10.594	(249.069)
Benefícios pagos	(131.882)	(127.006)
Valor presente das obrigações atuariais	1.277.994	1.278.916

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.205.833	2.386.480
Retorno ocorrido nos investimentos	236.460	128.726
Contribuições dos participantes do plano	13	1
Benefícios pagos	(131.884)	(127.006)
Retorno sobre os ativos	(162.925)	(182.368)
Valor justo final dos ativos do plano	2.147.497	2.205.833

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.277.994)	(1.278.916)
Valor justo dos ativos do plano	2.147.497	2.205.833
Situação financeira	869.503	926.917
Efeito do teto de ativos	(768.864)	(820.488)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	100.639	106.429

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB registrados na Fundação:

	2022	2021
Disponível	49	34
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	417.280	292.278
Créditos privados e depósitos	171.113	197.222
Ações	103.621	103.876
Fundos de investimentos	1.663.412	1.695.110
Investimentos imobiliários	80.040	76.677
Empréstimos e financiamentos	7.105	6.460
Depósitos Judiciais/Recursais	20.901	20.901
Recursos a Receber - Precatórios	41.391	-
	2.504.910	2.392.558
Exigível operacional de investimentos		
Empréstimos e financiamentos	-	-
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e Renda	(67)	(55)
	(67)	(55)
Exigível contingencial de investimentos	(25.066)	(25.066)
Recursos garantidores	2.479.777	2.367.437

Plano Pré-68

Entende-se por Pré-68 o contingente de empregados do IRB Brasil RE, e seus beneficiários, conforme as situações a seguir descritas:

- Para fins de Complementação e Suplementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968;
- Para fins de Melhoria de Complementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968 e que tenham adquirido direito à aposentadoria até 28/02/1975;
- Para fins de Melhoria de Pensão por Morte, aqueles beneficiários de empregados falecidos até 28/02/1975;
- Para fins de Pecúlio por Morte, aqueles beneficiários de empregados admitidos até 31/12/1968.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe destacar que estes benefícios são oriundos do universo jurídico regimental da Companhia, anterior a Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, que instituiu o regime da previdência complementar e, portanto, o Regulamento do Plano Previdencial A considera este contingente específico de antigos participantes, cujos benefícios são custeados integralmente pela Companhia.

Neste sentido, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada para destacar, de forma mais clara, os montantes sob responsabilidade da Companhia.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 170 integrantes, em 31 de dezembro de 2022 (175 em 31 de dezembro de 2021), sendo 161 aposentados com idade média de 87,24 anos (85,64 anos em 31 de dezembro de 2021) e 9 pensionistas com idade média de 86,5 anos (84,66 anos em 31 de dezembro de 2021).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 18.487 (R\$ 18.743 em 31 de dezembro de 2021).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 110.942 (R\$ 113.361 em 31 de dezembro de 2021), em linha com as práticas contábeis aplicadas para a Companhia.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 134.274 (R\$ 135.338 em 31 de dezembro de 2021).

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefício definido	(110.942)	(113.361)
Situação financeira	(110.942)	(113.361)
Restrição do déficit contratado	(23.332)	(21.977)
Valor líquido de passivo de benefício definido	(134.274)	(135.338)

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	113.361	136.492
Custo dos juros	10.361	8.407
(Ganho) / Perda atuarial	5.707	(12.795)
Benefícios pagos	(18.487)	(18.743)
Valor presente das obrigações atuariais	110.942	113.361

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Contribuições do empregador	18.487	18.743
Benefícios pagos	(18.487)	(18.743)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	319.604	377.628
Custo dos serviços correntes	457	663
Custo dos juros	29.165	23.250
Ganho atuarial	(48.185)	(53.097)
Benefícios pagos	(30.529)	(28.840)
Valor presente das obrigações atuariais	270.512	319.604

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Contribuições do empregador	27.213	25.349
Contribuições dos participantes do plano	3.316	3.491
Benefícios pagos	(30.529)	(28.840)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(270.512)	(319.604)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(270.512)	(319.604)

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.606	2.177
Custo dos juros	154	139
Ganho atuarial	(427)	(690)
Benefícios pagos	(22)	(20)
Valor presente das obrigações atuariais	1.311	1.606

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Contribuições do empregador	22	20
Benefícios pagos	(22)	(20)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.311)	(1.606)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(1.311)	(1.606)

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.150	1.600
Custo dos juros	108	99
Ganho atuarial	(1.097)	(293)
Benefícios pagos	7	(256)
Valor presente das obrigações atuariais	168	1.150

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2022	2021
Contribuições do empregador	(7)	256
Benefícios pagos	7	(256)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2022	2021
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(168)	(1.150)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(168)	(1.150)

26.3 Obrigação total do IRB Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	18.299	18.291
Assistência médica e odontológica (ii)	17.376	23.686
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii)	176	180
Seguro de vida em grupo (iii)	24	149
Auxílio funeral (iv)	97	103
	35.972	42.409
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	115.975	117.047
Assistência médica e odontológica (ii)	253.136	295.918
Seguro de vida em grupo (iii)	144	1.001
Auxílio funeral (iv)	1.214	1.503
	370.469	415.469
	406.441	457.878

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário-mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de setembro de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Brasil RE arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

26.4 Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço	-	-	(457)	(663)	-	-	(457)	(663)
Custo dos juros	(10.361)	(8.407)	(29.427)	(23.488)	-	-	(39.788)	(31.895)
Contribuições pagas	-	-	(8.320)	(8.440)	-	-	(8.320)	(8.440)
Asset ceiling	34.883	(16.315)	-	-	-	-	34.883	(16.315)
Outras movimentações	-	-	-	-	4	(48)	4	(48)
Total valores reconhecidos	24.522	(24.722)	(38.204)	(32.591)	4	(48)	(13.678)	(57.361)

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Benefício definido		Outros benefícios		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
(Ganhos) / perdas atuariais	(179.226)	79.496	49.709	54.080	(129.517)	133.576
Efeito do teto dos ativos	132.846	(63.403)	-	-	132.846	(63.403)
Outras movimentações	(1.353)	(21.977)	-	-	(1.353)	(21.977)
Total valores reconhecidos	(47.733)	(5.884)	49.709	54.080	1.976	48.196

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.5 Análise de sensibilidade

A análise da Administração relacionada às premissas financeiras e atuariais críticas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego e outros empregados é a seguinte:

Sensibilidade na taxa de desconto

		Cenário I -0,50%	Cenário II -0,25%	Cenário III +0,25%	Cenário IV +0,50%
PLANO A	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	1.330.994	1.304.025	1.252.815	1.228.492
	Impacto com o cenário principal	52.998	26.030	(25.181)	(49.503)
PLANO B	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	207.403	205.909	203.105	201.789
	Impacto com o cenário principal	2.926	1.431	(1.372)	(2.689)
PRE 68	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	113.977	112.441	109.477	108.047
	Impacto com o cenário principal	3.036	1.500	(1.464)	(2.894)
Plano de Saúde	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	284.697	277.474	263.874	257.470
	Impacto com o cenário principal	14.182	6.959	(6.640)	(13.044)
Auxílio Funeral	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	1.380	1.344	1.277	1.245
	Impacto com o cenário principal	70	34	(33)	(64)
Seguro de Vida	Taxa real	5,50%	5,75%	6,25%	6,50%
	Taxa nominal (*)	10,79%	11,05%	11,57%	11,84%
	Obrigação de benefício definido	172	170	165	162
	Impacto com o cenário principal	5	3	(2)	(5)

Sensibilidade na tabela de mortalidade

		Cenário I	Cenário II
PLANO A	Taxa nominal (*)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.243.454	1.331.087
	Impacto com o cenário principal	(34.542)	53.092
PLANO B	Taxa nominal (*)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	202.310	204.677
	Impacto com o cenário principal	(2.168)	199
PRE 68	Taxa nominal (*)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-49	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	106.687	116.865
	Impacto com o cenário principal	(4.254)	5.924
Plano de Saúde	Taxa nominal (**)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	260.498	287.815
	Impacto com o cenário principal	(10.016)	17.300
Auxílio Funeral	Taxa nominal (*)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.353	1.237
	Impacto com o cenário principal	43	(73)
Seguro de Vida	Taxa nominal (*)	11,31%	11,31%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	162	176
	Impacto com o cenário principal	(5)	8

(*) Considera inflação.

(**) Considera composição de inflação e inflação médica.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção F – Políticas contábeis

27 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

27.1 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais intermediárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais intermediárias da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais intermediárias, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

27.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

27.3 Ativos financeiros

27.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, caso tenham vencimento superior a 365 dias.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

27.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

27.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.3.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

27.4 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.5 Segregação circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais, os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

27.6 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, que variam entre 1 até 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

27.7 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.) - %	Anos
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.8 Propriedades para investimentos

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R2) – Arrendamento. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

27.9 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

27.10 Provisões

(a) Provisões técnicas

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no período, líquidos de comissão, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado com base na metodologia de *Chain Ladder*, descrita em nota técnica atuarial. A PPNG-RVNE também leva em consideração a evolução dos prêmios.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros, administrativos e judiciais, recebidos dos resseguradores e das cedentes e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o ajuste referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica, com base na metodologia de *Chain Ladder*, e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, com base nas metodologias de *Chain-Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*.
- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos. Em geral, estes excedentes são identificados como participação nos lucros (*profit commision*), comissão escalonada (*sliding scale*) ou *no-claims bônus*.
- A provisão de despesas relacionadas (PDR), é apurada a partir de critério estatístico-atuarial, com o objetivo de cobrir as despesas próprias relativas aos sinistros.

(b) Teste de adequação de passivos - TAP (*Liability adequacy test - LAT*)

O teste de adequação de passivos é um teste que avalia a suficiência sobre o valor contabilizado dos passivos de resseguro da Companhia. Tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 – Contratos de Seguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Em 31 de dezembro de 2022 não foi constituída Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa são agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utiliza-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não são utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a média implícita no modelo das premissas de sinistralidade foi de 63%.

A premissa da estimativa do ativo de retrocessão é calculada considerando as informações do ativo de retrocessão, referente às provisões de prêmios e sinistros, comparado às provisões técnicas correspondentes. Em 31 de dezembro de 2022, a média implícita no modelo das premissas de retrocessão foi de 42%.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais intermediárias.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível relacionadas aos contratos de resseguro estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais intermediárias. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais intermediárias do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

27.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não são relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis,

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Caso futuramente a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros não seja suficiente para que os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais sejam utilizados, os mesmos serão desreconhecidos em conformidade com a política específica. E com as práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A Companhia elabora estudo técnico que contempla a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa e um conjunto de premissas e estimativas. O estudo técnico é revisado a cada data-base de publicação das demonstrações financeiras seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, como Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

27.12 Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

27.13 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

27.14 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis individuais intermediárias, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

27.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos, o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Prêmio Estimado - esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

27.16 Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas conforme descrito na Nota 27.10(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

27.17 Custo de aquisição diferido

O Custo de aquisição é o valor pago a título de comissão ao corretor (*broker*) e é considerado como despesa em sua contabilização. Esse valor é passível de diferimento, devendo ser apropriado ao resultado na mesma proporção em que é feita a apropriação da provisão de prêmios não ganhos. O custo de aquisição diferido é apurado operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato e estimado atuarialmente no caso da RVNE, conforme previsto em legislação vigente.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.18 Ativos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de retrocessionários de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de que foram objeto de resseguro ou retrocessão aceita, e com os termos e condições de cada contrato. A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte. A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador, para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos, conforme descrito em nota técnica atuarial.

27.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2023:

IFRS 17 – “Insurance Contracts”: O IASB (*International Accounting Standard Board*), emitiu uma nova norma abrangente para todas as companhias que emitem contratos de seguros e resseguros e elaboram suas demonstrações contábeis de acordo com a IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Esta norma, que substitui a norma atual, IFRS 4, é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e requer reapresentação dos saldos comparativos.

IFRS 9 – “Financial Instruments”: O IASB emitiu uma nova norma para instrumentos financeiros, alterando os requisitos para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, em substituição ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IASB possibilitou às companhias que emitem contratos de seguros e resseguros, desde que atendidos determinados critérios, uma isenção temporária para adoção da IFRS 9 até 2023, em conjunto com a adoção da IFRS 17.

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu o CPC 50 - Contratos de Seguros e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 17 e IFRS 9, respectivamente.

O IRB Brasil RE aplicará a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023. Essas normas trarão mudanças importantes na contabilidade de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros, e deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas no período de aplicação inicial.

A. Impacto estimado da adoção da IFRS 17 e da IFRS 9

A Companhia avalia que o impacto para atendimento à IFRS 17 e IFRS 9 será significativo em suas operações, e alterará consideravelmente o método como os dados são coletados, armazenados e processados. De acordo com o IAS 8 / CPC 23 – norma Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia deve apresentar os impactos da adoção inicial que puderem ser determinados em bases razoáveis e confiáveis. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, o trabalho de transição encontra-se em andamento, e o levantamento de impactos quantitativos decorrentes da adoção de ambas as normas ainda está sendo concluído. Desta forma, a Companhia entende que o impacto real da adoção das normas pode mudar até que esta etapa do trabalho esteja totalmente concluída, porque:

- O IRB Brasil RE continua aprimorando os novos processos contábeis e controles internos necessários à aplicação das novas normas;
- Os controles sobre os novos sistemas de TI e mudanças na sua estrutura de governança estão em implementação;
- Os motores de cálculo atuarial e contábil estão em fase de implementação e aprimoramento para adequadamente mensurar os contratos de resseguro de acordo com a nova norma; e
- As novas políticas contábeis, premissas, julgamentos e técnicas de estimativa utilizadas estão sujeitas a mudanças até que o IRB Brasil RE conclua suas primeiras demonstrações contábeis que incluem a data de aplicação inicial.

Diante do exposto, até a presente data, não é possível conhecer ou estimar razoavelmente os impactos da adoção inicial das novas normas, que serão divulgados nas demonstrações contábeis compreendidas ao longo do exercício de 2023.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

B. IFRS 17 – Contratos de seguros

i. Transição:

A IFRS 17 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023, com o comparativo determinado de forma retrospectiva completa a partir de 1º de janeiro de 2022 - data da transição - a não ser que seja impraticável. Em casos de impraticabilidade, é permitido adotar determinadas modificações ao modelo completo de transição, na medida em que se busca aproximar o efeito contábil de períodos anteriores com o resultado que seria obtido no modelo completo.

O objetivo da abordagem retrospectiva modificada é obter o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa por meio de informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custos ou esforços excessivos.

O CPC 23 (IAS 8) comenta que pode ser impraticável ajustar informações de períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período corrente, pois podem não ter sido reunidas informações necessárias em período anterior, de tal forma que seja possível a aplicação retrospectiva de nova política contábil.

Sendo assim, a Companhia considera a abordagem retrospectiva completa é impraticável, visto que entende que faria uso de percepção posterior ao aplicar nova política contábil para fazer suposições sobre quais teriam sido as intenções da Administração para estimar os valores reconhecidos, mensurados ou divulgados em períodos anteriores.

Portanto, a Companhia adotará a abordagem retrospectiva modificada para todos os seus grupos de contratos na transição, e estimará os fluxos de caixa futuros na data de reconhecimento inicial ajustados pelos fluxos de caixa que se sabem que ocorreram entre a data de reconhecimento inicial e a data de transição. Estes fluxos incluem fluxos de caixa resultantes de contratos que deixaram de existir antes da data da transição.

ii. Identificando contratos no alcance da IFRS 17:

A IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros e resseguro emitidos. Também requer que princípios semelhantes sejam aplicados a contratos de resseguro e retrocessão mantidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos.

O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de uma forma que represente fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos no âmbito da IFRS 17 têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma entidade.

Os contratos de resseguro emitidos pelo IRB Brasil RE serão avaliados no escopo do IFRS 17. Não foram identificados contratos que possuem componentes de investimento ou componentes de bens e serviços, que devem ser contabilizados conforme a IFRS 9 e IFRS 15, respectivamente.

iii. Nível de agregação:

De acordo com a IFRS 17, os contratos de resseguro são agrupados para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto. Diferentemente da IFRS 4, onde os contratos são analisados individualmente.

A Companhia identificou suas carteiras de contratos de resseguro e retrocessão com base na estrutura interna atual de gestão de negócios, levando em consideração aspectos relevantes como: precificação dos contratos, gestão de reservas e gerenciamento de produtos.

Além do acompanhamento no nível das divisões de negócio, a Administração também monitora de forma distinta seus resultados de acordo com a geografia de aceitação de risco, classificando-as como segmentos distintos em suas demonstrações contábeis. Estes segmentos são representados por "Brasil" para riscos aceitos no mercado local, e "Exterior" para riscos aceitos no mercado internacional. Este critério foi levado em consideração para formação de suas carteiras de resseguros e retrocessão. À exceção exclusivamente da sucursal de Londres, que formará uma carteira distinta.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração determinou a abertura de suas carteiras para riscos aceitos e cedidos em 19 níveis:

Brasil	Exterior
Rural	Rural
Aeronáuticos	Aeronáuticos
Responsabilidades	Responsabilidades
Riscos financeiros	Riscos financeiros
Vida	Vida
Marítimos	Marítimos
Automóvel	Automóvel
Patrimonial	Patrimonial
Riscos especiais	Riscos especiais
	Sucursal de Londres

Cada carteira de contratos de resseguro é dividida em três níveis de lucratividade esperada:

- Grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornar oneroso posteriormente; e
- Grupo de contratos remanescentes.

Por fim, agrupará os contratos em safras anuais de acordo com o ano de subscrição (*Underwriting Year*).

Por sua vez, as carteiras de retrocessão serão divididas em três níveis de lucratividade esperada:

- Grupo de contratos em que existe um ganho líquido no reconhecimento inicial;
- Grupo de contratos em que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de existir ganho líquido; e
- Grupo de contratos remanescentes.

iv. Limites do contrato:

A mensuração de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão inclui todos os fluxos de caixa dentro do limite de cada contrato no grupo.

A obrigação substantiva de prestar cobertura pode estender o limite de um contrato. Nos contratos de resseguros automáticos, por exemplo, as apólices emitidas no período de vigência de um contrato podem ter vigências que se encerram além da cobertura desse contrato de resseguro. Neste caso, a obrigação de prestar cobertura é estendida até o encerramento de vigência da última apólice coberta, e, portanto, os fluxos de caixa serão projetados considerando este período de cobertura estendida.

Os fluxos de caixa de resseguro estão dentro do limite de contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existiam durante o período de relatório em que a Companhia pode obrigar o titular do contrato a pagar os prêmios ou em que a Companhia tem obrigação substantiva de prestar cobertura de resseguro ao titular do contrato. A obrigação substantiva de prestar cobertura se encerra quando a Companhia:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos específicos do titular do contrato e, como resultado, pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos; e
- Tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de resseguro que contém o contrato e pode definir um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação.

Para os contratos de retrocessão, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substanciais que existem durante o período de reporte no qual a Companhia é obrigada a pagar valores à retrocessionária ou tem um direito substancial para receber serviços da retrocessionária. O direito substantivo de receber serviços termina quando a retrocessionária:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados; e

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Tem o direito substantivo de rescindir a cobertura.

v. Modelo de mensuração:

A IFRS 17 apresenta três abordagens para mensuração de grupos de contratos de resseguro emitido e retrocessão:

- *Building Block Approach - BBA* (Modelo padrão): aplicável a todo tipo de contratos de resseguro emitidos ou retrocessão.

- *Premium Allocation Approach - PAA* (Modelo simplificado): abordagem opcional para contratos com duração até 12 meses ou cujos resultados não sejam significativamente diferentes aos obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.

- *Variable Fee Approach – VFA* (Modelo modificado): baseado no modelo geral, porém ajustado para as características de contratos de participação direta. Esses contratos são contratos de serviços substancialmente relacionados a investimentos sob os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base em itens subjacentes. Não aplicável para contratos de resseguro e retrocessão.

A Companhia concluiu sua política contábil e adotará o modelo padrão, BBA, para mensuração de todos os seus grupos de contratos de resseguros e de retrocessão.

vi. Principais julgamentos e estimativas:

Contratos de resseguro

Os contratos devem ser reconhecidos através da mensuração de quatro componentes:

- **Estimativas de fluxos de caixa:** projeções de fluxos de caixa, que devem incluir a melhor estimativa para as entradas e saídas dentro do limite do contrato que se referem diretamente ao cumprimento do contrato. Incluem também os fluxos de caixa de aquisições que são resultantes dos custos de venda, subscrição e início de grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos de resseguro à qual o grupo pertence. Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorporará, de maneira imparcial, todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo na data de apresentação dos relatórios. Essas informações incluem dados históricos internos e externos sobre sinistros e outras experiências atualizadas, de forma que reflitam a melhor estimativa da Companhia sobre a expectativa de realização de eventos futuros.

- **Taxas de desconto:** os fluxos de caixa devem ser ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados. A taxa de desconto utilizada é consistente com os preços de mercado observáveis e reflete as características dos fluxos de caixa e a liquidez do contrato.

A IFRS 17 não prescreve uma única técnica de estimativa para obter as taxas de desconto. No entanto, a norma especifica que uma abordagem 'top-down' ou 'bottom-up' pode ser utilizada:

- *Top-down* (fluxos de caixa variam com base no retorno de um item subjacente);
- *Bottom-up* (fluxos de caixa não variam com base no retorno de um item subjacente).

A Companhia definiu a abordagem 'bottom-up' para ser utilizada no cálculo da taxa de desconto por ser amplamente utilizada no mercado. Nesta abordagem, a curva de rendimento livre de risco líquido é ajustada para refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que fundamentam as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos. Desta forma, a Companhia definiu que para o cálculo da taxa de desconto serão utilizadas as seguintes taxas livres de risco disponíveis no mercado, de acordo com a moeda do contrato de resseguro:

- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ET TJ) Pré-fixada (metodologia ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para os contratos de resseguro emitidos em reais; e
- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ET TJ) cambial (metodologia SUSEP Superintendência de Seguros Privados) para os contratos de resseguro emitidos nas demais moedas.

Adicionalmente, para refletir as diferenças entre as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de resseguro, a Companhia incorpora na curva de rendimento livre de risco, o *spread* observado entre a ET TJ IPCA (metodologia ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e o retorno esperado de debêntures do mercado secundário com *rating* de crédito AAA.

- **Ajuste de risco não financeiro:** ajuste à estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que a entidade requer por suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decorram de risco não financeiro.

A IFRS 17 não prescreve métodos para determinar o ajuste de risco para o risco não financeiro. Portanto, o julgamento da Administração é necessário para determinar uma técnica adequada de ajuste de risco a ser utilizada.

A Companhia definiu a metodologia do Custo de Capital (*Cost of Capital - CoC*) para cálculo do ajuste de risco pelo risco não financeiro. Este método projeta de forma prospectiva o capital futuro que a Companhia precisa manter no final de cada período de projeção, durante o *run-off* do negócio existente, no qual é aplicada a taxa de retorno esperada sobre este capital que será descontado e somado para obtenção do ajuste de risco.

- Margem Contratual de Seguro (CSM): lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços no futuro sob os contratos de resseguro no grupo. A Companhia deve mensurar a margem contratual de seguro no reconhecimento inicial de grupo de contratos.

No reconhecimento inicial de um grupo lucrativo de contratos de resseguro, a CSM é igual à soma:

- Dos fluxos de caixa de cumprimento, que são, estimativas de fluxos de caixa, ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo e ajuste de risco não financeiro; e
- De quaisquer outros fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data.

Se a soma for uma entrada líquida, a CSM é apropriada no resultado conforme os serviços são prestados no período, de acordo com alocações de unidades de cobertura. A determinação das unidades de cobertura é baseada no cálculo da exposição remanescente, a cada data-base de mensuração, estimada considerando os níveis de abertura de tipo de contrato, base de cessão e limite do contrato, sendo ponderada pelo volume de prêmio.

Se a soma for uma saída líquida, então o grupo é oneroso e um componente de perda é criado para representar o valor da saída líquida de caixa no passivo, e a perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos é mensurado novamente. Este procedimento envolve: atualizar os fluxos de caixa de cumprimento utilizando as premissas atuais; e atualizar a CSM para refletir as mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados ao serviço futuro, um efeito de juros e o lucro obtido à medida que os serviços de resseguros são prestados no período.

As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionadas com o serviço futuro ajustam a CSM, enquanto aquelas relacionadas a serviços atuais e anteriores são reconhecidas na demonstração de resultado.

A Companhia trata a margem contratual e os fluxos de caixa de cumprimento como itens monetários, determinando-os em sua respectiva moeda estrangeira e convertendo-os para a moeda funcional nas datas de transação e reporte. As diferenças entre as taxas de conversão são reconhecidas no resultado do período.

De acordo com a IFRS 17, todos os lucros serão reconhecidos no resultado ao longo da prestação da cobertura de resseguro dos contratos, e isso será impulsionado principalmente pelo momento do reconhecimento no resultado da CSM à medida que os serviços são prestados. A Companhia está em fase de avaliação dos impactos no processo de reconhecimento da receita quando comparado ao IFRS 4.

Contratos de retrocessão

A Companhia adotará as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de retrocessão, exceto que o ajuste de risco não financeiro representará o valor do risco a ser transferido da Companhia para as retrocessionárias, e a CSM representará um custo líquido ou lucro líquido na compra de retrocessão.

O projeto de implementação do IFRS 17 está em fase final de implementação na qual compreende a criação de novo modelo operacional (sistemas e processos), desenvolvimento de modelos de fluxos de caixa, estabelecimento de políticas contábeis e implementação de ferramentas de cálculo.

(vii) Apresentação e divulgação

De acordo com a IFRS 17, as carteiras de contratos de resseguro e retrocessão, que são ativos e passivos, são apresentadas separadamente na demonstração da posição financeira. Todos os direitos e obrigações decorrentes de uma carteira de contratos serão apresentados em base líquida; portanto, saldos como contas a receber e a pagar operacionais não serão mais apresentados separadamente. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa que surjam antes do reconhecimento do respectivo grupo de contratos também serão apresentados na mesma linha das carteiras de contratos relacionadas.

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme a IFRS 17, a Companhia deve divulgar informações detalhadas e extensas sobre receitas e conciliações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis identificarem mudanças de fluxos de caixa e valores que são reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes são desagregados em:

- (a) um resultado do serviço de resseguro, incluindo a receita e as despesas dos serviços de resseguros; e
- (b) receitas ou despesas financeiras de resseguros.

Os valores dos contratos de retrocessão serão apresentados separadamente.

De acordo com a IFRS 17 e a IFRS 9, a apresentação separada dos resultados de subscrição e financeiros dará maior transparência sobre as fontes e a qualidade dos lucros.

C. IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 – Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. O IRB cumpriu com os critérios de isenção temporária da IFRS 9 para períodos anteriores a 1º de janeiro de 2023. Consequentemente, a Companhia aplicará a IFRS 9 pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023.

(i) Ativos e passivos financeiros – classificação

A classificação de ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9, geralmente é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. A IFRS 9 inclui três principais categorias de mensuração para ativos financeiros:

- mensurados ao custo amortizado;
- valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- valor justo por meio do resultado (VJR)

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Um ativo financeiro é calculado ao custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para cobrança de fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR:

- For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como calculados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são calculados ao VJR. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que cumpre de outra forma os requisitos para serem calculados ao custo amortizado ou ao VJORA, como mensurado pelo VJR, caso isso elimine ou reduza de forma significativa o descasamento contábil que de outra forma seria originado.

No entanto, no reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes (ORA). A escolha é feita em uma base de instrumento a instrumento.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos integrados aos contratos nos quais o elemento principal é um ativo financeiro não

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para classificação.

A companhia está avaliando a designação de seus ativos mensurado de acordo com a nova norma.

A classificação e mensuração de passivos financeiros na IFRS 9 retém grande parte dos requisitos da IAS 39. No entanto, de acordo com o IAS 39, todas as mudanças no valor justo de passivos financeiros designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto na IFRS 9 essas mudanças no valor justo geralmente serão apresentadas da seguinte forma:

- O valor da mudança no valor justo atribuível a mudanças no risco de crédito do passivo será apresentado em outros resultados abrangentes.
- O valor remanescente da mudança no valor justo será apresentado no resultado.

(ii) Ativos financeiros – redução ao valor recuperável

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

O novo modelo de redução ao valor recuperável será aplicado aos ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado e investimentos de dívida ao VJORA.

A IFRS 9 exige que uma provisão para perdas seja reconhecida em um valor igual às perdas de crédito esperadas (ECL) para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação.

(iii) Transição

De acordo com a norma contábil que trata de mudança de política contábil, a Companhia deve apresentar o impacto estimado da adoção inicial, somente se o número puder ser determinado em bases razoáveis e confiáveis. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, o trabalho de transição não foi concluído e estas informações serão divulgadas nas demonstrações contábeis compreendidas ao longo do exercício de 2023.

D. IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros

Alterações da IAS 8 - “Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros”: As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações contábeis da Companhia.

E. IAS 12 – Impostos sobre a Renda

Alterações da IAS 12 - “Impostos sobre a Renda”: Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos recorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. A Companhia identificou que as alterações impactarão, de forma não relevante, somente as contas patrimoniais, sem impacto em resultado.

28 Estimativas e premissas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Companhia representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

está demonstrada na nota 2.2.2.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

Com base nas informações e experiência da Companhia, são exercidos julgamentos na definição das metodologias e premissas das estimativas utilizadas na mensuração dos passivos de resseguro, a fim de que se obtenha a melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis individuais intermediárias. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Companhia tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico, para determinação do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco entre provável, possível e remoto. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de perda por redução ao valor recuperável

A Companhia adota metodologia própria considerando o histórico de perdas e os riscos de inadimplência de uma base histórica composta por dados dos últimos 5 anos. No desenvolvimento desse estudo, foi considerado o comportamento dos saldos em atraso pelo seu tempo de recuperação.

O estudo considera uma forma de agregação dos saldos de prêmios emitidos, líquidos de comissão de resseguro e retrocessão aceita, e de sinistros de acordo com as classes de negócios e as faixas de atraso.

Devido às especificidades e complexidade dos contratos de resseguros e do histórico de negociações de créditos em atraso, observa-se que as operações necessitam de um longo prazo para serem, de fato, transformadas em perda e que, historicamente, um crédito em atraso com prazo superior a um ano apresenta uma redução significativa na probabilidade de recuperação. Dessa maneira, utiliza-se a curva de recuperação como a base do racional para perda histórica, sendo que créditos com atrasos superiores a 360 dias são considerados não recuperáveis.

(e) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.3, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(f) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada trimestre. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26.6, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(g) Créditos tributários

Com relação à constituição dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses ativos. A avaliação dessa situação requer a utilização de julgamento significativo da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

29 Outras informações que a Companhia entenda relevantes

29.1 Demonstrações de resultados de *underwriting* – Visão negócio por grupo de ramos de seguros

Para orientar a Administração da Companhia na tomada de decisão e avaliação de desempenho das operações de resseguro e retrocessão, algumas contas contábeis das demonstrações de resultados - visão negócio são aglutinadas de forma diferente do que é previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras e assim apresentadas nas demonstrações financeiras.

O resultado de *underwriting* demonstrado abaixo é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados operacionais.

	Consolidado	
	2022	2021
Prêmios Emitidos	7.892.009	8.760.526
Prêmios de resseguros país	5.377.488	5.329.211
Prêmios de resseguros exterior	2.514.521	3.431.315
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.923.901)	(3.204.386)
Prêmios retidos	4.968.108	5.556.140
Variações das provisões técnicas	129.536	344.358
Prêmios ganhos	5.097.644	5.900.498
Sinistros retidos	(5.314.892)	(5.987.989)
PSL	(4.995.606)	(6.300.886)
IBNR	(237.752)	338.177
Outros	(81.534)	(25.280)
Custo de aquisição	(1.102.801)	(1.412.487)
Outras despesas operacionais	(129.375)	(68.729)
Resultado de <i>underwriting</i>	(1.449.424)	(1.568.707)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.1.1 País

Consolidado										
2022										
País										
	Rural	Aeronáutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Automóvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	1.254.535	35.272	158.191	246.125	678.727	357.064	103.052	1.695.803	848.719	5.377.488
Prêmios cedidos em retrocessão	(85.067)	(4.655)	(44.395)	(190.777)	(138.966)	(144.985)	(4.288)	(742.524)	(728.223)	(2.083.880)
Prêmios retidos	1.169.468	30.617	113.796	55.348	539.761	212.079	98.764	953.279	120.496	3.293.608
Variações das provisões técnicas	(115.833)	9.032	24.420	(957)	(2.511)	(12.380)	4.143	12.167	(40.781)	(122.700)
Prêmios ganhos	1.053.635	39.649	138.216	54.391	537.250	199.699	102.907	965.446	79.715	3.170.908
Sinistros retidos	(1.732.823)	(29.231)	(115.071)	(124.275)	(387.812)	(120.535)	(104.267)	(713.705)	12.634	(3.315.085)
Custo de aquisição	(234.245)	(4.483)	(59.542)	(3.541)	(155.782)	(26.249)	(38.420)	(115.643)	(11.793)	(649.698)
Outras despesas operacionais	(7.016)	(18.137)	(21.415)	(802)	(6.514)	(7.375)	399	(40.388)	1.968	(99.280)
Resultado de underwriting	(920.449)	(12.202)	(57.812)	(74.227)	(12.858)	45.540	(39.381)	95.710	82.524	(893.155)
Consolidado										
2021										
País										
	Rural	Aeronáutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Automóvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	1.253.752	69.424	233.782	229.195	670.342	338.538	100.878	1.622.552	810.748	5.329.211
Prêmios cedidos em retrocessão	(522.018)	(46.202)	(95.041)	(179.787)	(150.177)	(189.699)	(10.256)	(888.439)	(724.257)	(2.806.876)
Prêmios retidos	731.734	23.222	138.741	49.408	520.165	148.839	90.622	734.113	86.491	2.523.335
Variações das provisões técnicas	30.062	(6.617)	52.748	2.343	(10.230)	(5.175)	(2.807)	(53)	(7.810)	52.461
Prêmios ganhos	761.796	16.605	191.489	51.751	509.935	143.664	87.815	734.060	78.681	2.575.796
Sinistros retidos	(547.851)	(106.335)	(137.729)	(128.777)	(425.618)	(137.709)	(69.588)	(870.159)	(31.945)	(2.455.711)
Custo de aquisição	(365.717)	(8.118)	(93.718)	2.907	(103.730)	(19.666)	(29.714)	(132.322)	(9.928)	(760.006)
Outras despesas operacionais	1.169	(2.132)	(10.282)	(202)	(15.020)	(612)	(428)	(26.613)	(7.795)	(61.915)
Resultado de underwriting	(150.603)	(99.980)	(50.240)	(74.321)	(34.433)	(14.323)	(11.915)	(295.034)	29.013	(701.836)

29.1.2 Exterior

Consolidado										
2022										
Exterior										
	Rural	Aeronáutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Automóvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	345.950	100.101	139.685	31.596	428.904	171.438	5.039	1.203.597	88.211	2.514.521
Prêmios cedidos em retrocessão	(34.135)	(361.412)	(8.052)	(10.503)	(5.734)	15.004	-	(447.282)	12.093	(840.021)
Prêmios retidos	311.815	(261.311)	131.633	21.093	423.170	186.442	5.039	756.315	100.304	1.674.500
Variações das provisões técnicas	115.796	21.594	(6.997)	(439)	42.370	178	1.158	71.567	7.009	252.236
Prêmios ganhos	427.611	(239.717)	124.636	20.654	465.540	186.620	6.197	827.882	107.313	1.926.736
Sinistros retidos	(403.838)	148.952	(41.028)	(32.671)	(685.719)	(206.047)	(1.623)	(720.338)	(57.495)	(1.999.807)
Custo de aquisição	(59.260)	(15.801)	(44.265)	(9.505)	(2.999)	(31.733)	(577)	(272.239)	(16.724)	(453.103)
Outras despesas operacionais	6.040	(2.829)	(7.524)	1.006	3.835	1.561	195	(31.861)	(518)	(30.095)
Resultado de underwriting	(29.447)	(109.395)	31.819	(20.516)	(219.343)	(49.599)	4.192	(196.556)	32.576	(556.269)

Consolidado										
2021										
Exterior										
	Rural	Aeronáutico	Riscos Financeiros	Responsabilidade	Pessoas	Marítimo	Automóvel	Patrimonial	Riscos Especiais	Total
Prêmios de Resseguros	681.005	265.857	156.093	52.960	499.368	206.696	404	1.467.470	101.462	3.431.315
Prêmios cedidos em retrocessão	(23.239)	(36.425)	(9.234)	(3.480)	(7.207)	(21.136)	-	(289.603)	(8.186)	(398.510)
Prêmios retidos	657.766	229.432	146.859	49.480	492.161	185.560	404	1.177.867	93.276	3.032.805
Variações das provisões técnicas	176.104	81.101	(25.083)	15.796	21.431	85.456	6.211	(68.926)	(193)	291.897
Prêmios ganhos	833.870	310.533	121.776	65.276	513.592	271.016	6.615	1.108.941	93.083	3.324.702
Sinistros retidos	(825.125)	(349.716)	(60.216)	(58.856)	(986.432)	(174.526)	(4.438)	(995.562)	(77.407)	(3.532.278)
Custo de aquisição	(99.825)	(59.551)	(42.605)	(16.253)	(22.904)	(51.835)	(430)	(342.186)	(16.892)	(652.481)
Outras despesas operacionais	10.080	(5.306)	(13.533)	251	2.930	795	(212)	(3.937)	2.118	(6.814)
Resultado de underwriting	(81.000)	(104.040)	5.422	(9.582)	(492.814)	45.450	1.535	(232.744)	902	(866.871)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Conciliação entre as informações trimestrais disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Empresas.Net)

A Companhia demonstra abaixo a conciliação entre as demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Empresas.Net) e os quadros de balanço patrimonial e demonstrações do resultado divulgados pelo IRB Brasil Re.

Balanço Patrimonial - Ativo

Empresas.Net	Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
	Circulante		13.808.454	14.001.807	13.684.101	13.990.281
1.01.01.01	Disponível	5	6.119	8.231	17.793	38.774
1.01.02	Ativos financeiros	6.1	4.280.282	4.014.753	4.136.600	3.966.341
1.01.03	Créditos das operações com resseguros e retrocessões	7.1	3.962.281	4.105.081	3.962.281	4.105.081
1.01.09.03.01	Ativos de retrocessão - provisões técnicas	9	5.367.471	5.599.770	5.367.471	5.599.770
1.01.04.01	Títulos e créditos a receber	10	13.788	21.926	20.936	27.432
1.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	11.1	55.484	127.591	55.982	128.425
1.01.07.01	Despesas antecipadas		6.251	10.623	6.260	10.626
1.01.08.04	Custos de aquisição diferidos	12	116.778	113.832	116.778	113.832
	Não circulante		9.159.514	8.564.241	9.293.461	8.684.160
1.02.01.02	Ativos financeiros	6.1	4.741.843	4.976.260	4.828.782	4.976.260
1.02.01.11.03	Ativos de retrocessão - provisões técnicas	9.2	86.291	81.270	86.291	81.270
1.02.01.04.01	Títulos e créditos a receber	10	922.094	589.816	921.877	589.816
1.02.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	11.1	156.893	406.092	156.893	449.168
1.02.01.04.03	Ativo fiscal diferido	11.1	2.681.024	2.068.057	2.681.024	2.068.057
1.02.01.04.04	Depósitos judiciais e fiscais	23	255.181	233.895	255.181	233.895
1.02.01.04.05	Créditos das operações com resseguros e retrocessões	7.1	26.856	11.677	26.856	11.677
1.02.01.09	Custos de aquisição diferidos	12	114.375	13.865	114.375	13.865
1.02.02.01.05	Participações societárias	4.1	39.387	28.876	-	22.124
1.02.02.02.01	Imóveis destinados à renda	13	-	4.570	86.587	88.034
1.02.02.02.02	Outros investimentos		311	371	311	371
1.02.03	Imobilizado	14	29.456	64.503	29.456	64.503
1.02.04	Intangível	15	105.803	84.989	105.828	85.120
	Total do ativo		22.967.968	22.566.048	22.977.562	22.674.441

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial - Passivo

Empresas.Net	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
	Circulante		17.496.508	17.314.052	17.506.102	17.351.763
2.01.01.06	Obrigações a pagar	16	37.139	19.999	44.621	26.605
2.01.01.01	Impostos e encargos sociais a recolher		38.487	28.297	38.659	28.522
2.01.01.03	Provisões trabalhistas		11.714	12.665	11.825	12.797
2.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	26.3	35.972	42.409	35.972	42.409
2.01.01.05	Impostos e contribuições a recolher		29.641	4.532	31.470	35.280
2.01.01.08	Empréstimos e Financiamentos	17	466.898	10.354	466.898	10.354
2.01.02	Débitos de operações com resseguros e retrocessões	19.1	2.398.874	2.051.671	2.398.874	2.051.671
2.01.03.04	Depósitos de terceiros	8	90.463	107.977	90.463	107.977
2.01.04	Provisões técnicas - resseguros	20	14.387.320	15.036.148	14.387.320	15.036.148
	Não circulante		1.397.949	1.617.636	1.397.949	1.688.318
2.02.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	26.3	370.469	415.469	370.469	415.469
2.02.01.01.06	Empréstimos e Financiamentos	17	440.707	819.107	440.707	819.107
2.02.01.01.05	Obrigações a pagar	16	19.723	12.191	19.723	4.426
2.02.01.01.07	Impostos e contribuições a recolher		53.533	-	53.533	78.447
2.02.01.02.01	Débitos das operações com resseguros e retrocessões	19.1	789	789	789	789
2.02.01.03.01	Provisões técnicas - resseguros	20	429.855	293.922	429.855	293.922
2.02.01.04	Contingências cíveis e trabalhistas	23	82.873	76.158	82.873	76.158
2.02.01.04	Obrigações fiscais	23	-	-	-	-
	Patrimônio líquido	24	4.073.511	3.634.360	4.073.511	3.634.360
2.03.01	Capital social		5.379.189	4.219.524	5.379.189	4.219.524
2.03.02	Reservas de capital		-	1.006	-	1.006
2.03.02	Ações em tesouraria		(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
2.03.04	Reservas de lucros		-	148.666	-	148.666
2.03.06	Ajustes de avaliação patrimonial	24.3	(543.818)	(451.076)	(543.818)	(451.076)
2.03.05	Prejuízos acumulados		(478.100)	-	(478.100)	-
	Total do passivo e patrimônio líquido		22.967.968	22.566.048	22.977.562	22.674.441

Demonstrações de Resultados

Empresas.Net	Demonstração do resultado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
3.01	Prêmios ganhos	25.1	7.047.042	7.987.428	7.047.042	7.987.428
3.02.02.01	Sinistros ocorridos	25.2	(6.911.514)	(8.277.362)	(6.911.514)	(8.277.362)
3.02.02.02	Custos de aquisição	25.3	(255.606)	(253.133)	(255.606)	(253.133)
3.02.02.03	Outras receitas e despesas operacionais	25.5	(118.411)	(112.715)	(118.411)	(112.715)
3.02.02.03	Resultado com retrocessão	25.4	(1.200.665)	(920.926)	(1.200.665)	(920.926)
3.04.02.01	Despesas administrativas	25.6	(326.017)	(364.173)	(329.437)	(389.376)
3.04.02.02	Receitas (Despesas) com tributos	25.7	(87.632)	(22.660)	(91.800)	(30.309)
3.08	Resultado financeiro	25.8	557.939	556.680	614.461	610.089
3.05	Resultado patrimonial	25.9	107.360	(4.843)	65.169	(9.161)
3.09	Resultado antes dos impostos		(1.187.504)	(1.411.704)	(1.180.761)	(1.395.465)
3.10	Imposto de renda	25.10	346.999	440.779	342.063	428.857
3.10	Contribuição social	25.10	210.164	288.224	208.357	283.907
3.11	Prejuízo do exercício		(630.341)	(682.701)	(630.341)	(682.701)
	Prejuízo básico e diluído por ação	24.4	(0,26)	(0,54)	(0,26)	(0,54)

Notas Explicativas

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Eventos subsequentes

30.1 Grupamento das ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias do IRB, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.

A partir do dia 25 de janeiro de 2023, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas já considerando os efeitos do grupamento.

30.2 Procedimento Arbitral CAM nº 237/2023

Trata-se de Procedimento Arbitral CAM nº 237/2023, notificada à Companhia em fevereiro de 2023, iniciada por acionistas buscando ressarcimento alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia por eles detidas, em decorrência de atos praticados pela antiga Administração da Companhia, os quais se relacionam, principalmente, com as informações financeiras elaboradas e com a divulgação de informações perante o mercado. O valor atribuído pelos Requerentes à causa foi de R\$ 34.000.

30.3 Procedimento Arbitral CAM nº 238/2023

Trata-se de Procedimento Arbitral CAM nº 238/2023, notificada à Companhia em fevereiro de 2023, iniciada por acionistas, dentre os quais fundos de investimentos, buscando ressarcimento alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia por eles detidas, que teria se iniciado em 2 de fevereiro de 2020, em decorrência de alegada divulgação de informações falsas ou enganosas sobre os resultados da Companhia e de sua base acionária. O valor atribuído pelos Requerentes à causa foi de R\$ 10.000.

30.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária - Temas 881 e 885

Em 08 de fevereiro de 2023, o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

A Suprema Corte concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais definitivas (“coisa julgada”) a favor dos contribuintes perdem seus efeitos, caso, após uma nova análise da matéria tributária, o STF apresentar entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher um determinado tributo, a referida permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender, posteriormente, em sentido contrário.

Neste sentido, a Administração da Companhia, avaliou em conjunto com seus assessores jurídicos, os possíveis impactos da referida decisão do STF e concluiu que a mesma está em consonância com os CPC25/ IAS37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/ IAS10 – Eventos Subsequente, e não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, todavia continuará monitorando a evolução do referido tema.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas do
IRB-Brasil Resseguros S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Cobertura do Capital Mínimo Requerido - CMR

Chamamos a atenção para a nota explicativa “2.5 – Cobertura do Capital Mínimo Requerido, que demonstra a redução da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital Mínimo Requerido (CMR) frente ao apresentado em 31 de dezembro de 2021, bem como as medidas avaliadas pela Administração para reforçar a sua estrutura de capital e elevar este indicador regulatório. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das provisões técnicas de resseguros e retrocessão (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e avaliação do Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Veja as notas explicativas de nº 20, 27.10(a)(b) e 28(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de resseguros e de retrocessão, nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022: provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE). No cálculo do teste de adequação de passivos (TAP), e na mensuração das referidas provisões técnicas de resseguro e de retrocessão, a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de evolução dos prêmios, sinistros e taxas de descontos.

Consideramos a mensuração das provisões técnicas de contratos de resseguros e retrocessões citadas e a avaliação do teste de adequação de passivos, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração das premissas e metodologia utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE);

(ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto, análise da evolução de prêmios, conforme aplicável, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e IBNeR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos (TAP);

- no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões (IBNeR, IBNR e PPNG-RVNE) incluindo a utilização de premissas selecionadas pelos especialistas atuariais e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;

- no estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia;

- na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do teste de adequação de passivos;

- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e

- na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio de comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base.

(iii) testes de precisão e integridade das base de dados dos prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões e no cálculo do teste de adequação de passivos, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das referidas provisões técnicas e no teste de adequação de passivos, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de retrocessão, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação se as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de resseguros e retrocessão (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e a avaliação do Teste de Adequação dos Passivos (TAP), no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Veja as notas explicativas de nº 11, 25.10 e 27.11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém ativos relacionados à créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022.

Estes ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia possui expectativa de geração de prováveis lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado em estudo técnico. A elaboração deste estudo envolve julgamento da Companhia na avaliação de quais contratos de resseguro foram firmados sem a observação das políticas de subscrição da Companhia, causando prejuízos recentes, e considerados como causas identificáveis que são improváveis de ocorrer novamente, assim como na definição de premissas econômicas e de crescimento de negócios, oriundas dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração e aprovados pelos órgãos de governança da Companhia.

Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação das referidas causas identificáveis, de premissas econômicas e de crescimento dos negócios para prováveis lucros tributáveis futuro, e devido ao impacto que eventual alteração destas premissas poderia ter nos valores dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrados nas demonstrações financeiras individuais.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Companhia e do estudo técnico de realização dos créditos tributários;

(ii) Avaliação da análise realizada pela Administração acerca das causas identificáveis que originaram os prejuízos fiscais mais recentes e constituição dos referidos créditos tributários, que foram consideradas improváveis de ocorrer novamente, incluindo:

(a) Obtenção das novas políticas e critérios de precificação, nova política de limite alçada, implementadas e comparação com os critérios e políticas anteriormente praticadas.

(b) Obtenção, com base em amostragem, da documentação suporte que corrobora a análise, realizada pela Administração, de indicadores de performance de contratos deficitários ou em desacordo com as políticas atuais, que levou a identificação destes como contratos descontinuados ou totalmente reformulados.

(iii) envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas, que nos auxiliaram:

- na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários;
- na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários.

(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração e reconhecimento da receita de prêmios de resseguro estimado para contratos proporcionais

Veja as notas explicativas de nº 7, 25.1 e 27.15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém registros de saldos relevantes de prêmios estimados, oriundos de contratos proporcionais de resseguros, nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2022, decorrentes das operações de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico.

Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados relativos aos contratos proporcionais, a Companhia utiliza-se de análise de performance de prêmios, que envolve julgamento da Companhia na definição de premissas de expectativa de emissões de prêmios de resseguro dos contratos proporcionais, com base nos contratos de resseguro subscritos e nos prêmios de resseguro efetivos.

Devido à relevância dos saldos de prêmios de resseguros estimados nas demonstrações financeiras individuais, e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de mensuração dos prêmios estimados, oriundos de contratos proporcionais, poderiam ocasionar nas referidas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados dos contratos proporcionais;
- (ii) conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos na análise de performance de prêmios estimados;
- (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios de resseguros subscritos e efetivos, utilizadas no estudo técnico de análise de prêmios, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis;
- (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo técnico de análise de prêmios, como valores dos prêmios subscritos e prêmios efetivos e datas de registro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável;
- (v) recálculo, com base em amostragem, do prêmio estimado considerando as informações constantes nos contratos e prestações de contas de resseguro; e
- (vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração e o reconhecimento da receita de prêmios de resseguro estimado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 24 de fevereiro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que

identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames efetuados e no Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes, no Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2023.

Leonardo de Paiva Rocha
Presidente

Daniel Carlos Dominguez Massola
Conselheiro

Paulo Fontoura Valle
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ao Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria do IRB Brasil RE ("Comitê") é um órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CVM nº 23/2021 e com a Resolução CNSP nº 432/2021, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de: (i) assessorá-lo principalmente na avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e da gestão de riscos; e (iii) avaliar a efetividade das Auditorias Contábil e Atuarial independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao IRB Brasil RE e suas empresas controladas, além de regulamentos e políticas internas.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 31-D, inciso VI da Resolução CVM nº 23/2021, apresenta, de forma resumida, as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, relativas às análises e ao acompanhamento das ações da Administração visando a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que estas atividades decorreram das informações recebidas nas diversas reuniões realizadas ao longo de 2022 com: (i) a Administração; (ii) Auditores Independentes; (iii) Auditoria Interna; (iv) Responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e conformidade; (v) Gestor da área de Controladoria; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, o referido Comitê realizou um total de 18 (dezoito) reuniões – sendo 12 (doze) ordinárias e 6 (seis) extraordinárias - fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, bem como aos Auditores Independentes e internos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão. Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, fisco-tributários e de gestão de riscos. Em conjunto com a Auditoria Interna, as possíveis melhorias identificadas foram recomendadas e atendidas.

A Companhia apresenta suficiência de ativos de cobertura das provisões técnicas - conforme prescrita pela SUSEP - da ordem de R\$ 332 milhões em 31 de dezembro de 2022, como também suficiência de capital regulatório no montante de R\$ 18 milhões. Em atendimento à Resolução CNSP 432 e a Circular SUSEP 648 de 2021, a Companhia elaborou o Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) apresentado à SUSEP em 15 de agosto de 2022. A SUSEP, em 02 de setembro de 2022 aprovou o referido PRC. Em 9 de janeiro de 2023, o órgão regulador constatou que a Companhia logrou êxito no cumprimento das metas indicadas no PRC, restabelecendo a suficiência do indicador regulatório. Foram executadas avaliações quantitativas e qualitativas de assuntos relevantes do exercício como: i) a conclusão das medidas previstas no PRC (nota explicativa nº. 21); ii) a capacidade de continuidade operacional da Companhia (nota explicativa nº. 1); iii) a cobertura do capital mínimo requerido pelo órgão regulador (nota explicativa nº. 2); iv) a necessidade de provisionamento para ações em esferas legal e judicial (nota explicativa nº. 23); v) a capacidade da Companhia em realizar os créditos tributários existentes em 31 de dezembro de 2022 (nota explicativa nº. 10). As notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras, discorrem sobre os resultados das avaliações da Companhia e seus auditores externos.

As demonstrações financeiras do IRB Brasil RE, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA ("KPMG"), culminando com a emissão de parecer em 08 de março de 2023. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, forneceu aos auditores independentes todos os dados, documentações, informações e condições necessárias ao efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras foram revisadas e discutidas amplamente pelo Comitê - previamente à sua divulgação - que discutiu, com o Auditor Independente, seus relatórios e apontamentos. Adicionalmente, o Comitê revisou e discutiu com os auditores independentes sobre os PAA- Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame. O Comitê concorda com a avaliação apresentada pelos auditores, incluída em seu relatório sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

O Comitê manteve com os Auditores Independentes um canal permanente de comunicação para discussão dos resultados dos seus exames e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência dos auditores, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

De forma similar, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Interna, acompanhando o planejamento, a execução e os resultados dos seus trabalhos ao longo de 2022 e, especialmente, as providências saneadoras adotadas pela Administração, decorrentes de recomendações para regularizações e aperfeiçoamento dos controles internos. A Auditoria Interna desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade, não sendo identificadas quaisquer ocorrências que pudessem comprometer a sua independência.

A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos e da gestão de riscos, os quais tem sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê, visando torná-los efetivos e adequados ao atual porte e complexidade dos negócios da Companhia e suas empresas controladas.

Diante do acima exposto, o Comitê - como decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos trabalhos da Auditoria Interna e do exame das demonstrações financeiras pelos auditores independentes -

recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para submissão posterior à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2023

Henrique Luz
Coordenador

Jerônimo Antunes
Membro

Jose Octávio Vianello de Mello
Membro

Louise Barsi
Membro

Roberto Westenberger
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso V, bem como no art. 31, parágrafo 1º, inciso II, ambos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Brasil RE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023.

MARCOS PESSÔA DE QUEIROZ FALCÃO
Diretor Presidente

WILSON TONETO
Vice-Presidente Técnico e de Operações

CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS
Vice-Presidente Jurídico, Governança e Facilities

WILLY OTTO JORDAN NETO
Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

HUGO DANIEL CASTILLO IRIGOYEN
Vice-Presidente de Subscrição

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso V, bem como no art. 31, parágrafo 1º, inciso II, ambos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. acerca da revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Brasil RE, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023.

MARCOS PESSÔA DE QUEIROZ FALCÃO
Diretor Presidente

WILSON TONETO
Vice-Presidente Técnico e de Operações

CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS
Vice-Presidente Jurídico, Governança e Facilities

WILLY OTTO JORDAN NETO
Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

HUGO DANIEL CASTILLO IRIGOYEN
Vice-Presidente de Subscrição

THAÍS RICARTE PETERS
Diretora Executiva de Controles Internos, Riscos e Conformidade